

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Clarissa de Souza Carvalho

Práticas discursivas de preservação do patrimônio histórico e  
cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998-  
2008)

Porto Alegre  
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Clarissa de Souza Carvalho

Práticas discursivas de preservação do patrimônio histórico e  
cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
(1998-2008)

Monografia apresentada como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de Bacharel em História ao  
Departamento de história da  
Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul

Orientador: Prof. Dr. Alessandro  
Kerber

Porto Alegre  
2010

## AGRADECIMENTOS

Agradeço carinhosamente à minha mãe, Silvia Maria Guimarães de Souza, por ter me transmitido sua alegria de fazer parte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Principalmente, agradeço pelo amor que ela me dedica, por sua paciência, pelo respeito a minhas escolhas e pelo entusiasmo com minhas conquistas. Ao meu pai poeta, Gilberto Moreira Carvalho, pois bem sei que ele gostaria de ser também historiador.

Ao meu orientador, professor Alessandro Mario Kerber, agradeço pela atenção dedicada a esta monografia e pela disponibilidade para auxiliar em todas as minhas dúvidas. Obrigada também aos professores que gentilmente aceitaram integrar a banca avaliadora deste trabalho. A Temístocles Américo Corrêa Cezar, agradeço a receptividade com que acolheu minha participação como monitora voluntária em duas de suas disciplinas e, também, por ter sempre estimulado seus alunos a pesquisarem aquilo de que gostam. A Benito Bisso Schmidt, agradeço pelas aulas estratégicas que em muito contribuíram à elaboração do projeto desta pesquisa.

À equipe da Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS, agradeço pela acolhida generosa que todos me proporcionaram ao longo de 2010. Em especial, a Edison Zanckin Alice e a Nei Vargas da Rosa, os quais foram extremamente atenciosos para com minhas inúmeras solicitações. A Christoph Bernasiuk, que atenciosamente me contou sua trajetória à frente do Projeto Resgate. À Silvia Maria Secrieru Ciulei, funcionária da Rádio da UFRGS com quem vasculhei prateleiras empoeiradas atrás de duas mínimas (e fundamentais) fitas cassetes.

A Caio Alexander Zanin de Araújo, com quem pude sempre compartilhar quaisquer idéias.

[...] ¿por qué el patrimonio? ¿por qué se recurre a los procesos de patrimonialización, con mayor intensidad que a otros sistemas de símbolos, como una especie de religión laica, para legitimar identidades, empresas, discursos? ¿por qué lo que había sido despreciado o explotado como baldío, viejo o excéntrico, es ahora preservado y celebrado en templos ad hoc? ¿por qué esta percepción del patrimonio se difunde progresivamente hasta los rincones más recónditos de la sociedad capitalista occidental y sus zonas de influencia? Pero, sobre todo, ¿por qué se perpetúa con tal fuerza hasta nuestros días? [...] Creo que no tenemos aún una explicación global satisfactoria para todas estas cuestiones, sólo la constatación de que el patrimonio, así constituido, y los procesos de patrimonialización, son considerados en nuestra sociedad como un bien absoluto, axiomático, cuya conservación (sin descender a la complejidad casuística) es incuestionable.

Llorenç Prats

## RESUMO

Este trabalho investiga o processo de patrimonialização que vigora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desde o final da década de 1970, composto de experiências como a Comissão da História, o Projeto do Centro Cultural e o Museu Universitário. Seu foco, porém, é a ativação patrimonial operada pelo Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, criado em 1998 com o objetivo de preservar o acervo edificado da instituição. Em dez anos, seus agentes elaboraram diversos estudos e publicações; lograram o reconhecimento formal dos “prédios históricos” da Universidade em instâncias federais e estaduais; e promoveram a restauração de muitos deles. Esta pesquisa questiona o modo como foram produzidas as práticas discursivas do Projeto Resgate, quais valores foram atribuídos aos bens citados, como a preservação deles foi legitimada e quais condições externas possibilitaram a consolidação dessa iniciativa. Para tanto, concebe o “patrimônio” como um sistema de representações socialmente construído, conforme o modelo teórico de Llorenç Prats. Utiliza, ainda, as proposições metodológicas de Michel Foucault para analisar as práticas discursivas do Projeto Resgate e o conceito de “campo” de Pierre Bourdieu para abordar o contexto patrimonial na atualidade.

**Palavras-chave:** patrimônio histórico e cultural; história da UFRGS; memória universitária.

## ABSTRACT

This work investigates the patrimonialization process that takes place at *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (UFRGS), since the end of 1970's, composed by enterprises such as the History Commission, Cultural Center Project and Universitarian Museum. Its focus, however, is the patrimonial activation ruled by the Rescue Project of Historic and Cultural Heritage of UFRGS, created in 1998 with the purpose of preserving the building collection of the institution. In ten years, its agents worked on many studies and publications; achieved the registration of the University's "historic buildings" in federal and state institutions; and promoted the restoration of many of them. This research raises the following questions: how were produced the discursive practices of the Rescue Project? Which values were attributed to the reported sites? How their preservation was legitimised? Which external conditions enabled the consolidation of the Project? In order to answer them, this work considers the "heritage" as a system of representations socially built, according to the theoretical model of Llorenç Prats. It also employs Michel Foucault's methodological propositions to analyse the discursive practices of the Rescue Project and Pierre Bourdieu's concept of "field" to approach the patrimonial context nowadays.

**Keywords:** historic and cultural heritage; UFRGS history; universitarian memorie.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>1 CAPÍTULO .....</b>	<b>16</b>
1.1 A Comissão da História, o Projeto do Centro Cultural e o Museu Universitário: o “pool virtual” de possibilidades patrimoniais da UFRGS.....	16
1.2 A preservação cultural na UFRGS e o movimento global de expansão das categorias patrimoniais .....	26
<b>2 CAPÍTULO .....</b>	<b>30</b>
2.1 O Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS.....	30
2.2 “A exemplo de nossos antepassados”: discursos e práticas do Projeto Resgate .....	35
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE – Enquadramentos diversos dos “prédios históricos” da UFRGS por cada iniciativa.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO A – Parecer nº 064/99 do Departamento de Proteção do IPHAN</b>	
<b>ANEXO B – Memorando nº 650/99 DEA/CORDEP/DEPROT</b>	
<b>ANEXO C – Parecer nº 34/99 da Procuradoria Jurídica do IPHAN</b>	
<b>ANEXO D – Parecer de Nestor Goulart Filho – Conselho Consultivo</b>	

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte de uma percepção visual e auditiva. Refiro-me aos meus sentidos captando a multiplicação da palavra “patrimônio” em tapumes, jornais, exposições, *blogs*, panfletos turísticos, placas e um “etc” que, com o perdão da norma culta, mereceria reticências. Constatação em nada inédita. Ao longo de minha graduação, fui apresentada à dimensão acadêmica dos debates que já interrogaram tal “movimento de expansão e de universalização das categorias patrimoniais”<sup>1</sup> – um *boom* do patrimônio que parece acompanhar a “inflação de memória” (ou mesmo o “dever de memória”) da atualidade, conforme argumentam certos pesquisadores<sup>2</sup>. Que as proposições desses autores tenham estimulado minha percepção é bastante provável; o interessante, contudo, foi identificar o apelo patrimonial pulsando em meu cotidiano universitário. O próprio espaço da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) passa por um momento de fortes incentivos à preservação de seu acervo edificado e ao “resgate” de sua “memória” e “identidade cultural”, expressões recorrentes nos discursos que circulam na instituição.

A UFRGS celebra oficialmente seus aniversários a cada 28 de novembro, desde 1934. Esta é a data de fundação da Universidade de Porto Alegre (UPA), que reuniu a Escola de Engenharia; a Faculdade de Medicina; a Faculdade de Direito; a Faculdade de Agronomia e Veterinária; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (ao menos em intenção, pois sua organização só ocorreu em 1936)<sup>3</sup> e o Instituto de Belas Artes; além das unidades que lhes eram subsidiárias. Todavia, no ano de 1995, comemorou-se o “centenário dos primeiros cursos superiores que originaram a UPA”<sup>4</sup>, pois em 1895 foi criada a Escola Livre de Farmácia e Química. Pouco depois, a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina (que englobou àquela) e a Faculdade de Direito foram criadas e, no início do século XX, se estabeleceram em dois quarteirões que hoje fazem parte da área central da cidade de Porto

---

<sup>1</sup> HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v.22, n. 36, dez. 2006, p.265. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752006000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 de Agosto de 2010.

<sup>2</sup> Respectivamente: CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006; RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

<sup>3</sup> RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950*. Porto Alegre, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>4</sup> CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. *Comunicação pessoal*. Programa Perspectiva – Espaço Urbano e Arquitetura. Porto Alegre, 1995 [entrevista oral sobre patrimônio histórico e tombamento]. Disponível em fita cassete na Rádio da UFRGS. Arquiteto e professor universitário, Luiz Bolcato Custódio estava, na época desta entrevista, à frente da 12ª Coordenação Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Porto Alegre.

Alegre. Quanto às datas de regionalização, quando a UPA transformou-se em Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), em 1947, e de federalização, que constituiu a sigla atualmente em vigor (UFRGS), em 1950, elas parecem ser menos lembradas. Sobretudo, se comparadas ao recorrente enaltecimento que inúmeros membros desta instituição fazem dos fundadores daquelas primeiras escolas:

[...] notáveis homens que, no início do século, ousaram construir nos limites de uma acanhada cidade provinciana, até então caracterizada pelo casario baixo, pelos campos e alagados, este conjunto de prédios monumentais, que acabaram sendo o primeiro campus universitário brasileiro.<sup>5</sup>

As palavras do ex-reitor Francisco Ferraz exemplificam a espécie de culto prestado ao grupo de bacharéis, políticos, professores – muitos deles reunindo estas três características – que, sob a égide do positivismo, inaugurou a formação universitária em Porto Alegre. Há décadas a valorização dessa história centenária tem se materializado em diversas publicações, a maior parte elaborada no âmbito das escolas consideradas “pilares” da UFRGS – Escola de Engenharia, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito<sup>6</sup>.

A metáfora arquitetônica acima, além de freqüente nessas produções discursivas, indica os bens imóveis que, a partir de 1996, foram enquadrados por uma proposta intitulada *Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Ela é fruto de um trabalho dirigido pelo então coordenador da Superintendência de Espaço Físico da UFRGS (SUPEF), professor Christoph Bernasiuk<sup>7</sup>. Iniciava-se o primeiro reitorado de Wrana Maria Panizzi<sup>8</sup> e a este gabinete Bernasiuk levava a proposta de recuperação das mais antigas construções da Universidade, sedes daquelas escolas pioneiras e

<sup>5</sup> FERRAZ, Francisco. *Memória de uma gestão*. In: UFRGS: 70 anos. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2004, p. 107. Francisco Ferraz foi professor de ciência política e reitor da UFRGS (1984-1988).

<sup>6</sup> Para alguns exemplos ver: CORSO, Heloísa Velinho. *Faculdade de Farmácia: UFRGS 1895-1987*. Porto Alegre: UFRGS, 1990. HASSEN, Maria de Nazaret Agra. *Fogos de Bengala nos Céus de Porto Alegre: A Faculdade de Medicina faz 100 anos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998. \_\_\_\_\_; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. *Escola de Engenharia/UFRGS; um século*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1996. SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre – Subsídios para a sua história*. Porto Alegre: Síntese, 2000. TILL, Rodrigues. *História da Faculdade de Direito de Porto Alegre 1900/200*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ciências Humanas e Filosofia da UFRGS: memória, saber e cidadania*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004. Note-se que a maioria destas obras advém dos anos 1990 para cá.

<sup>7</sup> Christoph Bernasiuk era professor e diretor do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos da UFRGS quando assumiu a SUPEF (1996-2000). À SUPEF cabia a provisão das necessidades de cada campus em termos de espaço físico qualificado.

<sup>8</sup> Wrana Maria Panizzi era professora da Faculdade de Arquitetura da UFRGS quando foi eleita reitora da Universidade, cargo este que ocupou por dois mandatos consecutivos (1996-2000 e 2000-2004).

identificadas como os “prédios históricos” da UFRGS<sup>9</sup>. Sob esta nomenclatura, o Projeto Resgate agrupou doze imóveis localizados no campus central (onze deles construídos entre 1898 e 1928 e outro que data de 1957) e um (de 1913) situado no Campus do Vale – área afastada do centro de Porto Alegre em que foi erguida a Cidade Universitária da UFRGS.

Com vistas à obtenção dos recursos necessários, a Universidade encaminhou um projeto ao Ministério da Cultura (MinC), tendo a Fundação de Apoio da UFRGS (FAURGS) como sua proponente no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)<sup>10</sup>. Mediante o mecanismo de renúncia fiscal, previsto pela Lei nº 8.313/91, mais conhecida como Lei Rouanet, tais recursos poderiam ser captados junto a pessoas físicas ou jurídicas. A proposição foi aprovada em setembro de 1998. Estratégia semelhante incluiu a proposta na Lei de Incentivo à Cultura do Rio Grande do Sul (LIC/RS).

Ainda em 1998, o reconhecimento formal dos prédios, via processo de tombamento, foi solicitado junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Foram tombados por este órgão somente os edifícios da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico. Em 2000, a Lei 11.525, cujo proponente fora o deputado Bernardo de Souza, foi aprovada pela Assembléia Legislativa e declarou os “prédios históricos” da UFRGS (os treze prédios) integrantes do patrimônio cultural do Estado.

No ano 2000, as tarefas do Projeto Resgate passaram à alçada de um setor criado especificamente para tanto, a Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH), que até o momento é a responsável por sua gestão. Ao longo dos últimos doze anos, os agentes do Projeto Resgate elaboraram diversos estudos e publicações sobre o “patrimônio histórico e cultural da UFRGS” e restauraram sete edificações, operando significativa alteração na paisagem enquadrada pela proposta. Poder-se-ia sugerir que o desenrolar desses discursos e práticas está promovendo a “transformação do espaço em lugar”, para utilizar expressão de Sandra Pesavento<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Para uma listagem dos “prédios históricos” da UFRGS, com uma representação dos diversos enquadramentos que eles receberam ao longo do processo de patrimonialização da Universidade, ver o APÊNDICE ao final deste trabalho.

<sup>10</sup> A Fundação de Apoio da UFRGS (FAURGS) foi criada em 1994, na gestão de Hélió Trindade, “com os objetivos básicos de apoiar as atividades de pesquisa, ensino e extensão, a prestação de serviços técnico-administrativos à UFRGS e à comunidade, além da realização de atividades científicas e culturais e a concessão de bolsas [...]”. Ver TRINDADE, Hélió. *Em busca de uma “Universidade por inteiro”*. In: UFRGS: 70 anos, 2004, op. cit., p. 151.

<sup>11</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade? Lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*. Uberlândia: UFU, v. 4, n. 2, junho, 2002, p.24. Neste artigo a historiadora trabalha com o conceito de “imaginário”, entendido como “um sistema de representações coletivas” por meio do qual os homens atribuem significado ao social. A transformação do espaço em lugar, por meio de discursos e imagens que se colocam no lugar da materialidade de construções, é para Pesavento um processo mental de abordagem, em que memória & história, tempo & espaço se entrelaçam.

Se considerássemos, porém, tal mudança o resultado lógico de um “passo a passo” eficiente, estaríamos simplificando em demasia o jogo de inclusões e exclusões que produziu esse patrimônio. Então, para esta pesquisa, tanto os “prédios históricos” como os valores atribuídos a eles resultam de um complexo *processo de patrimonialização*. Em uma acepção restrita, a patrimonialização pode ser compreendida como a atribuição do qualificativo “patrimônio”, sempre acompanhado de adjetivações historicamente variáveis (histórico, artístico, cultural, etnológico, etc.),<sup>12</sup> a determinado conjunto de bens e sua preservação no seio de uma sociedade<sup>13</sup>.

Nesses termos, o tema deste trabalho é o processo de patrimonialização operado na UFRGS nas últimas três décadas, período em que múltiplos discursos e práticas em prol de seu acervo cultural emergiram. Antes de apresentar as fontes utilizadas, devo esclarecer que para delimitar meu problema de pesquisa adotei uma acepção mais ampla do conceito de patrimonialização, em virtude do marco teórico de meu trabalho, que se insere na investigação do patrimônio como uma construção social. O modelo desenvolvido por Llorenç Prats, na obra *Antropología y Patrimonio*<sup>14</sup>, é representativo desta tendência.

O patrimônio como construção social é a constatação de sua inexistência natural. Trata-se de fenômeno não universal, mas produzido, mutável e histórico. O autor sugere que os processos de patrimonialização obedecem a duas construções sociais, etapas distintas e complementares. Ele concebe o patrimônio como um sistema de representação, no qual a legitimação de seus referentes simbólicos se dá a partir de determinadas fontes de autoridade (ou de sacralidade) consideradas extraculturais, como a natureza, a história ou a inspiração criativa. Elas aparentam estar além das leis que regem a ordem social, motivo pelo qual funcionam como critérios legitimadores. Prats argumenta que, na primeira etapa dos processos de patrimonialização, tais critérios constituem, metaforicamente, as paredes de um triângulo e em seu interior jazem elementos potencialmente patrimonializáveis, ou seja, trata-se de um “*pool* virtual” composto de objetos capazes de representar àqueles valores sacralizados. A segunda etapa, no entanto, é que de fato institui determinados elementos desse *pool* como bens patrimoniais. Esta é a fase de “ativação” [*activación o puesta en valor*], que consiste em ações de sujeitos concretos, os quais selecionam representações, elaboram

---

<sup>12</sup> Atualmente, o conceito de “bem cultural” tem substituído paulatinamente a noção de “patrimônio histórico e artístico”, todavia isso não constitui uma regra. Falarei sobre essas mudanças conceituais no decorrer do trabalho. Por enquanto, cabe notar que a expressão “patrimônio histórico-cultural” é a que designa a ênfase curricular do curso de bacharelado em história da UFRGS (na qual eu me incluo).

<sup>13</sup> POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI – Do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

<sup>14</sup> PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 2004.

discursos e mobilizam uma gama de práticas expositivas para dar existência a um patrimônio<sup>15</sup>.

Em face desse modelo teórico, portanto, concebo que o Projeto Resgate não encerra todas as manifestações do processo de patrimonialização da UFRGS, mas pode ser entendido como a etapa de ativação deste. Tanto aquelas práticas discursivas que celebram a história da Universidade como outras medidas tomadas para preservá-la e divulgá-la integram o processo em curso, mesmo que o enquadramento de algumas delas não tenha sido propriamente patrimonial. Assim, meu problema de pesquisa é: como foram produzidas as práticas discursivas de ativação do “patrimônio histórico e cultural da UFRGS”, entre 1998 e 2008?

Ao pensar os próprios mecanismos utilizados pelo Projeto Resgate como frutos de uma concreção e não como estratégias prontas, alargou-se a gama de fontes para este trabalho<sup>16</sup>. Além dos dois estudos<sup>17</sup> e das quatro publicações<sup>18</sup> elaboradas pelos agentes dessa ativação patrimonial, fiz questão de analisar os pareceres que compõem o processo de tombamento aberto no IPHAN, como parte das tarefas de atribuição de valores aos “prédios históricos” da UFRGS. Suas cópias se encontram na 12ª Superintendência Regional do órgão e, transcritas por mim, em anexo<sup>19</sup>. Analisei também as produções discursivas de outras três experiências voltadas à preservação do acervo cultural da Universidade – a Comissão da História, o Projeto do Centro Cultural e o Museu Universitário –, pois entre 1977 e 1989 seus agentes já utilizavam conceitos que foram retomados pelo Projeto Resgate na década de 1990. A maior parte dessa documentação integra a “coleção U” da Biblioteca Central da UFRGS.

Para o exame da primeira iniciativa, interroguei as seguintes fontes: cópias de duas portarias administrativas que regulamentaram seu funcionamento<sup>20</sup>, uma monografia, dois

---

<sup>15</sup> Desde a caracterização, pelo direito romano, do *patrimonium* como “o conjunto dos bens familiares, vislumbrados não segundo seu valor pecuniário, mas em sua condição de bens a transmitir” [POULOT, 2009, op. cit., p.16.]; até sua recente conceituação como um recurso comum ao desenvolvimento cultural poderíamos dizer, nos termos de Llorenç Prats, que se alteraram inúmeras vezes os critérios de ativação e de legitimação responsáveis pelos repertórios patrimoniais culturalmente aceitos.

<sup>16</sup> A listagem completa das fontes utilizadas está na seção REFERÊNCIAS, ao final do trabalho.

<sup>17</sup> Os estudos *UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural – Primeiro Campus Universitário do Brasil/Primeira Universidade Técnica*, de 1998, e *Proposta para tombamento do Campus do Centro – Inventário do Acervo Edificado da UFRGS*, de 2000, estão disponíveis no Setor de Documentação da Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS (SPH).

<sup>18</sup> Os livros *Os prédios históricos da UFRGS: atualidade e memória*; *Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*; *Manuais do Patrimônio Histórico edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legislação*; e *Manuais do Patrimônio Histórico edificado da UFRGS: Faculdade de Direito* também estão disponíveis na SPH.

<sup>19</sup> A cópia do *Processo de Tombamento nº 1.438-T-98*, de 1998, está disponível na 12ª Superintendência Regional do IPHAN em Porto Alegre. É composto das seguintes partes, transcritas separadamente em anexo: *Parecer do Departamento de Proteção nº 064/99*; *Memorando DEA/CORDEP/DEPROT nº 650/99*; *Parecer da Procuradoria Jurídica, nº 34/99*; *Parecer de Nestor Goulart Filho* [membro do Conselho Consultivo do IPHAN].

<sup>20</sup>As portarias *Portaria 474*, de 1977, e a *Portaria 233*, de 1979, estão disponíveis na Divisão de Protocolo da UFRGS.

boletins e uma revista<sup>21</sup>. Este material foi, majoritariamente, elaborado por Dante de Laytano, Mozart Pereira Soares, Pery Pinto Diniz e Paulo Fagundes Vizentini<sup>22</sup>, principais membros da Comissão. Quanto à segunda iniciativa, utilizei como fonte o próprio *Projeto Centro Cultural*<sup>23</sup>, um informativo da fundação criada para administrá-lo<sup>24</sup> e o depoimento de seu idealizador (Francisco Ferraz), o qual consta no livro *UFRGS: 70 anos*<sup>25</sup>. Por fim, para a mobilização do Museu Universitário, dispus de dois projetos: o primeiro relativo à efetiva implantação deste, ocorrida em 1985 sob a coordenação de Maria Helena Bered<sup>26</sup>, e o segundo (não concretizado) que sustentava a criação de outros dois museus (de Ciência e Tecnologia e de Memória Social) no campus central da Universidade<sup>27</sup>. Para o texto desta proposta contribuiu também a historiadora Sandra Jatahy Pesavento<sup>28</sup>.

Ademais, examinei ainda a escassa bibliografia existente sobre as quatro mobilizações citadas; compilações de reportagens disponíveis no Sistema de Bibliotecas da instituição<sup>29</sup> e entrevistas orais<sup>30</sup> sobre preservação patrimonial dos “prédios históricos”, promovidas pela Rádio da UFRGS em 1995.

O recorte temporal com que opero mantém o foco no Projeto Resgate e nos conduz da elaboração da primeira versão textual deste, em 1998, até o desligamento de Bernasiuk do cargo de Secretário do Patrimônio Histórico da UFRGS, em 2008. Justifico essa seleção por tal ser o período em que foram concluídas as principais fontes relativas à proposta. Trata-se da única bibliografia existente sobre o Projeto Resgate, salvo um artigo intitulado *A cidade: sede*

<sup>21</sup> A monografia *A Revolução de 30 e a criação da UPA*, de 1979, está disponível no Museu da UFRGS; o *Boletim da Comissão da História da UFRGS*, em suas duas edições de 1985 e 1986, e a *Revista da Comissão da História da UFRGS*, de 1987, estão disponíveis na Biblioteca Central da UFRGS.

<sup>22</sup> À época, Dante de Laytano era professor da antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFRGS; Mozart Pereira Soares era professor da Faculdade de Agronomia da UFRGS; Pery Pinto Diniz era professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e Paulo Fagundes Vizentini era aluno do curso de história e, em seguida, do mestrado em ciência política da UFRGS.

<sup>23</sup> O *Projeto Centro Cultural* está disponível na Biblioteca Central da UFRGS.

<sup>24</sup> O material *Fundação Cultural Elyseu Paglioli* também está disponível na Biblioteca Central da UFRGS.

<sup>25</sup> FERRAZ, 2004, op. cit.

<sup>26</sup> Não consegui obter informações precisas sobre a trajetória de Maria Helena Bered nos quadros da UFRGS.

<sup>27</sup> Os projetos *Implantação do museu universitário*, de 1985, e *Projeto Museu Universitário*, de 1989, estão disponíveis na Biblioteca Central da UFRGS.

<sup>28</sup> Sandra Jatahy Pesavento era professora do Departamento de História da UFRGS e coordenava o Núcleo de Documentação e Memória Social desta instituição.

<sup>29</sup> SOARES, Mozart Pereira. *A história do primeiro Campus Universitário do Brasil*. In: *Jornal da UFRGS*, Porto Alegre, maio 1986; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *O patrimônio preservado*. In: *Jornal da UFRGS*, Porto Alegre, maio 1986. \_\_\_\_\_. *Centro Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: documentação Imprensa*. Porto Alegre: UFRGS, 1986-1988.

<sup>30</sup> CUSTÓDIO, 1995, op. cit.; LEITE, Fernando Carvalho. *Comunicação pessoal*. Programa Perspectiva – Espaço Urbano e Arquitetura. Porto Alegre, 1995 [entrevista sobre levantamento histórico para preservação do Campus Centro]. Disponíveis em fita cassete na Rádio da UFRGS. O arquiteto Fernando Carvalho Leite era professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, trabalhara no Projeto do Centro Cultural e fora membro do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre.

de sentidos<sup>31</sup>, das antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornélia Eckert. O “patrimônio da UFRGS” e a “memória acomodada” nele<sup>32</sup> foram objeto do estudo de caso deste artigo; as autoras classificaram-no como um “laudo”, por ter-lhes sido encomendado pela SPH, que poderá utilizar os conceitos aí engendrados em suas próprias publicações. Graças a isso, analisá-lo-ei junto com os discursos do Projeto Resgate.

Na medida em que ativações patrimoniais dependem da elaboração de construtos discursivos por parte daqueles agentes interessados nas representações que um patrimônio pode sustentar, recorri às proposições de Michel Foucault em *A Ordem do Discurso*<sup>33</sup>. Sua hipótese inicial é que a produção do discurso em nossa sociedade é alvo de seleção e de controle, a partir de determinados procedimentos, internos e externos a ele, que visam conjurar os perigos da fala. Quatro princípios e suas quatro noções respectivas compõem o método que o autor adotou no *Collège de France*: princípio da inversão e noção de acontecimento; princípio da descontinuidade e noção de série; princípio da especificidade e noção de regularidade; princípio da exterioridade e noção de condição de possibilidade. O primeiro se opõe à criação e à imagem tradicional de um autor, de uma disciplina ou de uma vontade de verdade, como fontes originais de onde emanaria o discurso. Ao contrário, Foucault sugere que atentemos ao “jogo negativo de um recorte e de uma rarefação”<sup>34</sup> que o produz. O segundo se opõe à idéia de continuidade, à existência de um único discurso homogêneo e eterno. Cabe ao terceiro se opor à originalidade, entendendo o discurso como uma prática, “uma violência que fazemos às coisas”<sup>35</sup>, e não como um mistério a ser decifrado. Finalmente, o quarto princípio alerta contra a busca das representações existentes por trás dos discursos, sugerindo, entretanto, a procura pelas condições externas que possibilitam a aparição e a regularidade do acontecimento discursivo.

Vê-se que uma contradição surgiria caso eu simplesmente justapusesse o modelo teórico de Prats e o método de análise de Foucault. Se considerarmos, como parece pertinente, que o patrimônio é um *sistema de representações* e se concordarmos que uma ativação patrimonial como a do Projeto Resgate depende da construção de um *discurso*, como estudá-

<sup>31</sup> ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza. *A cidade: sede de sentidos*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org); BELTRÃO, Jane Felipe (org); ECKERT, Cornélia (org). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

<sup>32</sup> As relações entre patrimônio e memória se entrelaçam, inicialmente, a partir do conceito de “monumento”, tão caro à história das transformações por que aquela noção passou. Segundo Françoise Choay [2006, op. cit., p. 17], o termo latino *monumentum* deriva da palavra *monere*, que significa advertir ou lembrar. Mais adiante, destacarei alguns aspectos dessa intrincada relação.

<sup>33</sup> FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 53.

la sem atentar às representações articuladas nesse discurso? Por outro lado, como estudar um *sistema de representações* sem levar em conta os poderes interessados em torná-lo reconhecido (e aceito) senão mediante um questionamento das condições em que estes produziram seus *discursos*? Não com a pretensão de resolver as questões colocadas, mas para refletir sobre um possível diálogo entre ambas é que lancei mão das concepções de Pierre Bourdieu em *A Força da Representação*<sup>36</sup>.

Inicialmente, para este autor, recorrer à análise das “representações práticas” nos processos sociais não significa apontar ilusões ou incoerências neles articulados, mas entender que tais representações também produzem o que, aparentemente, apenas designam. As “representações mentais” são as imagens mentalmente formuladas a partir da percepção e da apreciação feitas pelos agentes de determinado processo, ou seja, é nelas que seus interesses são primeiramente investidos. A seguir, as estratégias imbuídas deles converter-se-ão em “representações objetais”. São exemplos: bandeiras, escudos, logomarcas e prédios; ou mesmo atos, como o discurso performativo. Trata-se, portanto, de processos de conhecimento e de reconhecimento, nos quais está fundamentado o poder simbólico. Segundo Bourdieu, um bom exemplo disso são as *disputas* para consagrar certa identidade. Em sua linguagem econômica, o móvel dessas lutas é a “maximização do lucro simbólico” – poder exclusivo “de fazer ver e de fazer crer”. Quando detido como um monopólio, este poder é capaz de aglutinar de tal forma os grupos, que se produz um sentido percebido como consenso, logo, como realidade<sup>37</sup>.

O patrimônio, entendido como um sistema de representações e de práticas, tem sido investigado por alguns autores à luz do conceito de “campo”, que Pierre Bourdieu aplicou a diversos contextos sociais (artístico, filosófico, científico, etc.)<sup>38</sup>. Em *As regras da arte*, este sociólogo o concebe como “uma rede de relações objetivas”<sup>39</sup>, em que agentes e instituições ocupam posições hierarquicamente desiguais e disputam o poder para definir seu *nomos* -

<sup>36</sup> BOURDIEU, Pierre. *A força da representação*. In: A economia das trocas lingüísticas. São Paulo: EDUSP, 1996.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 108. Note-se que Llorenç Prats articula idéia similar, ao conceber o alcance de certo nível de consenso, de certa hegemonia, como fator determinante do sucesso de uma patrimonialização. PRATS, 2004, op. cit.

<sup>38</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 66. Sobre o uso do conceito de “campo do patrimônio” ver: CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 21; LEWGOY, Bernardo. *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS*. Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. *Ciências e Letras*, número 27, p. 13-24, 2000.

<sup>39</sup> BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b, p. 261.

“princípio de visão e de divisão”<sup>40</sup> que funda um campo, estabelece seus limites e o caracteriza. A perpetuação de um *nomos*, por sua vez, depende tanto da observância de certas regras, resultantes das lutas entre interesses distintos nesse campo, quanto da *illusio*, que é a própria crença em tais regras<sup>41</sup>.

Segundo o autor, definir o que é ser escritor e quem pode sê-lo, por exemplo, é a aposta do campo literário; logo, podemos entender a definição do que é o patrimônio como o objetivo das disputas do campo patrimonial. Conforme indicam Bernardo Lewgoy e Zita Possamai<sup>42</sup>, o conceito de “patrimônio” foi consolidado no contexto europeu do século XIX. Como uma das estratégias de legitimação dos Estados nacionais junto a seus habitantes, a difusão de valores de uma suposta herança cultural requeria a delimitação de um conjunto de tarefas práticas e simbólicas (preservação, conservação, restauração), executadas a partir de então por agentes especializados e com autoridade para tanto. Será nessa delimitação de fronteiras indicativas do que é o patrimônio e de quem pode operar com ele (*nomos*), a ponto disso se tornar um dado socialmente aceito e quase naturalizado (*illusio*), que Lewgoy identificará o sistema cultural autônomo característico do campo patrimonial<sup>43</sup>. Investigações como a de Leonardo Castriota, que abordam a proliferação das patrimonializações nas últimas décadas, têm invocado o conceito de “campo”, justamente pela inserção de novos agentes nessa rede, o que em muito distende o círculo restrito de *experts* de outrora<sup>44</sup>. Em minha perspectiva, então, opto por sugerir que a ativação do “patrimônio da UFRGS”, posta em marcha pelo Projeto Resgate, terminou por incluir esta Universidade no campo patrimonial, idéia que aprofundarei no segundo capítulo.

Assim, ofereço três objetivos específicos, inspirados nas premissas teóricas e metodológicas apresentadas até aqui, para a resolução da problemática apontada. Primeiro, identificar as três experiências em prol do acervo cultural da UFRGS que antecedem ao

<sup>40</sup> Ibidem, p.265.

<sup>41</sup> “[...] cada campo, através da forma particular de regulação das práticas e representações que impõe, oferece aos agentes uma forma legítima de realização de seus desejos, baseada em uma forma particular de *illusio*. [...] O produtor do valor da obra de arte não é o artista, mas o campo de produção enquanto universo de crença que produz o valor da obra de arte como fetiche ao produzir a crença no poder criador do artista.” Ibidem, p.259.

<sup>42</sup> LEWGOY, 1992, op. cit.; POSSAMAI, 2000, op. cit.

<sup>43</sup> Para o caso brasileiro, porém, Márcia Chuva argumenta que não é possível qualificar as décadas de 1930 e 1940, de constituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, mais tarde IPHAN), como a gênese de um campo de preservação cultural, pois “difícilmente se poderia identificar uma autonomia relativa para o conjunto de agentes que se aparelhou no Sphan”. Essa “pretensa autonomia”, segundo ela, acabaria por camuflar as relações desses intelectuais com o regime autoritário do Estado Novo, de que a maioria fazia parte. Cf. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p.110. No entanto, conforme aponta Pierre Bourdieu [1996b, op. cit., p. 246.], os campos culturais ocupam uma posição no campo do poder, motivo pelo qual seus graus de autonomia não podem ser medidos fora desta relação. Isso, por sua vez e em minha concepção, não invalida a pertinência do conceito de “campo”.

<sup>44</sup> CASTRIOTA, loc. cit.

Projeto Resgate e analisar suas práticas discursivas. Segundo, analisar como as produções discursivas do Projeto Resgate representam o “patrimônio histórico e cultural da UFRGS”, quais valores atribuem aos bens selecionados e quais critérios são usados para legitimar a preservação destes (sempre levando em consideração as práticas acionadas concomitantemente). Terceiro, questionar quais “condições externas” possibilitaram a regularidade discursiva concernente ao “patrimônio histórico e cultural” da UFRGS que o Projeto Resgate consolidou.

Finalmente, tenho ainda um objetivo geral com este trabalho. Creio que o potencial do olhar de um historiador, ao se debruçar sobre os caminhos por meio dos quais um grupo social constrói seu patrimônio, reside na visualização dos discursos e das práticas utilizados para tanto em uma temporalidade específica. Nessa ótica, concordo com François Hartog, para quem as “patrimonializações galopantes dos anos 1990” – em que poderíamos incluir o Projeto Resgate – devem ser tratadas como indícios, sintomas do modo como nossa contemporaneidade se relaciona com o tempo<sup>45</sup>. Então, desejo que esta pesquisa contribua para a investigação do papel do patrimônio entre as modalidades sustentadas pela UFRGS para lidar com a passagem do tempo em seu interior.

Estruturei meu texto em duas partes principais, na tentativa de responder à primeira meta no primeiro capítulo e à segunda no segundo capítulo. Quanto ao terceiro objetivo específico e ao objetivo geral, devo dizer que as respostas àquele foram distribuídas entre os dois capítulos e este, por sua vez, perpassou toda a pesquisa, sendo retomado nas Considerações Finais.

---

<sup>45</sup> HARTOG, 2006, op. cit., p. 262-265. A escolha deste historiador consiste em perscrutar a proliferação atual dos conceitos de “história”, “patrimônio”, “memória” não para examiná-los intrinsecamente, mas por considerá-los como marcas do “regime de historicidade presentista” sob o qual nós viveríamos. François Hartog apresentou publicamente a noção de “regime de historicidade” em 1983, a partir das reflexões de Marshall Sahlins sobre as distintas formas de história operantes nas ilhas do Pacífico. Entretanto, tal conceito só foi retomado pelo historiador, ao final da década de 1980, como um caminho para se pensar o crescimento veloz da categoria do presente em nossa sociedade, que ele denomina de “presentismo”. Inspirado nas interrogações de Reinhart Koselleck, quanto ao modo como cada experiência temporal da história relacionou as dimensões temporais de passado e futuro, Hartog e o antropólogo Gerard Lenclud definiram duas acepções para o termo “regimes de historicidade”: “Em uma acepção restrita, é como uma sociedade trata seu passado. Em uma acepção ampla, regime de historicidade servia para designar a ‘modalidade de consciência de si de uma comunidade humana’”.

## 1 CAPÍTULO

Aos poucos se nota nos últimos dez anos, daqui para frente cada vez mais fortemente, uma tendência da própria administração da universidade, com a participação da comunidade, de preservação desses edifícios. Até pelo o que eles encerram do ponto de vista de memória.

José Albano Volkmer<sup>46</sup>

Ao adotar uma significação ampla para o processo de patrimonialização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), identifiquei três experiências de preservação de seus acervos móveis e imóveis anteriores ao Projeto Resgate. Algumas de suas propostas não saíram do papel; mesmo assim, os enquadramentos que cada uma delas fez dos bens culturais da Universidade é sintomático daquela “tendência à preservação”, evidenciada por José Albano Volkmer conforme a epígrafe acima. Mais do que uma continuidade, porém, o que cada uma dessas experiências demonstra são os diversos interesses que compuseram o processo de patrimonialização da UFRGS nas últimas décadas. Apresentarei a seguir as linhas gerais de cada iniciativa e analisarei as principais categorias discursivas que elas mobilizaram.

### 1.1 A Comissão da História, o Projeto do Centro Cultural e o Museu Universitário: o “pool virtual” de possibilidades patrimoniais da UFRGS

Considerada “a primeira tentativa de se preservar a memória da Universidade”<sup>47</sup>, a Comissão da História da UFRGS foi estabelecida em 25 de abril de 1977, no reitorado de Homero Só Jobim, para levantar “a documentação necessária a uma análise da Universidade e seu significado no desenvolvimento do Estado e do País”<sup>48</sup>. Dois anos mais tarde, a Portaria n° 474 regulamentava seu funcionamento da seguinte maneira:

---

<sup>46</sup> CUSTÓDIO, 1995, op. cit. José Albano Volkmer era professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e coordenara o programa de entrevistas *Perspectiva – Espaço Urbano e Arquitetura*, veiculado na Rádio da UFRGS ao longo de 1995.

<sup>47</sup> HEINEN, Nívea; KUMMER, Lizete; WEBER, Regina. Acervos Documentais da UFRGS: riqueza e desorganização. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.

<sup>48</sup> Portaria 474, 1977. As referências completas estão listadas ao final do trabalho.

[...] Normas Básicas para o funcionamento da Comissão da História da Universidade: [...] Art. 3º - nenhum documento ou qualquer outro material de valor histórico, existente nos arquivos ou dependências das unidades universitárias, poderá ser destruído ou inutilizado, sem a prévia audiência da Comissão de História da Universidade. Art. 4º - a Comissão fica investida dos mais amplos poderes para promover o tombamento e a recuperação dos elementos que forem julgados de interesse histórico.<sup>49</sup>

Dirigida por Dante de Laytano durante anos (1977-1981 e 1985-1988), a Comissão da História da UFRGS elaborou artigos temáticos e realizou entrevistas sobre a história da instituição. Mozart Pereira Soares, Pery Pinto Diniz e Paulo Fagundes Vizentini assinavam a maior parte de suas monografias; algumas delas depois serviram de base ao livro *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, lançado em 1992<sup>50</sup>. No entanto, as atividades da Comissão envolviam também representantes de várias faculdades e estavam abertas a todos aqueles que tivessem “algum comentário a acrescentar sobre o desenvolvimento de sua Unidade”<sup>51</sup>. No reitorado de Francisco Ferraz (1984-1988), a Comissão foi transformada em Projeto Especial<sup>52</sup>, instalado na antiga sede do Instituto de Química, onde hoje está alocada a Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS (SPH). Quando extinto em 1989, o acervo e o programa do Projeto Especial foram transferidos para o Núcleo de Documentação e Memória Social, coordenado por Sandra Jatahy Pesavento.

A busca pelas “origens”<sup>53</sup> da UFRGS foi a tônica de boa parte dos artigos publicados pela Comissão da História, os quais discorriam sobre a fundação das Faculdades e dos Institutos pioneiros. Entretanto, seus membros insistiam que a função da Comissão não era “meramente rememorativa”, não se tratava de “um culto ao passado morto”<sup>54</sup>. Logo, o “resguardo da memória da UFRGS” dependia tanto da “recuperação do passado” quanto do “registro do presente”<sup>55</sup>. Vale notar que, segundo Dominique Poulot, a idéia de preservação das “origens” como uma contribuição à atualidade pode ser identificada desde a época da Luzes:

<sup>49</sup> Portaria 233, 1979.

<sup>50</sup> DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934 a 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

<sup>51</sup> Revista da Comissão da História da UFRGS, 1987.

<sup>52</sup> Os “Projetos Especiais” compunham a estratégia administrativa de Francisco Ferraz e lhe eram diretamente vinculados. Objetivavam a promoção de atividades que não dependessem unicamente das pró-reitorias, estruturas verticais e muito burocráticas, na concepção de Ferraz. Ao contrário, ele propunha para os “Projetos Especiais” uma cooperação horizontal entre os diferentes órgãos da UFRGS. Cf. FERRAZ, 2004, op. cit.

<sup>53</sup> “A Comissão da História da Universidade tem por finalidade recolher, classificar e recuperar a documentação e material pertinentes à origem e desenvolvimento da UFRGS.” Cf. Portaria 233, 1979.

<sup>54</sup> Boletim da Comissão da História da UFRGS, 1985.

<sup>55</sup> Revista da Comissão da História da UFRGS, 1987.

Quando, hoje em dia, pensamos espontaneamente o patrimônio em termos de conquistas a serem ampliadas, em vista de uma conservação cada vez mais completa [...], o século XVIII, fatigado com as trivialidades da história, considerava-o no âmbito de uma depuração negociada a ser empreendida. As testemunhas das origens eram as únicas que podiam ser legitimamente preservadas – de tal modo a época sonhava, naturalmente, com os alicerces (com sua energia desaparecida que deve ser recuperada ou superada): assim, esboçava-se um programa de trabalho do historiador em forma de busca de prefigurações.<sup>56</sup>

Nos discursos da Comissão da História, a preocupação em alinhar aquelas duas dimensões temporais (passado e presente) com uma terceira, o futuro, pode ser representada pela imagem que Laytano fez da Revista de 1987: “um espelho da Universidade de Hoje”, que ajudará “o historiador de amanhã a formar um quadro preciso da UFRGS neste momento de definição da vida nacional”<sup>57</sup>. Nas palavras de Mozart Soares e Pery Diniz, o principal valor do “serviço de informática” que a Comissão ficara encarregada de realizar era a promoção da “aproximação harmônica entre os elementos da *tradição*, que continuam a ser fontes de referência, e os ideais novos”<sup>58</sup>.

Conforme indica Leonardo Castriota, o verbete “Tradição e transmissão” da *Encyclopedia of vernacular architecture*, designa “aqueles aspectos do comportamento, dos costumes, do ritual ou do uso de artefatos que foram herdados das gerações anteriores”<sup>59</sup>. É pelo viés da herança que “patrimônio” e “tradição” primeiramente se imbricam. Simultaneamente encarada como uma “permanência do passado” e uma “existência no presente”, a “tradição” desempenha “normalmente a função de emprestar sua chancela de autoridade a atos do presente”, motivo pelo qual é sempre “seletiva” (“depuração a ser empreendida”)<sup>60</sup>.

Em face dessas proposições, caber-nos-ia perguntar: quais eram os “ideais novos” que se manifestavam na UFRGS à época em que a Comissão da História foi criada? Importa notar que a constituição desse órgão coincide temporalmente com a transferência dos primeiros cursos da UFRGS para o novíssimo Campus do Vale, inaugurado em setembro de 1977, em local consideravelmente distante do centro da cidade. O Instituto de Filosofia e Ciências

<sup>56</sup> POULOT, 2009, op. cit., p. 79.

<sup>57</sup> Revista da Comissão da História da UFRGS, 1987.

<sup>58</sup> SOARES; DINIZ, 1992, op. cit., p.7. Grifo meu.

<sup>59</sup> CASTRIOTA, 2009, op. cit., p. 21.

<sup>60</sup> Quanto ao conceito de “tradição”, Llorenç Prats faz referência a duas vertentes relacionadas ao campo patrimonial: a perspectiva da “invenção”, ou mesmo da “manipulação”, proposta por Eric Hobsbawn e Terence Ranger no livro *A Invenção das Tradições*; e a que se refere à idéia de “universos simbólicos legitimados”, a partir de Peter Berger e Thomas Luckmann em *A construção social da realidade*. Para Prats, as “invenções” se referem não só a elementos criados *ex nihilo*, mas sobretudo a composições e descontextualizações. PRATS, 2004, op. cit., p. 20.

Humanas e o Instituto de Letras inauguraram as novas instalações<sup>61</sup>. Sabe-se das reclamações provenientes tanto do movimento estudantil quanto de docentes e funcionários que não desejavam a transferência<sup>62</sup>. O dilema da implantação física da Universidade se intensificou desde que a Reforma Universitária de 1968<sup>63</sup> deliberou sobre a nova organização dos cursos superiores no Brasil. Contudo, propostas para se criar uma Cidade Universitária existiam desde o estabelecimento da Universidade de Porto Alegre (UPA) em 1934.

É significativo, por exemplo, o lançamento do livro *Implantação Física da UFRGS: da fundação ao Campus do Vale*<sup>64</sup>, em 1979, possível indicador de um interesse crescente da administração universitária em buscar exemplos de como as gerações precedentes resolveram suas questões de infra-estrutura. Não obstante, uma perspectiva inversa também poderia ser sustentada, isto é, esperava-se que pesquisas como as da Comissão da História – sobre “a origem” e “desenvolvimento” da UFRGS – fornecessem informações legitimadoras da realização de obras contemporâneas, como a própria construção do novo campus<sup>65</sup>. Baseio tal sugestão numa declaração de Francisco Ferraz, quando este era Pró-reitor de Planejamento, na introdução daquele livro:

A sucessão de projetos de implantação física acompanha a Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde os primórdios de sua existência. Cidade Universitária, Vila Universitária, Monumento Universitário, Campus Universitário, são algumas das muitas denominações que diferentes gerações adotaram ao conceber as novas e ideais instalações físicas para a Universidade. Ao longo dos últimos cinquenta anos, nenhuma questão foi discutida de maneira tão continuada como esta. [...] A história destes projetos encontra-se documentada neste volume. [...] os trabalhos de pesquisa para realizá-lo expressam, a um só tempo, o reconhecimento da importância de recapturar do passado as esperanças e os ideais que mantiveram viva a idéia da nova

<sup>61</sup> PESAVENTO, Sandra. *Um dia, em outro tempo...*In: UFRGS-70 anos, 2004, op. cit., p.70.

<sup>62</sup> FERRAZ, Francisco. *Ibidem*, p. 92. “Ainda na gestão Homero Jobim, levou-se para o Campus o Instituto de Química, não sem antes passar pela intensa contestação de alunos e professores, que se queixavam da distância do Campus, que havia pouco tempo para a mudança (férias) ou, até mesmo, se opondo à própria idéia de um novo Campus, como já ocorrera nas mudanças anteriores [...]”.

<sup>63</sup> Maria de Lourdes Fávero [A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba n. 28, 2006, p.34] destaca as seguintes medidas advindas da Lei nº 5.540/68 (Reforma Universitária): “o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação”. Já Ana Waleska Mendonça [A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.14, agosto, 2000, p. 146-148.] acrescenta o estabelecimento da “tríplice função de ensino, pesquisa e extensão” e ressalta a ampliação das vagas nas universidades públicas, cujo montante mais que dobrou entre 1968 e 1974. Sobre alguns efeitos da Reforma Universitária na gestão do espaço físico na UFRGS, ver: ESPÍNDOLA, Susana Sondermann. *Implantação Física da UFRGS: da fundação ao Campus do Vale*. Porto Alegre: UFRGS, 1979 [publicação da Pró-reitoria de Planejamento].

<sup>64</sup> *Ibidem*.

<sup>65</sup> Boletim da Comissão da História da UFRGS, 1985. Ver, sobretudo, a homenagem de Francisco Ferraz por ocasião da re-incorporação de Dante de Laytano ao referido órgão: “[...] Ela [Comissão da História] terá a função não meramente rememorativa, não a função de um culto ao passado morto, mas a função de reencontrar, neste passado, a seiva vital, [...] as linhas de continuidade da Instituição que nos permitirão enfrentar com mais autoridade, com mais força, com maior respaldo e com maior solenidade, [...] os desafios da hora presente e os desafios que vamos ter pela frente” [sic]. Os grifos são meus.

Universidade e a convicção de que a construção do Novo Campus encerra valores imateriais que transcendem em significação e importância a própria realização física do projeto. Os trabalhos de construção do Novo Campus nos dias de hoje, dão continuidade a esta tradição, e, inspirando-se naqueles mesmos ideais e esperanças que animaram outras gerações, buscam realizar o antigo anseio de dotar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul de condições físicas compatíveis as suas tradições e potencialidades<sup>66</sup>.

O depoimento do futuro reitor destaca que os debates acerca da implantação física universitária sempre estiveram presentes na história da UFRGS, desde “os primórdios de sua existência”. A ênfase de Ferraz nas propostas de gerações antecessoras quer “recapturar do passado as esperanças e os ideais” que as animaram. Desse modo, ele insere a “construção do Novo Campus” em uma “tradição” à qual as atuais gestões apenas dão “continuidade” e afirma que este projeto “encerra valores imateriais que transcendem em significação e importância” a mera questão da infra-estrutura. Assim, a transferência dos cursos da UFRGS para o Campus do Vale parece ser legitimada pelo “antigo anseio de dotar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul de condições físicas compatíveis com suas tradições e potencialidades”.

Nota-se certa similaridade entre as categorias discursivas engendradas pela Comissão da História e por Francisco Ferraz com aquelas que já legitimaram a política oficial de preservação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), máxime desde a sua fundação, em 1937, até meados da década de 1970. Convém lembrar que Dante de Laytano dirigiu o Museu Júlio de Castilhos e atuou junto à Comissão Gaúcha de Folclore na década de 1950. Durante sua gestão no museu estadual, Laytano encetou ligações com órgãos nacionais, sobretudo com o próprio SPHAN<sup>67</sup>, o que provavelmente indica seu conhecimento das principais maquinarias discursivas que esta instituição promovia. Nesse ponto, parece-me elucidativa a análise que José Reginaldo dos Santos Gonçalves, em estudo intitulado *A Retórica da Perda*, fez dos discursos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN por mais de trinta anos<sup>68</sup>. Em suas narrativas, este intelectual mineiro concebia o “patrimônio histórico e artístico” do Brasil como fruto de uma “tradição” – entendida pelos “modernistas”, entre os quais circulava Rodrigo, como os valores “autênticos” que compunham a “brasilidade” –, situando suas “origens” em um passado longínquo, fonte inesgotável de “conhecimento científico e histórico” para o “processo de

<sup>66</sup> ESPÍNDOLA, 1979, op. cit., p. 7-8. Os grifos são meus.

<sup>67</sup> Cf. RODRIGUES, 2002, op. cit., p.132.

<sup>68</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

civilização” pelo qual o país precisava passar para se equiparar às “nações do velho mundo”<sup>69</sup>. A exemplaridade de tal “tradição” para o presente e, portanto, o perigo incalculável de sua “perda” para a trajetória brasileira, legitimavam as práticas acionadas para defendê-la. Para Rodrigo de Andrade, então, o passado deveria ser “apropriado em prol do futuro” e o principal instrumento legal para tanto era o tombamento, ato de inscrição de monumentos nacionais nos chamados Livros do Tombo<sup>70</sup>.

No caso da UFRGS, Francisco Ferraz recorreu à categoria discursiva da “tradição”, nos moldes acima, ao longo de todo seu reitorado, não só para a implantação do Campus do Vale como também para a segunda experiência que apresentarei neste capítulo. O Projeto do Centro Cultural, em vigor entre 1986 e 1988, almejava restaurar e converter os antigos edifícios do Campus Centro<sup>71</sup> em museus, bibliotecas, teatros e centros de eventos, pois muitos deles deixaram de comportar programas de ensino desde a transferência de suas unidades para o Vale<sup>72</sup>.

A idéia do Centro Cultural estava relacionada à concepção administrativa do reitorado de Francisco Ferraz. Ao rememorar-lo, já em 2004, Ferraz argumenta que tal proposta derivava de dois diagnósticos, sendo o primeiro deles “sobre a questão geral do espaço físico da Universidade”<sup>73</sup>. Este identificava o impasse a que chegara o Campus Centro: de um lado ele abrigava aqueles cursos que, contrariando o Plano Diretor do Campus do Vale, permaneciam em suas instalações originais; de outro, nas faculdades efetivamente transferidas, a “dissociação do binômio prédio-instituição”<sup>74</sup> gerava dúvidas quanto à melhor maneira de ocupá-las. Desse modo, o Projeto do Centro Cultural era para Ferraz a “culminância de todo um processo de ajustamento” entre as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) e os “prédios históricos”, que seriam destinados a novos usos<sup>75</sup>. Quanto ao segundo diagnóstico de Ferraz, ele concernia à “função cultural da Universidade em

---

<sup>69</sup> Ibidem, passim.

<sup>70</sup> Os Livros do Tombo são em número de quatro: a) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; b) Histórico; c) das Belas Artes; c) das Artes Aplicadas. Esses instrumentos deveriam refletir a definição de patrimônio prevista no Decreto-lei nº 25/37 – “[...] conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico [...]” –, que regulamentou o funcionamento do SPHAN em 1937. Ibidem, p. 66-68.

<sup>71</sup> Ver APÊNDICE.

<sup>72</sup> Projeto Centro Cultural, 1986.

<sup>73</sup> FERRAZ, 2004, op. cit., p.103.

<sup>74</sup> LEITE, 1995, op. cit.

<sup>75</sup> Cf. Centro Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: documentação Imprensa, 1986-1988. Neste livro ver a seguinte matéria: ZERO HORA. *Restauração salvará um patrimônio valioso*. Revista ZH, 13 de abril de 1986, p. 11.

relação à sociedade”<sup>76</sup>. Se Porto Alegre, ao contrário “das grandes cidades do primeiro mundo”, carecia de instituições culturais tradicionais, capazes de sustentar atividades artísticas permanentes e acessíveis à população, cabia à UFRGS assumir essa tarefa<sup>77</sup>.

Nos discursos de promoção do Centro Cultural, faço questão de frisar, recorre-se freqüentemente àquele recurso de harmonização entre “tradição” e “ideais novos”, que a Comissão da História empregara. Agora, porém, buscava-se fortalecer a imagem de “continuidade” entre as gerações que ergueram as primeiras escolas e a iniciativa de Francisco Ferraz. Tal maquinaria discursiva não só serviu como critério de legitimação à proposta do Centro Cultural como contribuiu para a escolha dos bens da Universidade que representariam os valores compartilhados entre fundadores e contemporâneos: os “prédios históricos” do Campus Centro. A partir de Llorenç Prats, penso que estava se constituindo o “armazém de possibilidades” patrimoniais da UFRGS:

O que é o Centro Cultural? A nobreza e a solidez dos prédios que abrigaram os institutos construídos no início do século, eloqüente indicador da existência duma elevada compatibilidade entre o plano geral de desenvolvimento físico, a estrutura acadêmica e os recursos humanos, vigentes à época de sua construção.<sup>78</sup>

As “nobres” e “sólidas” edificações erguidas no início do século XX, portanto, representariam a consonância entre espaço físico, estrutura acadêmica e recursos humanos alcançada pelos criadores das primeiras escolas. Atribuiu-se a esse patrimônio e a essa fase da história da UFRGS, a “elevada compatibilidade” que a administração de Francisco Ferraz almejava também ter, justamente no momento em que a consolidação do novo campus exigia tamanhos reajustes.

Ademais, em outros trechos do *Projeto Centro Cultural*, empregou-se o recurso à “continuidade” para conectar a sociedade porto-alegrense atual àquela de cem anos atrás, com o respaldo de informações advindas das pesquisas realizadas. Buscou-se enfatizar que os primeiros “prédios históricos” só foram erguidos graças a esforços privados, minimizando qualquer concurso governamental ao empreendimento. Assim aponta Carvalho Leite, responsável pelo levantamento histórico realizado em função da proposta de Ferraz: “a implantação desses prédios [históricos] deu-se de forma espontânea [...] e partiu do seio da

<sup>76</sup> FERRAZ, 2004, op. cit., p.103.

<sup>77</sup> Projeto Centro Cultural, 1986. Enquanto o Centro não ficasse pronto, tal “função cultural” da Universidade seria sustentada pela “Programação de Férias”, conjunto de atividades gratuitas bianuais que se realizariam no campus central da UFRGS. A divulgação desses eventos pretendia atrair recursos, pois o “MEC recusava-se a financiar a restauração dos prédios históricos, como um projeto isolado”. [FERRAZ, 2004, op. cit., p. 108-109].

<sup>78</sup> Projeto Centro Cultural, 1986.

sociedade através da iniciativa privada [...]”.<sup>79</sup> Ora, se as investigações e interpretações produzidas apontavam que a estruturação física da primeira instituição universitária de Porto Alegre partira “do seio da sociedade” de ontem, o apelo do reitor para que a sociedade de hoje tivesse a mesma “visão do futuro” terminava por reiterar a impressão de “continuidade” almejada. Assim, diminuía-se a distância entre esses “lugares no tempo”, fortalecendo as justificativas da empreitada de construção do Centro Cultural<sup>80</sup>.

Ao fim e ao cabo, o término do reitorado de Ferraz interrompeu a mobilização do Centro Cultural. Pautada pelo objetivo de restauração e reforma dos “prédios históricos”, essa iniciativa foi reconhecida por muitos como um esforço de preservação do patrimônio cultural<sup>81</sup>. Todavia, o próprio texto do *Projeto* e os discursos de seu idealizador não faziam referências claras ao conceito de “patrimônio”; tampouco propunham a consagração formal das edificações da UFRGS via instrumentos oficiais de preservação. Então, a despeito da opinião daqueles que observavam tal iniciativa e apesar dos levantamentos relativos às técnicas construtivas dos prédios e à história das instituições que estes abrigaram, é sintomática a ausência de uma articulação explícita do conceito de “patrimônio” nesse projeto. Principalmente se contraposta às mobilizações que o sucederam, como é o caso do Museu Universitário e do Projeto Resgate, contextos em que tal possibilidade discursiva se expandiu.

Previu-se a instalação do Museu Universitário entre os “projetos especiais” sustentados pela gestão de Ferraz<sup>82</sup>. Sua inauguração coincidiu com as comemorações do cinquentenário da UFRGS, a partir da data de fundação da UPA (1934-1984). O Museu se propunha a ser um “centro de convergência de atividades de divulgação do ensino, da pesquisa e da extensão”, abarcando quatro áreas de saber: “Ciências Exatas e Tecnologia, Ciências Biológicas, Filosofia e Ciências Humanas e Letras de Artes”. Dos objetivos do Museu Universitário, sua primeira coordenadora, Maria Helena Bered, destacava a preservação e divulgação de “valores artísticos, científicos e culturais da Instituição”, entre a comunidade interna – alunos, professores, funcionários – mas também para a comunidade

<sup>79</sup> LEITE, 1995, op. cit.

<sup>80</sup> “Um desafio de tal magnitude, que vem se acumulando por décadas, só será vencido se aquela mesma sociedade que, dotada da visão do futuro, ergueu estes prédios no início do século, tiver, nos dias atuais, idêntica grandeza para auxiliar a Universidade a resgatá-los da deterioração física e da destruição”. Cf. Projeto Centro Cultural, 1986.

<sup>81</sup> Centro Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: documentação Imprensa, 1986-1988. Ver neste livro as seguintes matérias do Jornal Zero Hora de Porto Alegre: ZERO HORA. *Colares visita Campus e elogia novo projeto*. 17 de abril de 1986, p.16; \_\_\_\_\_. *Repercute o Centro de Cultura da Ufrgs*. 18 de abril de 1986, p.35; \_\_\_\_\_. *Jair promete todo o apoio ao Centro Cultural da Ufrgs*. 19 de abril de 1986, p.11; \_\_\_\_\_. *Ex-reitores apóiam projeto da Ufrgs*. 21 de abril de 1986, p.37.

<sup>82</sup> Cf. Implantação do Museu Universitário, 1985. Ver também: FERRAZ, 2004, op. cit.

extra-universitária. Nesse sentido, a exposição inaugural preocupava-se em “historicizar a criação da UFRGS” por meio de uma mostra fotográfica<sup>83</sup>.

Cinco anos mais tarde, no reitorado de Gerhard Jacob, uma equipe de trabalho consideravelmente ampliada encaminhou ao Conselho Universitário uma proposta de proliferação dos museus da UFRGS. Bered dividia com Sandra Jatahy Pesavento<sup>84</sup> a coordenação da iniciativa<sup>85</sup> e a execução ficava a cargo de Ana Luiza Carvalho da Rocha, Nivia Terezinha Heinen e Sonia Maria Piccinini, integrantes do Projeto Especial de Recuperação do Acervo<sup>86</sup>.

Talvez possamos sugerir que o concurso de Sandra Pesavento se fizesse valer em premissas como as apresentadas neste projeto de 1989, o qual fazia questão de diferenciar o tipo de museu que queriam seus proponentes - “com características dinâmicas, de laboratório vivo de experiências, onde o rigor científico se mescla a um cunho didático” – daquele estereótipo que associa tal instituição a um “mero depósito de coisas velhas”<sup>87</sup>. Ao contrário de uma dimensão tão somente cronológica do tempo, buscava-se uma significância relacionada às noções de processo e de espaço.

Além do Museu Universitário já existente, sugeriu-se a criação de um Museu de Ciência e Tecnologia e de um Museu de Memória Social. Entre as justificativas para a fundação deste está a que associava a preservação da memória social, por meio de um centro de documentação centralizado e sistematizado, às “funções tidas como básicas para o desempenho da Universidade”<sup>88</sup>. Era denunciado o péssimo estado da maior parte de seus documentos, dispersos entre os institutos e faculdades e prejudicados pela falta de uma política de acervos.

A despeito de algumas semelhanças entre as categorias discursivas desta iniciativa com aquelas da Comissão da História, quero enfatizar que enquanto a segunda defendera a documentação possuidora de “valor histórico”, a primeira se voltava tanto para “fontes remotas” quanto para “fontes recentes”, desde que elas auxiliassem no “resgate da

---

<sup>83</sup> “Nela, pretende-se retratar o aspecto visual da ação acadêmica, através do conjunto de edificações que dão suporte à vida universitária, gerando as condições da existência e ampliação do ensino superior em Porto Alegre”. Cf. Implantação do Museu Universitário, 1985.

<sup>84</sup> Sobre a contribuição de Sandra Pesavento para o processo museológico brasileiro em geral, e da UFRGS em particular, ver: POSSAMAI, Zita Rosane. Uma mirada para o visual. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 6, n.4, ano IV, dezembro, 2009. Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/>. Acesso em: 12 de outubro de 2010.

<sup>85</sup> Projeto Museu Universitário, 1989.

<sup>86</sup> Nivia Heinen (historiadora) e Sonia Piccinini (socióloga) trabalharam diretamente com o Projeto Resgate anos mais tarde.

<sup>87</sup> Projeto Museu Universitário, 1989.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

compreensão do passado” e dessem “a chave para [...] projetos e ações no presente”<sup>89</sup>. Documentos impressos, como aqueles sob a guarda da Comissão, mas também fotográficos ou mesmo orais, deveriam ser amplamente disponibilizados a pesquisadores. O próprio conceito de “memória social” veiculado pelo *Projeto Museu Universitário* se afastava da perspectiva adotada pela experiência antecessora, pois levava em conta a inegável dimensão “induzida ou fabricada” da memória social<sup>90</sup>. Não obstante, ambas as iniciativas previam uma ação sobre a memória, isto é, se assemelham à “abordagem pragmática” que Paul Ricoeur investiga a partir do termo grego “*anamnesis*”, o qual designava a “lembrança como o objeto de uma busca”<sup>91</sup>.

Findo o projeto do Centro Cultural, foi a vez do Museu Universitário requisitar os “prédios históricos”, ainda que esta tenha sido uma solicitação mais econômica: cinco imóveis seriam necessários à implementação do Museu de Ciência e Tecnologia e do Museu de Memória Social<sup>92</sup>. As recuperações do prédio conhecido como Chateau, do Observatório Astronômico, da antiga sede da Escola de Engenharia, da Engenharia Nuclear e do Instituto Parobé representariam um “importante marco na trajetória do relacionamento da instituição com a comunidade [...] ao dotar de um caráter permanente a atividade museológica”<sup>93</sup>, que até então ocorria intermitentemente. Vislumbrava-se, inclusive, uma possível orientação do SPHAN para tais obras de restauro, mas nenhuma proposta de tombamento. Finalmente, o texto em estudo ainda mencionava que esses procedimentos viriam ao encontro de “uma série de demandas que tem surgido da comunidade no sentido de realizar assessorias, montagens de convênios, atividades de pesquisa e divulgação, no âmbito do patrimônio histórico dos museus e arquivos, das bibliotecas em geral”<sup>94</sup>.

---

<sup>89</sup> Ibidem.

<sup>90</sup> Cf. Projeto Museu Universitário, 1989: “[...] uma nova forma de agir com relação à preservação da memória [...] nos chega dos centros ditos ‘mais avançados’: silêncios e lacunas tem sido preenchidos com a incorporação de novos temas e preocupações que resgatam fontes até então desconsideradas.” [sic].

<sup>91</sup> RICOEUR, 2007, op. cit., p. 23-24. Na primeira parte de seu livro, Ricoeur propõe uma fenomenologia da memória sob o “ponto de vista objetual”, isto é, mais preocupada com o “*De que há lembrança?*” do que com o “*De quem é a memória?*”; ele o faz de forma a superar aquilo que ele considera uma “aporia inútil”, qual seja a oposição entre o sujeito da memória e a noção de memória coletiva. Nesse sentido, ele sugere duas abordagens, uma “cognitiva”, relacionada ao conceito grego de “*mne me*”, designando a lembrança como uma aparição; e outra “pragmática”, associada ao termo “*anamnesis*” para referir a lembrança perseguida. “A lembrança, alternadamente encontrada e buscada, situa-se, assim, no cruzamento de uma semântica com uma pragmática”.

<sup>92</sup> Ver APÊNDICE.

<sup>93</sup> Projeto Museu Universitário, 1989.

<sup>94</sup> Loc. cit. Em 2000, sob a direção de Francisco Marshall (professor do Departamento de História da UFRGS), fez-se um novo planejamento museológico para o Museu, de forma que este pudesse ocupar sua nova sede. O antigo prédio conhecido como Curtumes e Tanantes foi totalmente restaurado pelo Projeto Resgate em 2002 e abriga ainda hoje o Museu da UFRGS.

## 1.2 A preservação cultural na UFRGS e o movimento global de expansão das categorias patrimoniais

Até o presente momento investiguei a emergência do processo de patrimonialização que está ocorrendo na UFRGS e analisei três de suas iniciativas. Se o foco do trabalho da Comissão da História eram os acervos documentais<sup>95</sup>, com o Centro Cultural para o Campus Centro a atenção dedicada ao acervo edificado da Universidade aumentou consideravelmente. Já a experiência do Museu Universitário parecia sustentar um meio-termo, operando com uma definição mais ampla do conceito de patrimônio. É provável que esse aspecto advenha dos debates (acadêmicos, mas não só) que se intensificaram nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, a semelhança do que já ocorria em outros países<sup>96</sup>. Deles resultou a utilização do conceito de “patrimônio cultural”, ao invés de “patrimônio histórico e artístico”, no texto constitucional de 1988<sup>97</sup>.

Nessa perspectiva, vale reiterar que a década seguinte foi designada pelo historiador François Hartog como de “patrimonializações galopantes”<sup>98</sup>. Em sua experiência européia, ele observou a reorganização de Berlim após a queda do muro em 1989, em que uma enxurrada de investimentos sociais nas ações de patrimonialização e de musealização veio socorrer a um “dever da memória”<sup>99</sup> que vigoraria desde então. Fruto de um movimento de expansão e de universalização das categorias patrimoniais, que para Françoise Choay<sup>100</sup> tem como marco simbólico inicial a Convenção adotada pela Assembléia Geral da UNESCO em 1972, concernente ao patrimônio mundial, cultural e natural, as “patrimonializações galopantes” dos anos 1990 chamaram a atenção de diversos pensadores<sup>101</sup>.

<sup>95</sup> No que tange às medidas práticas da Comissão de História para a conservação documental na Universidade, elas parecem ter sido pouco efetivas. Conforme o levantamento de HEINEN, KUMMER e WEBER [2002, op. cit., p. 145], “[...] na grande maioria dos órgãos e unidades visitadas, o acesso à documentação encontra-se prejudicado devida à precária conservação dos papéis e à falta de organização das séries documentais, conseqüências da ausência de uma política de arquivos dentro da universidade”.

<sup>96</sup> GONÇALVES, 1996, op. cit., p.37. O autor analisa a disputa entre as concepções de Rodrigo Melo Franco de Andrade e as de Aloísio Magalhães, também diretor do IPHAN, entre 1979 a 1982. No âmbito acadêmico, a década de 1980 é marcada pela progressiva participação da antropologia nas investigações patrimoniais, ampliando consideravelmente a própria noção de “cultura”. Cf. LIMA FILHO; BELTRÃO; ECKERT, 2007, op. cit.

<sup>97</sup> SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. *Bens culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999, p. 64-65.

<sup>98</sup> HARTOG, 2006, op. cit., p. 265.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 266. Sobre o “dever de memória” ver também RICOEUR, 2007, op. cit.

<sup>100</sup> CHOAY, 2006, op. cit.

<sup>101</sup> Ver principalmente: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.15, n.2, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-71422007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-71422007000200002&lng=en&nrm=iso)>.

Choay sintetiza quatro dimensões fundamentais dessa “expansão ecumênica das práticas patrimoniais”<sup>102</sup>: a) expansão cronológica, tanto à montante, graças às descobertas arqueológicas, quanto à jusante, pela valorização de bens da era industrial; b) expansão tipológica, em parte devido à emergência de novas disciplinas como a etnologia; c) expansão geográfica, em função da mundialização de referências ocidentais como museus ou monumentos históricos; d) expansão de público dos patrimônios, que extrapolou um círculo restrito de *experts* para atingir turistas e empresários da indústria cultural<sup>103</sup>.

Contudo, se as “patrimonializações galopantes” dos anos 1990 remetem ao movimento de expansão patrimonial, que teria se afirmado na década de 1970, tanto Choay quanto Celia Yañes<sup>104</sup> fazem questão de precisar os sintomas desse processo em período mais recuado, no alvorecer do século XX.

Alois Riegl, jurista, filósofo e historiador austríaco, autor da obra *O Culto Moderno de Monumentos*<sup>105</sup> (de 1903), teria sido pioneiro não só em interrogar o “crescente fervor em torno dos monumentos antigos”<sup>106</sup> como em promover a *inversão conceitual* que nos permite hoje em dia pensar os monumentos históricos como frutos de construções sociais: a vinculação dos valores patrimoniais não com o *objeto* que eles designam, mas com o *sujeito* que os reconhece e avalia<sup>107</sup>. Riegl sugeriu a existência de um “valor de ancianidade” relativo aos monumentos, decorrente da observação das marcas que a passagem do tempo imprime a tais obras (destroços de uma ruína ou o amarelado de um pergaminho). A percepção delas não dependeria de saberes técnicos, tampouco de erudição histórica, mas tão somente de uma

Acesso em: 20 de Agosto de 2010; MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Comentário XII: visões, visualizações e usos do passado. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.15, n. 2, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142007000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200014&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em: 20 de Agosto de 2010; POULOT, 2009, op. cit.

<sup>102</sup> CHOAY, 2006, op. cit., p. 207.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 206-211.

<sup>104</sup> YAÑES, Celia Martínez. *El Patrimonio Cultural: los nuevos valores, tipos, finalidades, y formas de organización*. Granada, 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de Granada. Disponível em <http://digibug.ugr.es/bitstream/10481/1343/1/1647322x.pdf> Acesso em 04 de Agosto de 2010.

<sup>105</sup> Utilizo a seguinte versão, traduzida do alemão para o francês: RIEGL, Alois. *Le Culte Moderne des Monuments: son essence et sa genèse*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

<sup>106</sup> CHOAY, 2006, op. cit., p. 170.

<sup>107</sup> Riegl considerava que assim como não existe um valor de arte absoluto, mas unicamente, um *valor relativo* derivado da volição artística de cada época [*kunstwollen*], a significação dos monumentos históricos advinha da importância que o sujeito observador lhes atribuía. Ou seja, Riegl percebeu uma dimensão subjetiva e histórica nos valores monumentais ao considerar o ponto de vista da recepção. Ele problematizou, assim, o primado da intencionalidade dos monumentos. “[...] la dénomination de ‘monument’ ne peut être comprise dans une sens objectif, mais uniquement subjectif. Ce n’est pas leur destination originelle qui confère à ces oeuvres la signification de monuments; c’est nous, sujets modernes, qui la leur attribuons. Qu’ils soient intentionnels ou non, les monuments présentent une valeur de remémoration, et c’est pourquoi, dans le deux cas, nous parlons de ‘monuments’[...]. Dans le premier cas, la valeur de remémoration est octroyée par d’autres (les créateurs de jadis); dans le second, nous la déterminons nous-mêmes.” RIEGL, 1984, op. cit, p. 42-43.

avaliação sensorial, portanto acessível a todo e qualquer indivíduo. Assim, Riegl fundou um valor que seria designado por Yañes<sup>108</sup> e por Poulot<sup>109</sup> como universal, ou democrático.

Logo, não é sem razão que o desenrolar desse movimento suscitou a substituição da noção de “objeto de interesse histórico e artístico” pela concepção ampla de “bem cultural”<sup>110</sup> (conforme demonstrado anteriormente) tanto em convenções internacionais como em legislações nacionais. Para o caso da UFRGS, entretanto, o que mais se observa nesse momento inicial de seu processo de patrimonialização é a intensificação da estratégia discursiva que Gonçalves denomina “retórica da perda”<sup>111</sup>. Ao invés de adotar a perspectiva de que são os sujeitos que atribuem valores – tendência esta que se fez presente em boa parte das pesquisas sobre patrimônio nas últimas décadas – tal estratégia promove a impressão de que os bens possuem valores inatos a serem *resgatados*. Nota-se, portanto, uma situação paradoxal: os discursos analisados tendem a apresentar maquinarias discursivas condizentes com àquelas oriundas das investigações acadêmicas (como no caso do Museu Universitário) e, ao mesmo tempo, em concordância com paradigmas dos anos 1930, quando foi criada a primeira legislação de preservação patrimonial no Brasil<sup>112</sup>.

Para explicar a retórica da perda, Gonçalves associa as práticas culturais de preservação histórica dos séculos XVIII e XIX ao “conceito moderno de história”, segundo Reinhart Koselleck<sup>113</sup>, que a concebe “como um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos [...] tendem a se perder”<sup>114</sup>. À “noção de apropriação”, exercício de poder sobre uma suposta identidade, é oposta a “imagem da perda”<sup>115</sup>, que não só pressupõe como cria a impressão de uma realidade original e íntegra, em vias de se dismantelar para sempre. Na “impossível tarefa de cobrir o intervalo entre linguagem e experiência”<sup>116</sup>,

[...] em nome da nação, de um grupo étnico, ou de qualquer categoria coletiva, esses intelectuais [do IPHAN], por meio de políticas de Estado, reapropriam-se de múltiplos e heterogêneos objetos e os recontextualizam sob o rótulo de patrimônio cultural, civilização, tradição, identidade e outros, eles produzem valores que, supostamente, estão em processo de desaparecimento [...] Em outras palavras, a

<sup>108</sup> YAÑES, 2006, op cit, p. 40.

<sup>109</sup> POULOT, 2009, op cit, p. 213.

<sup>110</sup> YAÑES, 2006, op cit, p. 40.

<sup>111</sup> GONÇALVES, 1996, op. cit.

<sup>112</sup> Voltarei a este ponto no capítulo seguinte.

<sup>113</sup> Gonçalves utiliza as seguintes obras: KOSELLECK, Reinhardt. *Les monuments aux morts: contribution à l'étude d'une marque visuelle des temps modernes*. In: Iconographie et histoire des mentalités (org. Michel Vovelle). Paris: CNRS, 1979; \_\_\_\_\_. *Future's past*. Cambridge: MIT Press, 1985.

<sup>114</sup> GONÇALVES, 1996, op. cit., p. 22.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>116</sup> STEWART, 1984 apud GONÇALVES, p. 25.

perda não é algo exterior, mas parte das próprias estratégias discursivas de apropriação de uma cultural nacional.<sup>117</sup>

No *Projeto Centro Cultural*, por exemplo, a percepção das condições precárias de boa parte dos “prédios históricos” - “sujeitos a uma utilização impiedosa, mutiladora e disfuncional”<sup>118</sup> – adquiriu um tom de denúncia. A imagem da perda foi magistralmente representada pelo incêndio que destruiu o Colégio Júlio de Castilhos no início da década de 1950<sup>119</sup>. Logo, não é mero acaso que a iniciativa que sucedeu às experiências vistas até aqui se intitulou, precisamente, Projeto *Resgate* do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS. Tal é o tema do próximo capítulo.

---

<sup>117</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>118</sup> Projeto Centro Cultural, 1986.

<sup>119</sup> Essa edificação de grande porte abrigava um importante ginásio de ensino preparatório à Escola de Engenharia e passou a simbolizar o perigo do descaso para com o cada vez mais “tradicional e valioso conjunto arquitetônico” do campus central.

## 2 CAPÍTULO

A atual administração da Universidade, sensível à nítida deterioração e ao risco de uma eventual perda deste patrimônio, estabeleceu, como uma de suas prioridades, a recuperação do conjunto e seus espaços internos e sua adequada reutilização. Restaurado e aparelhado, devolvido a suas formas originais e dotado de modernos recursos, o conjunto de prédios deve expressar o desejo simultâneo de busca de atualidade e de resguardo da memória. Trata-se de recuperar o passado para dar-lhe a dinâmica do presente, preparando-o para o tempo futuro.

Wrana Maria Panizzi<sup>120</sup>

Neste capítulo sustento que, embora a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) já fosse palco de uma construção social pela valorização de seu acervo cultural, o Projeto Resgate concretizou a ativação patrimonial da parcela edificada desses bens (“prédios históricos”), consolidando a entrada da instituição e de seus agentes no campo do patrimônio. Em uma espécie de transbordamento, penetrar neste campo de forças multiplicou as possibilidades de ação dos profissionais vinculados ao Projeto Resgate; por outro lado, passou a exigir deles a elaboração de complexas práticas discursivas, em consonância com as “regras do campo”.

### 2.1 O Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS

Após as experiências mencionadas no capítulo anterior, quase dez anos se passaram sem que uma proposta efetiva para os “prédios históricos” da UFRGS obtivesse algum êxito. Mesmo assim, o reitorado de Hégio Trindade (1992-1996) nos fornece dois exemplos de que práticas discursivas sobre o que poderia ser a “memória”, a “história”, a “identidade”, ou o “patrimônio” dessa instituição se tornavam mais regulares. O primeiro deles consiste na compilação de inúmeros depoimentos de professores e ex-alunos sobre suas experiências acadêmicas, os quais foram condensados na obra *UFRGS: Identidade e Memórias – 1934-*

---

<sup>120</sup> PANIZZI, Wrana. *Atualidade e Memória*. In: Os prédios históricos da UFRGS: atualidade e memória, 1998, p. 7.

1994<sup>121</sup>. Com depoentes de diversas gerações, a obra pretendia refletir o “caráter plural” desta “comunidade real”, tão caro à concepção administrativa de Héglio Trindade, representada sob o lema “Universidade por inteiro”<sup>122</sup>.

Já o segundo exemplo se refere à celebração do centenário de fundação dos primeiros cursos superiores que originaram a UFRGS, a qual culminou com uma programação especial na Rádio da Universidade em 1995. O programa *Perspectiva – Espaço Urbano e Arquitetura*, sob o comando de José Albano Volkmer, apresentava entrevistas relativas à temática patrimonial. Especialmente, os depoimentos de Fernando Carvalho Leite e Luiz Antônio Bolcato Custódio, indicam o “aquecimento” do processo de patrimonialização na UFRGS. Naquele ano, seus discursos já encetavam conceitos e planos de ação que seriam retomados pelo Projeto Resgate logo depois<sup>123</sup>.

Conforme expliquei na Introdução, o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS foi o caminho de ativação patrimonial escolhido pela equipe da Superintendência de Espaço Físico (SUPEF), coordenada por Christoph Bernasiuk, com o apoio da reitora Wrana Panizzi, da Prefeitura Universitária<sup>124</sup> e do Departamento de Projetos e Obras<sup>125</sup>. Resultou dessa articulação, em 1998, o estudo *UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural*<sup>126</sup>, que pode ser entendido como a primeira produção discursiva do Projeto Resgate<sup>127</sup>. Duas práticas motivaram tal estudo: as tratativas para que a proposta fruísse os privilégios da legislação de incentivo à cultura e a solicitação de tombamento federal. Dito material apresenta pequenos artigos sobre a história da Universidade e da cidade de Porto Alegre, e é acrescido do *Inventário do Acervo Cultural da UFRGS*, que descreve as características formais, o estado de conservação e alguns dados históricos das edificações a serem “resgatadas”. Entre 1999 e 2000, graças à criação de uma seção específica na SUPEF – a Divisão do Patrimônio Histórico Edificado – o estudo foi aprofundado. Surgiu, então, a

---

<sup>121</sup> GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (orgs.). *UFRGS: Identidade e memórias – 1934-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994. Na Apresentação do livro, o reitor alegava que este era uma “espécie de catarse”, pois continha “[...] ao lado da história gloriosa, os momentos dolorosos da Universidade, quando, sob o arbítrio militar, resistiu com indignação e – por que não reconhecer – às vezes, também, foi cúmplice da repressão contra a liberdade acadêmica”.

<sup>122</sup> TRINDADE, 2004, op. cit., p.143.

<sup>123</sup> CUSTÓDIO, 1995, op. cit. LEITE, 1995, op. cit.

<sup>124</sup> O Prefeito Universitário era o engenheiro Pedro César Saul Almeida.

<sup>125</sup> O Diretor do Departamento de Projetos e Obras era o arquiteto Octacílio Rosa Ribeiro. O coordenador do primeiro projeto de preservação elaborado era o arquiteto José Geraldo Vieira da Costa.

<sup>126</sup> UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural – Primeiro Campus Universitário do Brasil/Primeira Universidade Técnica, 1998.

<sup>127</sup> Aqui faço uma ressalva fundamental: para fins desta pesquisa, qualquer referência ao Projeto Resgate deve ser entendida como concernente à mobilização ampla de ativação patrimonial em que ele consiste, não significando, portanto, um documento específico. Por outro lado, quando forem referidos os discursos do Projeto Resgate, aí sim estarei mencionando obrigatoriamente seus estudos, projetos e publicações.

compilação *Proposta para tombamento do Campus Centro*, acompanhada por um novo *Inventário do Acervo Edificado da UFRGS*<sup>128</sup>. Previa-se nesta compilação a solicitação de tombamento estadual e municipal à *totalidade* dos prédios da área central da Universidade (não só aos “históricos”), o que até o presente momento não se concretizou.

O primeiro livro relativo ao Projeto Resgate foi *Os Prédios Históricos da UFRGS: Atualidade e Memória*, publicado ainda em 1998 sob encomenda da reitora Wrana Panizzi<sup>129</sup>. Contudo, a autora dos textos que o compõem, Tânia Carvalhal, não estava diretamente ligada àquela ativação patrimonial; seu construto discursivo difere em alguns aspectos dos textos diretamente produzidos pela equipe do Projeto Resgate (majoritariamente formada por arquitetos). No entanto, por se tratar de uma abordagem concomitante, mas diferente, na qual a própria reitora da Universidade investiu esforços e interesses, considero essa obra parte dos discursos da mobilização. Além disso, há uma significativa convergência entre a bibliografia referenciada nesse livro e aquelas presentes nas duas fontes citadas no parágrafo anterior.

Quanto às outras três publicações existentes, cabe destacar que elas só surgiram após a consolidação da Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS (SPH), em 2000, organismo responsável até hoje pela gestão desse patrimônio<sup>130</sup>. A primeira obra data de 2004, intitula-se *Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS* e foi publicada com o apoio do Banco Santander, quando cinco das treze edificações selecionadas já haviam sido restauradas. As demais são os *Manuais do Patrimônio Histórico Edificado da UFRGS*, sendo que um volume trata de *Cartas Patrimoniais e Legislação* – “principais referências utilizadas pela SPH em suas propostas de intervenção e restauração” – e o outro aborda especificamente a restauração da *Faculdade de Direito*<sup>131</sup>. A SPH se propôs a criar uma série de “Manuais”, abarcando todos os prédios e divulgando amplamente os resultados do Projeto Resgate dentro e fora da Universidade, mas isso ainda não foi efetivado.

<sup>128</sup> Proposta para tombamento do Campus do Centro/Inventário do Acervo Edificado da UFRGS, 2000.

<sup>129</sup> Os prédios históricos da UFRGS: atualidade e memória, 1998.

<sup>130</sup> Criada no ano 2000, a SPH dividia-se, em 2007, em quatro setores: “a) Secretaria Executiva – responsável pela captação de recursos e prestação de contas, b) Departamento de Projetos – levantamentos cadastrais e inventário dos prédios, diagnósticos de patologias das edificações e elaboração dos projetos arquitetônicos de intervenção e restauração, c) Departamento de Obras – responsável pelos orçamentos, especificações técnicas e fiscalização da execução das obras de recuperação, revitalização, e restauração, e, d) Setor de Documentação – responsável pela pesquisa histórica, documental e iconográfica”. Cf. *Manuais do Patrimônio Histórico edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legislação*, 2007. Entre 2000 e 2008, Christoph Bernasiuk ocupou o cargo de Secretário do Patrimônio Histórico na SPH, tendo sido sucedido por André Luis Martinewski, que permanece no posto.

<sup>131</sup> *Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*, 2004; *Manuais do Patrimônio Histórico edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legislação*, 2007; *Manuais do Patrimônio Histórico edificado da UFRGS: Faculdade de Direito*, 2007. Embora restritos a esses dois volumes, a SPH pretende estender a publicação dos “Manuais” a todos os prédios visados pelo projeto.

Os discursos do Projeto Resgate visam à preservação dos “prédios históricos” da UFRGS, conceito já vinculado pelas experiências anteriores. Entretanto, nesta iniciativa o número de edificações correspondente passou de onze para treze<sup>132</sup> e foi segmentado em uma nova tipologia, conforme a época de construção. Nesta perspectiva, entre 1898 e 1928 foi erguido o primeiro grupo de prédios (denominados “históricos”), majoritariamente alocados nos dois quarteirões do campus central. Já a segunda fase de construções foi situada entre 1951 e 1964 e originara os “prédios da corrente modernista”, dentre os quais foi destacado, inicialmente, o da Reitoria (1957)<sup>133</sup>. Sem embargo, a diferenciação entre “prédios históricos” (primeira etapa construtiva) e “prédios da corrente modernista” (segunda etapa) logo se dissolveu sob o conceito de “conjunto arquitetônico”.

Vimos que para Llorenç Prats a ativação de um patrimônio é que realmente o institui como sistema de representação legítimo para certo grupo social. Para investigarmos o caso do Projeto Resgate, ativação patrimonial que podemos considerar bem sucedida, pois o “patrimônio histórico e cultural da UFRGS” existe de fato e de direito hoje, talvez a pergunta primordial seja um eco à epígrafe de Prats<sup>134</sup> que abre este trabalho: Por que o patrimônio? Por que os agentes do Projeto Resgate (e não o coletivo abstrato “a Universidade”) optaram por ativar os “prédios históricos”, ou melhor, o repertório de representações vinculado a eles, como patrimônio?

Talvez possamos ensaiar uma resposta se atentarmos à opção estratégica desses agentes pela Lei nº 8.313. Mais frequentemente conhecida como Lei Rouanet, em homenagem a Sérgio Paulo Rouanet, que no governo de Fernando Collor criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), ela inovou na exigência do *projeto cultural* (ao invés do cadastro de produtor cultural, suficiente para a legislação anterior), o qual passou a ser avaliado previamente à concessão do *benefício fiscal*. Para as pessoas físicas ou jurídicas que investem recursos em um projeto cultural aprovado na Lei Rouanet, o benefício é o abatimento de um percentual do Imposto de Renda devido. Na gestão de Francisco Weffort à frente do Ministério da Cultura, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, uma campanha publicitária estimulava o uso dessa lei sob o *slogan* “A cultura é um bom negócio”, entre 1997 e 1998<sup>135</sup>. Foi justamente nessa época que o Projeto Resgate buscou o amparo dos mecanismos do PRONAC. Contudo, por serem bens públicos os “prédios históricos” da

<sup>132</sup> Ver APÊNDICE.

<sup>133</sup> Cf. Proposta para tombamento do Campus do Centro – Inventário do Acervo Edificado da UFRGS, 2000.

<sup>134</sup> PRATS, Llorenç. Concepto y Gestión del Patrimonio Local. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 21, p. 17-35, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n21/n21a02.pdf> Acesso em: 27 de Outubro de 2010.

<sup>135</sup> RIBEIRO, Denise Velloso Fernandes. *Políticas Culturais Públicas para as Artes Visuais: O caso do Fumproarte em Porto Alegre*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado), 2009.

UFRGS, sua restauração não poderia ser efetuada via “mecenato” – principal instrumento da Lei Rouanet que se traduz em doações e patrocínios que podem cobrir até cem por cento do valor requerido pelo projeto cultural – salvo se esses bens fossem tombados pelo Governo Federal<sup>136</sup>. É bastante provável, portanto, que essa limitação tenha compelido os agentes do Projeto Resgate à solicitação que estes fizeram ao IPHAN em 29 de setembro de 1998. Tal é data do ofício encaminhado pela reitora Wrana ao arquiteto Luiz Fernando Rhoden, então coordenador regional da 12ª Superintendência Regional do IPHAN em Porto Alegre<sup>137</sup>. Após a abertura do processo de tombamento nº 1.438-T-98, a indicação foi, em linhas gerais, encaminhada ao Departamento de Proteção (DEPROT), à Procuradoria Jurídica (PROJUR) e ao Conselho Consultivo do IPHAN<sup>138</sup>.

Conforme já dito, o órgão máximo de preservação patrimonial no Brasil negou o tombamento federal a onze das treze edificações (sob alegações que apresentarei logo a seguir), o que seria um forte óbice às aspirações do Projeto Resgate, não fossem as mudanças ocorridas na Lei Rouanet nos anos seguintes. Amparada na Lei nº 9.874 (de 1999), que autorizou aos investidores a dedução fiscal de *toda* a quantia doada ou patrocinada àqueles projetos enquadrados no Artigo 18 daquela lei, a Medida Provisória nº 2.228-1 estendeu tal privilégio às ações de “preservação do patrimônio cultural material e imaterial”, desde que os bens fossem oficialmente tombados em *qualquer uma das esferas governamentais* (federal, estadual ou municipal). É possível que, quando a Assembléia Legislativa sancionou a Lei nº 11.525/00, os “prédios históricos” da UFRGS (patrimônio do Estado) foram alçados ao patamar mais privilegiado da Lei Rouanet.

É certo que dificilmente poderíamos desprezar o trabalho de adequação do Projeto Resgate às leis de incentivo à cultura, pois foi um fator indispensável à viabilização desta ativação patrimonial; sobretudo se relembrarmos que o Projeto do Centro Cultural pouco pôde contar com a recém criada Lei Sarney (Lei nº 7.505 de 1986), tendo sido interrompido em 1988<sup>139</sup>. Ainda assim, essa prática por si só não responde à questão “Por que o patrimônio?”. Não existe algo como um aparato discursivo patrimonial homogêneo, um “kit” de conceitos

<sup>136</sup> Quem explica esta situação é Bolcato Custódio, em sua entrevista à Rádio da UFRGS: CUSTÓDIO, 1995, op.cit.

<sup>137</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Ofício 0997/98. Porto Alegre, 1998. In: IPHAN. *Processo de Tombamento nº 1.438-T-98*. Rio de Janeiro, 1998.

<sup>138</sup> Ver ANEXOS.

<sup>139</sup> Em 15 de abril de 1987 foi criada a Fundação Elyseu Pagioli, tendo por “objetivo básico o apóio às atividades do Centro Cultural da UFRGS [...], utilizando-se dos benefícios fiscais previstos na [...] lei nº 7505/86 (Lei Sarney)” [sic]. Francisco Ferraz ocupava o cargo de presidente desta Fundação e entre seus conselheiros cito Jayme Sirotsky, Jorge Gerdau Johannpeter, Moacyr Scliar e Pery Pinto Diniz da Silva. Cf. FUNDAÇÃO CULTURAL ELYSEU PAGLIOLI, 198-?.

que convalidam quaisquer iniciativas neste campo. Por esse motivo é que uma possível resposta à pergunta feita acima é indissociável de uma segunda questão: Qual patrimônio, ou melhor, quais valores foram atribuídos e quais representações foram associadas, pela via discursiva, aos bens da UFRGS entre 1998 e 2008? A próxima seção tenciona respondê-la por meio da análise das publicações e dos estudos produzidos neste período.

## 2.2 “A exemplo de nossos antepassados”: discursos e práticas do Projeto Resgate

Muito embora possamos sugerir que a SPH, um órgão especializado dentro da estrutura administrativa, é a detentora de um aparato discursivo legítimo sobre os “prédios históricos” hoje, opto por referir os discursos do Projeto Resgate sempre no plural. A autoridade de fala da SPH sobre tal acervo não advém senão do trabalho de concreção, ou seja, da construção por agregação de muitas partes, executado tanto pelos agentes da iniciativa como por contribuições externas.

Metodologicamente, priorizarei as maquinarias discursivas mais recorrentes nas obras do Projeto, as quais se entrelaçaram para ativar tal “patrimônio histórico e cultural”, mas reitero que não há um discurso único e subjacente à iniciativa, como tampouco o existe para o processo de patrimonialização da UFRGS como um todo. Então, mesmo não apresentando minuciosamente obra a obra, destacarei os pontos de convergência e de divergência entre os múltiplos textos, levando em consideração as práticas que acompanharam a elaboração destes em cada momento e os discursos autorizados sobre patrimônio que circulavam no Brasil à época.

Três perguntas orientarão esta seção: como os discursos do Projeto Resgate representam o “patrimônio histórico e cultural da UFRGS”? Quais os valores que são atribuídos aos bens selecionados? Quais os critérios usados para legitimar a preservação deste patrimônio?

As primeiras produções discursivas do Projeto Resgate, elaboradas entre 1998 e 2000, atribuíram dois tipos principais de valores aos bens destacados, que aparecem no estudo *UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural* como “importância histórica” e “importância estética”<sup>140</sup>. A “importância histórica” ainda pode ser segmentada: uma relativa ao valor dos

---

<sup>140</sup> UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural, 1998, p. 16.

“prédios históricos” para a trajetória da UFRGS e outra que advoga um valor de pioneirismo desses bens na história do ensino superior brasileiro.

As instituições que os prédios advindos da primeira fase construtiva abrigaram, denominados “históricos” no decorrer do processo de patrimonialização da UFRGS, são representadas como o “núcleo original”, o “embrião” da atual Universidade<sup>141</sup>. Sobretudo a Escola de Engenharia, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina são representadas como os “alicerces”<sup>142</sup>, ou “pilares”<sup>143</sup> que a constituíram, corroborando, portanto, o enaltecimento de seus fundadores, já amplamente propagado nesse ambiente. A imagem de uma “estrutura embrionária” é reforçada sob o argumento de que o vínculo entre essas “três magnas instituições”<sup>144</sup> antecede à alocação de suas sedes no terreno hoje correspondente ao Campus Centro, visto que tais cursos teriam iniciado suas atividades em um mesmo prédio, na esquina das ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano em Porto Alegre<sup>145</sup>. A representação de uma estreita relação entre essas primeiras escolas desempenhou um papel preponderante nos discursos iniciais do Projeto Resgate, os quais afirmavam o seguinte: “Os prédios construídos no início deste século, constituem-se no primeiro Campus Universitário do Brasil”<sup>146</sup>. Tanto esta assertiva quanto a afirmação de que a Escola de Engenharia, com seus inúmeros institutos, foi a “primeira Universidade Técnica” do país, os agentes do Projeto Resgate retomaram dos trabalhos da Comissão da História<sup>147</sup>. Estes enalteciam o caráter universitário das instalações daquela Escola, identificando-o como uma importante “herança” para a “constituição da Universidade atual”.

No entanto, a produção discursiva do Projeto Resgate estendeu o valor de “primeiro campus” para além dos onze prédios integrantes da Universidade Técnica; dois deles, inclusive, nem sequer existiam mais. Nesse sentido, de acordo com a *Proposta para tombamento do Campus Centro*, “o espaço físico ocupado pelos onze Institutos da Escola de Engenharia, mais as áreas das Faculdades de Direito e Medicina viria a constituir o Primeiro

<sup>141</sup> Ibidem, página de Apresentação.

<sup>142</sup> Os prédios históricos da UFRGS: atualidade e memória, 1998, p. 7.

<sup>143</sup> Proposta para tombamento do Campus do Centro, 2000.

<sup>144</sup> Este termo é de: LEITE, 1995, op. cit. Este depoimento foi utilizado como referência pelas fontes supracitadas.

<sup>145</sup> Cf. UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural, 1998, p. 13.

<sup>146</sup> Ibidem, página de Apresentação. Também em: Os prédios históricos da UFRGS: atualidade e memória, 1998, p. 14; e em Proposta para tombamento do Campus do Centro, 2000.

<sup>147</sup> DINIZ; SOARES; VIZENTINI, 1979, op. cit., p. 2. Assim consta: “Treze anos antes de surgirem as primeiras universidades nacionais assim consideradas – Manaus, 1909, São Paulo, 1911, e Curitiba, 1912 – aqui se instalava a Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896), uma autêntica Universidade Técnica, título que mais tarde viria a ostentar. Atente-se para a circunstância de as três antes apontadas insistirem na orientação tradicional perdurante na República Oligárquica – Medicina, Farmácia, Odontologia e Direito, e as rupturas desta orientação trazida pela preocupação técnica e nitidamente social da Escola de Engenharia [...]”. Ver também: DINIZ; SOARES, 1992, op. cit.; e SOARES, 1986, op. cit., p. 1-2.

Campus Universitário do Brasil”<sup>148</sup>. Porém, se a Universidade Técnica passou a existir oficialmente em 1931, os discursos do Projeto Resgate não esclarecem a partir de qual momento seus autores consideram a existência deste “primeiro campus”, pois o Decreto Estadual de 28 de novembro de 1934, que instituiu a Universidade de Porto Alegre (UPA), não aparece explicitamente vinculado à atribuição desse título. Mesmo assim, tal foi a data assumida pelos agentes do IPHAN – quando estes analisaram a solicitação de tombamento federal a partir do estudo de 1998 – e eles foram bastante categóricos: “o *Campus Universitário da UFRS* não foi o pioneiro do País”<sup>149</sup>.

Além da proximidade espacial entre as sedes das primeiras escolas, dificilmente os discursos do Projeto Resgate poderiam sustentar outros pontos de convergência entre elas antes da criação da UPA. Faço esta inferência baseada em diversas passagens das mesmas fontes supracitadas que descrevem o *grau de desarticulação* entre as administrações daqueles cursos. Tanto no estudo *UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural* quanto na *Proposta para tombamento do Campus Centro*, há referências a tais instituições como “unidades autônomas”, “cursos autônomos”, ou ainda como “Faculdades Livres”<sup>150</sup>.

Vale notar que a falta de conexão entre as unidades que conformariam a UPA, atestada pelos próprios discursos do Projeto Resgate, não era uma exclusividade deste contexto naquele período. Conforme ressalta Ana Mendonça<sup>151</sup>, a justaposição de institutos isolados, previamente existentes, e em grande medida de caráter profissionalizante, foi prática recorrente nas fundações das primeiras universidades no país, mesmo no caso da Universidade de São Paulo (USP), da qual se destaca o caráter orgânico de seus propósitos<sup>152</sup>. Dessa forma, quando a autora examina a criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) pelo governo federal – considerada por muitos a primeira instituição universitária

---

<sup>148</sup> Proposta para tombamento do Campus do Centro, 2000. Os grifos são meus. No primeiro estudo, de 1998, o arquiteto Günter Weimer descreve em seu artigo algumas características de funcionamento daquelas primeiras escolas e conclui categoricamente: “esta foi, de longe, a primeira universidade brasileira”. Cf. *UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural*, 1998, p. 16.

<sup>149</sup> Parecer da Procuradoria Jurídica, 1999, p. 1. In: IPHAN, 1998, op. cit. Ver ANEXO C. Note-se a incorreção da sigla (UFRS ao invés da correta UFRGS), que se repete ao longo do documento.

<sup>150</sup> Um bom exemplo disso é um artigo de Mozart Soares [*UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural*, 1998, p. 19], em que o autor analisa os diversos projetos arquitetônicos e as concorrências abertas à época para tais sedes e termina por concluir: “Como as Faculdades tinham *administração independente*, cada qual resolveu o problema da construção de suas instalações a sua maneira” [grifos meus]. Ver também: *Proposta para tombamento do Campus do Centro*, 2000.

<sup>151</sup> MENDONÇA, 2000, op. cit.

<sup>152</sup> “[...] Na prática, a USP foi criada com as demais universidades existentes no país, através da incorporação de um conjunto de escolas profissionalizantes já existentes. A única instituição efetivamente nova era a Faculdade de Filosofia, de quem se esperava [...] que *contaminasse* favoravelmente as demais, modificando-lhes o *espírito tradicional e bacharelesco*.”. *Ibidem*, p. 139. Os grifos estão no original.

oficialmente criada em 1920<sup>153</sup> –, ela prefere o termo “reunião em universidade”<sup>154</sup> para designar o movimento de agregação de escolas que resultou na URJ. Fernanda Fernandes, inclusive, afirma que, no Brasil, “a construção de cidades universitárias acompanha a transformação de faculdades isoladas em universidades”<sup>155</sup>.

Ao que tudo indica, no âmbito interno da UPA, a caracterização das cercanias dos antigos prédios no centro da cidade como um *campus universitário* não se consolidará senão onze anos após a sua fundação em 1934. É o que refere o estudo *UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural*, a partir de informações claramente advindas do livro *Implantação Física da UFRGS*<sup>156</sup>. Os dois mencionam que, em meados da década de 1940, era urgente a demanda de expansão da infra-estrutura acadêmica, ao menos na área central; desde 1928 nenhuma nova edificação fora erguida ali. Nessa perspectiva, um “Plano de Ação e Desenvolvimento”, elaborado por Leovigildo Paiva, professor da Escola de Engenharia, foi aprovado em 1945. Este sugeria construir uma “Cidade Universitária” (não era utilizado ainda a palavra “campus”) nos dois quarteirões fronteiros ao Parque Farroupilha, onde já havia prédios da Universidade, em vez de ocupar áreas inteiramente novas e distantes. Essa é a localização e a distribuição do atual Campus Centro da UFRGS.

Então, creio ser possível sugerir que a estratégia discursiva utilizada nos estudos iniciais do Projeto Resgate, qual seja a de representar os “prédios históricos” da UFRGS como “primeiro campus universitário do Brasil”, teve pouca eficácia como critério de legitimação para essa iniciativa. Se confrontada com outros trechos das mesmas fontes, ou ainda se nos apoiarmos na bibliografia que concerne à história da universidade no país, percebe-se que tal argumento não se sustenta. Nos anos seguintes, ademais, essa “importância histórica externa”, nesses moldes, não mais foi engendrada nas publicações da SPH<sup>157</sup>.

No que tange ao valor de “importância estética”, o qual destaca as peculiaridades arquitetônicas do acervo edificado da UFRGS, examiná-lo-ei na medida em que esse recurso visou contribuir à individuação dos treze prédios como um conjunto patrimonial. Trata-se,

---

<sup>153</sup> FÁVERO, 2006, op. cit., p. 22.

<sup>154</sup> MENDONÇA, 2000, op. cit., p.136.

<sup>155</sup> “A primeira [cidade universitária] a ser projetada, em 1936, é a do Rio de Janeiro, por uma equipe formada por Lúcio Costa, Affonso Reidy e Oscar Niemeyer, com a participação de Le Corbusier, que vem ao Brasil à convite do ministro Gustavo Capanema e desenvolve trabalhos nos ateliês do Ministério da Educação e Saúde e no planejamento do campus da Universidade do Distrito Federal.”. FERNANDES, Fernanda. *Arquitetura e Sociabilidade na Cidade Universitária de São Paulo*. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Centro de Preservação Cultural. *Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 60.

<sup>156</sup> UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural, 1998, p. 65. ESPÍNDOLA, 1979, op. cit., p. 40-41.

<sup>157</sup> Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, 2004; Manuais do Patrimônio Histórico edificado da UFRGS, 2007.

então, de examinar as *escolhas* que conformaram este conjunto específico e não outro, pois elas não são evidentes.

Começamos pelo estudo que embasou a solicitação de tombamento federal. Neste texto, as edificações concluídas entre 1898 e 1928 são citadas como “representativas da arquitetura do início do século”, mais especificamente como um “conjunto de prédios monumentais, o maior em estilo neoclássico de Porto Alegre”<sup>158</sup>. Quanto ao prédio da Reitoria, de 1957, ele é o único exemplar da “segunda fase construtiva” que foi efetivamente inserido no Projeto Resgate, sob a alegação de que ele “representa o surgimento e o desenvolvimento da Arquitetura Moderna no Rio Grande do Sul”. Convém lembrar que, só no Campus Centro, outros nove prédios foram erguidos na mesma época, entre os quais estão a antiga Faculdade de Filosofia, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Engenharia (nova), também advindas da vertente modernista, mas que não foram enquadrados pelo Projeto Resgate inicialmente<sup>159</sup>. Apesar da segmentação entre “históricos” e “modernos”, é destacado o “excepcional caráter arquitetônico” de todo o conjunto.

Além de sua importância histórica e de sua utilidade funcional, esse conjunto de prédios monumentais, o maior em estilo neoclássico de Porto Alegre, tem uma significação estética excepcional na moldura urbana da cidade. [...] Foram eles projetados pelos famosos arquitetos Theodor Wiederspahn, Rudolph Ahrons e Manoel Itaquí, criadores de expressivos prédios de Porto Alegre, além dos cinturões universitários. Estes constituíam dois conjuntos localizados com senso paisagístico e extremamente harmônicos em sua disposição.<sup>160</sup>

À semelhança do que propus para a Comissão da História, novamente podemos identificar certa proximidade entre os discursos do Projeto Resgate e as maquinarias discursivas oficiais do IPHAN em seu período inicial. A atribuição de valores “históricos” e “estéticos” evoca àqueles dois Livros-Tombo, o Histórico e o de Belas-Artes, preponderantes desde a legislação instaurada em 1937. No contexto recente, contudo, os referenciais teóricos vigentes no meio acadêmico questionam essa dualidade valorativa para abordar o patrimônio. É digna de nota, portanto, a permanência nos discursos do Projeto Resgate de critérios discursivos que lhe são bastante anteriores. Tal estratégia pode estar relacionada à tentativa de ativar os “prédios históricos” com base em práticas como o tombamento, o que exigiria uma adequação aos moldes daquela legislação. Nessa perspectiva, Márcia Chuva atenta para a

<sup>158</sup> UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural, 1998.

<sup>159</sup> Proposta para tombamento do Campus do Centro, 2000. Ver, sobretudo, as fichas do Inventário do Acervo Edificado que acompanha esta fonte.

<sup>160</sup> UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural, 1998, p. 17. Ver também Proposta para tombamento do Campus do Centro, 2000.

manutenção, na atualidade, de representações engendradas nas décadas de 1930 e 1940 no âmbito do órgão nacional de preservação:

Se a ampliação da noção de patrimônio, vivida mundialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, passou a incluir uma gama bastante mais variada de bens culturais, inimaginável anteriormente, essa nova legitimidade manteve em evidência a produção artística e arquitetônica que vinculou o Brasil à civilização [...] nas décadas de 1930 e 1940.<sup>161</sup>

No caso da UFRGS, deparei-me com uma sobreposição de discursos divergentes, conforme apontada por Chuva, no modo como os agentes do IPHAN reagiram aos critérios formulados pelo Projeto Resgate em sua solicitação de tombamento. Em princípio, o órgão questionou a própria titulação do processo de tombamento. Ao invés de “conjunto arquitetônico do Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, o parecer do Departamento de Proteção (DEPROT) do Instituto sugeriu a expressão “prédios localizados no campus universitário da UFRGS”<sup>162</sup>. Como justificativa, a fonte argumentou que a primeira denominação está equivocada, pois não contempla todos os prédios situados no Campus Centro e, tampouco, os demais campi integrantes da Universidade<sup>163</sup>. A heterogeneidade “artística” das edificações é contraposta à sua imagem de conjunto, obstando a definição do objeto a ser patrimonializado:

Entendemos que as edificações selecionadas não formam um conjunto homogêneo, não só por serem de períodos diferentes mas, principalmente, porque os prédios possuem qualidades artísticas bastante diferenciadas. Podendo ser considerados monumentais quanto à sua escala, alguns prédios possuem, individualmente, relevância quanto ao partido adotado, características das plantas ou fachadas, conforme já apontado anteriormente. Por outro lado, para a classificação de um objeto como monumento nacional é necessário que os valores – históricos, artísticos, etc. – nele identificados não se atenham às especificidades locais, mas possam contribuir para a construção da memória dentro de um contexto nacional<sup>164</sup>.

Nessa ótica, os “prédios históricos” não constituem um agrupamento “extremamente harmônico”, justamente por suas “qualidades artísticas” desiguais; a multiplicidade dos arquitetos envolvidos, as diferentes influências estilísticas de cada período e a disparidade das técnicas empregadas, na concepção do IPHAN, mais separa do que une as edificações da UFRGS<sup>165</sup>. Ademais, a presença de edifícios mais novos, com vários pavimentos, nos

<sup>161</sup> CHUVA, 2009, op. cit., p. 35.

<sup>162</sup> Parecer do Departamento de Proteção, 1999, p. 6. In: IPHAN, 1998, op. cit. Ver ANEXO A.

<sup>163</sup> Loc. cit.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>165</sup> Sobre o único edifício modernista incluído entre os “prédios históricos” – o prédio da Reitoria – o parecer do IPHAN diz que a “[...] utilização dos elementos do vocabulário desse período [...] não nos parece motivo

mesmos quarteirões universitários centrais, seria um “fator de ruptura do senso de unidade”, dificultando “a percepção visual de conjunto”<sup>166</sup>. Apoiados em Cesare Brandi, teórico da restauração de obras de arte, os agentes do IPHAN ressaltam que os edifícios não formam um “todo”, mas unicamente um “total”, ou seja, uma reunião de partes<sup>167</sup>.

Cabe notar que o valor de “monumentalidade”<sup>168</sup>, atribuído pelo Projeto Resgate aos “prédios históricos”, é reiterado pelo Instituto apenas no que tange às dimensões e às características formais de alguns dos exemplares para o contexto local. Assim, o parecer do DEPROT aludiu à inadequação da proposta de tombamento desses bens como “monumento nacional” já que esta “classificação” exigiria que os valores a eles associados concorressem para a “construção da memória” da nação. Em termos práticos, esse instituto recomendou que a Reitoria da Universidade mobilizasse os órgãos de proteção locais e estaduais, pois além de considerar o conjunto indiscutivelmente “significativo como patrimônio ambiental urbano para a cidade de Porto Alegre”, o IPHAN estava “sendo chamado a assumir responsabilidades que melhor cabem a outros setores do poder público”<sup>169</sup>.

Outros dois empecilhos ao tombamento federal foram evidenciados: as condições precárias da maior parte dos “prédios históricos” e as sucessivas e inadequadas intervenções construtivas por que passaram muitos deles. A alteração de seus projetos originais devido a ampliações e acréscimos de pavimentos e divisórias; a introdução de materiais e de técnicas contemporâneos; o fato de quase um terço dos edifícios estarem interditados – tais são algumas das justificativas que o órgão apresentou para não atender integralmente o pedido da UFRGS.

Segundo o IPHAN, a Faculdade de Direito e o Observatório Astronômico da UFRGS são os edifícios que “melhor expressam o período em foram construídos os prédios da Universidade”<sup>170</sup>, graças às técnicas e aos materiais utilizados pelos arquitetos estrangeiros que conduziram tais obras. O parecer do DEPROT valorizou as características arquitetônicas dos imóveis e o estado razoável em que se encontravam. Ademais, ressaltou que a Faculdade

suficiente para caracterizá-lo como um exemplar significativo para preservação porque só isso não o diferencia de outros exemplares do mesmo período, no âmbito regional ou nacional [...]”. Ibidem, p. 8.

<sup>166</sup> Memorando DEA/CORDEP/DEPROT, 1999, p. 2. In: IPHAN, 1998, op. cit. Ver ANEXO B.

<sup>167</sup> Loc. cit.

<sup>168</sup> O livro *Os prédios históricos da UFRGS: atualidade e memória* e o estudo *Proposta para tombamento do Campus Centro* vinculam tal valor de monumentalidade como representação da “modernidade” e do “progresso” experimentado pela cidade de Porto Alegre no início do século passado. Nessa perspectiva, o conjunto edificado da Universidade seria parte de um conjunto urbano maior, cujas obras integravam o processo de reordenação e higienização do espaço urbano, incentivado pelo regime da República Velha.

<sup>169</sup> Parecer de Nestor Goulart Filho, 1999, p. 1. In: IPHAN, 1998, op. cit. Ver ANEXO D.

<sup>170</sup> Cf. Parecer do Departamento de Proteção, 1999, p. 7.

de Direito é “uma das unidades básicas na organização da Universidade”<sup>171</sup>, e Observatório Astronômico “foi um dos poucos institutos cuja atividade final não era predominantemente o ensino”<sup>172</sup> – consideração bastante curiosa, visto que se trata de um patrimônio universitário. Nessas condições, não houve espaço para a sede da Escola de Engenharia, que a despeito de sua promoção como “primeira Universidade Técnica”, fora projetada por um arquiteto local, sofrera múltiplas intervenções inadequadas e estava em péssimas condições físicas. No que tange aos demais “prédios históricos”, cabe notar que eles foram designados como “elementos destituídos de valor”, segundo o parecer da Procuradoria Jurídica<sup>173</sup>. Mesmo assim, o Instituto julgou por bem delimitar a área envoltória dos exemplares tombados, para protegê-los de quaisquer obstruções à sua visibilidade.

Ao que tudo indica, tais pareceres do IPHAN estão fundamentados muito mais na divisão entre valores “históricos e artísticos” – e no conceito de “monumento nacional” conforme elaborado no Decreto-lei nº 25 de 1937 – do que na concepção de “bem cultural” sustentada pela Constituição de 1988. Segundo Souza Filho, “os bens culturais só o são porque guardam uma evocação, representação, lembrança, quer dizer, por mais materiais que sejam existe neles uma grandeza imaterial que é justamente o que os faz culturais”<sup>174</sup>. Essa dimensão intangível nem sequer perpassou o texto do IPHAN.

Por outro lado, quando o órgão valoriza os “prédios históricos” da UFRGS como “patrimônio ambiental urbano”; ou quando opta pela delimitação do “entorno” dos imóveis tombados; ou ainda quando evoca a “participação da comunidade” como uma alternativa a ser trilhada pelo Projeto Resgate; penso que aí se encontram novos critérios de legitimação e de ativação que advêm da ampliação que o campo do patrimônio sofreu nas últimas décadas. O primeiro conceito sustenta a substituição da noção de “monumento isolado” por uma abordagem que considere as relações entre os bens culturais e a qualidade do meio ambiente urbano, levando em conta um equilíbrio gregário da paisagem<sup>175</sup>. O segundo critério é um mecanismo previsto desde o Art. 18 do Decreto de 1937, mas que somente passou a ser empregado ao final de 1970<sup>176</sup>. Por fim, o terceiro diz respeito às categorias discursivas utilizadas pelo *designer* brasileiro Aloísio Magalhães na ocasião em que ele dirigiu o órgão nacional de preservação. Sua atuação, entre 1979 e 1982, em consonância com as novas idéias

---

<sup>171</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>173</sup> Parecer da Procuradoria Jurídica, 1999, p.1.

<sup>174</sup> SOUZA FILHO, 1999, op. cit., p. 53.

<sup>175</sup> CASTRIOTA, 2009, op. cit., p. 89.

<sup>176</sup> CHUVA, 2009, op. cit., p. 55.

que circulavam internacionalmente, contribuiu sobremaneira ao alargamento de práticas e representações associadas ao patrimônio no Brasil.

No discurso de Aloísio, a tarefa não era apenas a de identificar, tombar, restaurar e preservar monumentos. Uma vez que se ampliava o conjunto de objetos e atividades considerados como ‘patrimônio cultural’, mudava o modo de lidar com eles. [...] A ênfase era deslocada para uma relação e comunicação direta entre preservacionistas e população local. A forma centralizada e autoritária de controle exercida pela política tradicional do SPHAN no processo de defesa e preservação do patrimônio é criticada por Aloísio e a população passa a ser pensada como um agente ativo nesse processo.<sup>177</sup>

Na ativação patrimonial da UFRGS, a ênfase dos discursos do Projeto Resgate também foi se deslocando paulatinamente nos anos seguintes à recusa do IPHAN, na medida em que coube à Universidade, em parceria com outros “níveis de poder”, “restabelecer a integridade”, isto é, promover a restauração adequada de seus imóveis<sup>178</sup>. Principalmente após a aprovação da Lei estadual nº 11.525 e depois da criação da SPH, observam-se importantes mudanças nas práticas e nas maquinarias discursivas do Projeto.

Como bem salientou Gonçalves, “uma vez que se ampliava o conjunto de objetos e atividades considerados como ‘patrimônio cultural’, mudava o modo de lidar com eles”. É provável que a emergência de novas práticas preservacionistas no Brasil tenha sido a faceta das “patrimonializações galopantes dos anos 1990” que mais reverberou no caso da UFRGS. Em 1995, no *Programa Perspectiva*, Volkmer perguntava à Custódio como o novo conceito de patrimônio trazido pela Carta Magna – que previa a participação da comunidade e o exercício da cidadania – poderia ser articulado com novas políticas de preservação. Este sinalizou uma série de caminhos possíveis para o processo de patrimonialização da UFRGS, todos, coincidência ou não, seguidos pelo Projeto Resgate nos anos seguintes. Ele destacou, sucessivamente, o inventário, como uma forma inicial de se conhecer um patrimônio por meio de descrições e fotografias; o plano diretor<sup>179</sup>, pois não adiantaria insistir na preservação de objetos isolados se o conjunto não fosse reconhecido nesse documento; a educação

<sup>177</sup> GONÇALVES, 1996, op. cit., p. 78-81.

<sup>178</sup> Só então o IPHAN examinaria uma possível extensão do tombamento aos prédios não contemplados em 1999. Cf. Memorando DEA/CORDEP/DEPROT, 1999, p. 3.

<sup>179</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório de Gestão do exercício de 2004*. Porto Alegre, 2005, p. 30. Apresenta a seguinte informação quanto às ações desempenhadas pela SPH: “A preocupação de compreender o conjunto de prédios como valor histórico, cultural e de paisagem urbana, e não somente como edifícios isolados, levou também à elaboração do Plano Diretor do Campus Central, um plano geral de organização e ocupação das áreas dos dois quarteirões centrais. Portanto, além dos projetos de restauração dos prédios, o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) tem sido uma das principais metas da SPH”. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/ufrgs/index\\_a\\_ufrgs.htm](http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm). Acesso em: 10 de outubro de 2010.

patrimonial<sup>180</sup>, disciplina praticamente inexistente à época nas universidades e o tombamento como uma alternativa para que a UFRGS usufruísse os benefícios fiscais da Lei Rouanet<sup>181</sup>.

Quanto às maquinarias discursivas do Projeto Resgate, quero destacar que novos critérios de legitimação aparecem primeiramente na obra *Proposta para tombamento do Campus Centro*, que apesar de ainda veicular a representação de “primeiro campus” para os “prédios históricos”, já evoca a importância destes em função das “sociabilidades vivenciadas em seus espaços”, da “identidade cultural da Universidade” e da “memória social da cidade”<sup>182</sup>. Os *Manuais do Patrimônio Histórico* seguem essa mesma linha, utilizando os conceitos de “patrimônio cultural”, “bens culturais” e alegando que o “projeto Resgate [...] objetiva preservar as significações do patrimônio material e imaterial desta Universidade”<sup>183</sup>. Pouco a pouco, a proteção do “patrimônio histórico e cultural da UFRGS” vai sendo mais autenticada à proporção que os valores que o conformam transcendem critérios meramente históricos e estéticos.

Ao vislumbrar o prédio da Reitoria, estaremos resgatando na memória de toda uma geração, os bailes dos bichos, os bailes de formatura e as inesquecíveis *boates do Paglioli* dos anos dourados em Porto Alegre. Como lembrar os acontecimentos dos anos de chumbo e da Campanha da Anistia, sem preservar o velho prédio da *Filô*? Como poderão as gerações futuras saber que um dia a cidade mudou o traçado de uma importante via urbana para conservar a “Estância de Don Sarmento”? É com este olhar, que a Universidade busca preservar o seu patrimônio edificado, a sua identidade cultural e também a memória social da cidade.<sup>184</sup>

Sintomático dessas abordagens mais recentes é o artigo *A cidade: sede de sentidos*<sup>185</sup>, das antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornélia Eckert. A partir dos depoimentos contidos no livro *UFRGS Identidade e Memórias*<sup>186</sup>, bem como de suas próprias reminiscências, Rocha e Eckert visam esboçar a rede de relações, as sociabilidades, ou seja, o intangível do patrimônio da UFRGS. Restaurá-lo, para elas, deveria incluir o fomento das

<sup>180</sup> Idem. *Relatório de Gestão do exercício de 2009*. Porto Alegre, 2010, p. 246. Somente neste ano a SPH passou a contar com ações de educação patrimonial. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/ufrgs/index\\_a\\_ufrgs.htm](http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm). Acesso em 10 de outubro de 2010.

<sup>181</sup> O setor específico da SPH denominado *Secretaria Executiva* conduziu a captação de recursos entre o empresariado regional e produziu intensa campanha publicitária na mídia regional desde a aprovação do Projeto Resgate na Lei Rouanet. Além disso, criou-se o Dia da Doação, mobilização anual que a SPH promove para estimular, sobretudo, as doações de pessoas físicas (alunos, professores, funcionários, etc) aos “prédios históricos”. No ano de 2006, aquela campanha recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido pelo IPHAN e, na categoria Apoio Institucional e/ou Financeiro.

<sup>182</sup> *Proposta para tombamento do Campus Centro*, 2000.

<sup>183</sup> Ver também *Manuais do Patrimônio Histórico edificado da UFRGS: Faculdade de Direito*, 2007, página de Apresentação e Prefácio.

<sup>184</sup> *Proposta para tombamento do Campus Centro*, 2000. Ver também *Manuais do Patrimônio Histórico edificado da UFRGS: Faculdade de Direito*, 2007.

<sup>185</sup> ECKERT; ROCHA, 2007, op. cit.

<sup>186</sup> GUEDES; SANGUINETTI, 1994, op. cit.

narratividades que o compõem. O patrimônio edificado no Campus do Centro “acomodaria” memórias tanto universitárias como porto-alegrenses e representaria parte da construção social que produziu os saberes técnicos e científicos de outrora. Por fim, o texto aponta para os bens imóveis como um “lugar de identidade”<sup>187</sup> para os “usuários” desse espaço. Ao deslocarem o propósito da restauração desse lugar dos objetos para seus beneficiários, as autoras articulam a preservação patrimonial como um “direito à consciência do passado”<sup>188</sup>. Em suma, parece-me que elas indicam caminhos possíveis para a legitimação deste patrimônio por sua carga imaterial e, ademais, defendem sua preservação como um “direito”, o que, poderíamos acrescentar, pressuporia por extensão um “dever”, isto é, a preservação dos bens culturais da UFRGS como um imperativo.

Frente à polissemia de termos como “memória”, “identidade”, “sociabilidades”; e devido à ausência de um aprofundamento sobre seus significados nos discursos do Projeto Resgate, creio que alguns pontos merecem mais atenção. Dominique Poulot, por exemplo, argumenta que uma história da maneira como certa sociedade constrói seu patrimônio não deve se resumir a uma história administrativa. Para tanto é preciso abandonar uma concepção restrita de patrimônio e encarar o papel deste no desenvolvimento de uma coletividade<sup>189</sup>. Então, o autor sugere o termo “patrimonialidade”

para designar a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo. Uma primeira patrimonialidade encontra-se na relação íntima ou secreta de um proprietário ou de usufrutuários em diferentes níveis, de especialistas ou de iniciados, em nome de afinidades e convicções, assim como de racionalizações eruditas e de condutas políticas, com determinados objetos, lugares, ou monumentos. Mais tarde, na seqüência de um longo processo de patrimonialização, a nação é que se tornou o objeto por excelência da patrimonialidade, fornecendo, por assim dizer, o quadro de interpretação de qualquer objeto do passado.<sup>190</sup>

Nesse sentido, a patrimonialidade é encarada como uma relação que se transforma no decorrer do processo de patrimonialização, todavia não se confundindo com ele. Ao fim e ao cabo, no exemplo do excerto – que se refere à patrimonialização oficial experimentada pela França após sua Revolução – a “nação” foi objetificada, constituindo um “quadro de interpretação” que contém todos aqueles objetos antes dispersos. No caso da UFRGS, podemos interrogar qual patrimonialidade as recentes estratégias discursivas do Projeto Resgate incentivaram, de forma a autenticar a preservação de seu acervo edificado.

---

<sup>187</sup> Ibidem, p. 353.

<sup>188</sup> Ibidem, p. 359.

<sup>189</sup> POULOT, 2009, op. cit. p.12-13.

<sup>190</sup> Ibidem, p.28.

Partamos da atribuição de um valor recorrente nos discursos estudados: a “utilidade funcional” dos “prédios históricos”<sup>191</sup>. A preocupação com esta funcionalidade alerta contra o uso “inadequado” e intenso desses locais, e se apóia, freqüentemente na “retórica da perda”<sup>192</sup>. Diferentemente das experiências do Centro Cultural e do Museu Universitário, que previam amplamente novas destinações àqueles prédios, o Projeto Resgate visou manter a maioria das atividades acadêmicas e administrativas aí alocadas. Nesta perspectiva, o que aglutinava prioritariamente o conjunto de bens selecionados era a restauração de suas condições físicas sob um enquadramento patrimonial<sup>193</sup> e não, necessariamente, a realização de eventos culturais ou de ações museológicas permanentes.

À funcionalidade dos prédios parece estar relacionada a “função social” da UFRGS. No caso do Projeto Resgate, quem mais mobiliza essa maquinaria discursiva é a reitora Wrana Panizzi; para ela, o “resgate” do “patrimônio histórico da UFRGS” desempenha, antes, um papel interno à instituição – a recuperação de seu “*esprit de corps*” – capaz de fortalecê-la como “um corpo cada vez mais orgânico e articulado, motivo de orgulho para todos que contribuem para a afirmação de sua identidade”<sup>194</sup>. No entanto, essa função interna só se legitima graças às relações externas que a instituição mantém, pois para Wrana Panizzi, a UFRGS é uma comunidade que:

[...] não pertence somente aos professores, técnico-administrativos e estudantes que a ela hoje associaram suas existências. A UFRGS, de fato, pertence à sociedade, que é a portadora do seu destino. Cuidar da própria história, respeitar seu legado cultural, este é um dever cívico e moral de todo o corpo social e de toda instituição universitária.<sup>195</sup>

Em outras passagens, ela afirma, inclusive, que não se trata de recuperar os “prédios históricos” para transformá-los em “monumentos ou em um museu de antiguidades”, mas para que eles sejam “utilizados pela comunidade acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) e pela população”, cotidianamente<sup>196</sup>. Dessa forma, o respeito a esse “legado cultural” e o

<sup>191</sup> UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural, 1998, página de Apresentação e p.17.

<sup>192</sup> Rever epígrafe deste capítulo.

<sup>193</sup> Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, 2004, p. 18. Lê-se: “Ao planejar as obras de reformas e de novas construções que seriam implementadas ao longo de nossa gestão, ele [Christoph Bernasiuk] constatara que a recuperação dos prédios históricos da UFRGS, além de um imenso significado cultural, ajudaria a Universidade a resolver parte de suas carências em termo de espaço físico”.

<sup>194</sup> Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, 2004, p. 21.

<sup>195</sup> Loc. cit.

<sup>196</sup> Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, 2004, p.22.

“compromisso de sua preservação” passam a ser concebidos como um “dever cívico e moral”, ou mesmo como uma “permanente tarefa” na história da instituição<sup>197</sup>.

Porém, se o conceito de “memória”, por vezes concebido como um conjunto de informações registradas (sobretudo por áreas como a arquivologia e a biblioteconomia), se associa por esse viés objetal mais facilmente à idéia de “resgate”, na forma de um trabalho de recolha e armazenagem (sempre seletivo, vale lembrar)<sup>198</sup> – ou mesmo de acordo com Paul Ricoeur, para quem a idéia de exercício aplicada à memória “brilha no firmamento dos conceitos socráticos” com o termo “*zetesis*”, que significaria “busca”<sup>199</sup> – o conceito de “identidade”, por sua vez, requer um pouco mais de cuidado nessa vinculação. Entendido, em princípio, como uma “imagem de si, para si e para os outros”<sup>200</sup>, a identidade assim como a memória passou a ser interpelada como fenômeno social, em que sua dimensão construída foi contraposta à impressão de substância, ou quintessência de um grupo. Michael Pollak considera possível que, via socialização política ou histórica, um fenômeno de projeção resulte em uma “memória quase que herdada”<sup>201</sup>; por outro lado, Bezerra de Meneses é categórico em afirmar que “resgatar a identidade é objetivo impossível de atingir”, face ao seu caráter unicamente dinâmico, isto é, que só pode ser vislumbrado “em situação”<sup>202</sup>.

A meu ver, o aspecto mais problemático que perpassa certas categorias discursivas do Projeto Resgate não consiste na representação da “identidade da UFRGS” pelos seus “prédios históricos”, mas na associação entre a preservação deles e a “preservação de sua identidade”, como um referencial fixo e perene. Tal argumento camufla a indissociável relação entre o conceito de identidade e a dimensão presente, que está inevitavelmente a determiná-lo<sup>203</sup>.

Para concluir este capítulo, eu gostaria de sugerir, como possível resposta à indagação de Poulot, que é a “função social/cultural” da Universidade que está se tornando o objeto da patrimonialidade resultante de seu processo de patrimonialização. Por meio de inúmeras disputas, correspondentes a interesses ora distintos ora similares, os agentes da Comissão da

<sup>197</sup> UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural, 1998, página de Apresentação. Neste texto, o recurso discursivo ao “exemplo dos antepassados” que construíram os “prédios históricos”, já utilizado na ocasião do Centro Cultural, é reativado “na permanente tarefa de preservar e de projetar o patrimônio da Universidade, que é um bem da sociedade, para além do nosso tempo”.

<sup>198</sup> MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valetin. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, dez., 2008. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/dez08/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/dez08/Art_02.htm). Acesso em: 21 de outubro de 2010.

<sup>199</sup> RICOEUR, 2007, op. cit., p. 71.

<sup>200</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 5.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>202</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, n. 1, 1993, p. 210.

<sup>203</sup> Loc. cit. Assim refere o autor: “[...] a identidade se fundamenta no presente, nas necessidades presentes, ainda que faça apelo ao passado – mas é um passado também ele construído e reconstruído no presente [...]”.

História, do Projeto Centro Cultural, do Museu Universitário e do Projeto Resgate parecem construir “quadros de interpretação”<sup>204</sup> para aqueles objetos do passado que remanescem no cotidiano acadêmico da UFRGS. Este trabalho de enquadramento, cujo foco se modificou e segue se modificando no decorrer do processo – bens documentais, edificados, intangíveis – parece se legitimar à proporção que as ações previstas correspondem à “função social/cultural” que cada grupo entende como própria da UFRGS e, por extensão, da instituição universitária em geral<sup>205</sup>.

De uma reorganização funcional e espacial impulsionada pela Reforma Universitária e pela construção do Campus do Vale, passando pelo fortalecimento da extensão cultural como parte do “tripé acadêmico”, até o estabelecimento de uma tarefa patrimonial permanente e imperativa (“dever cívico e moral”); tais são alguns indícios dessa provável associação entre patrimônio e “função social/cultural”, da UFRGS e das universidades brasileiras<sup>206</sup>. Por serem instituições que possuem acervos, bibliotecas e arquivos; bem como espaços exaustivamente planejados, fala-se em “patrimônio universitário” hoje, como uma área específica no campo patrimonial<sup>207</sup>.

Assim, parece-me menos plausível que a UFRGS e o Projeto Resgate estejam resgatando uma “permanente tarefa” de preservação, sempre existente na história da instituição, e mais provável que sejam os próprios discursos e práticas levadas a cabo por esta ativação patrimonial – em consonância com mecanismos e padrões discursivos legitimados pelo campo do patrimônio no Brasil – que estejam inserindo o “dever de memória” de nosso “regime de historicidade” no contexto social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

---

<sup>204</sup> POLLAK, 1992, op. cit.

<sup>205</sup> “É perfeitamente possível (mas não completamente realizável) traçar uma relação entre as formas de uma cidade ou de um edifício e as suas funções. Esta relação não é direta e nem sempre ficam claras as intenções por trás do desenho, mas o interessante, nesse tipo de estudo, é quando ele sofre modificações e adaptações que são resultados de novas maneiras de entender a apropriação do espaço”. XAVIER, Marco Antonio. *O campus e a cidade*. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, op. cit., p. 42.

<sup>206</sup> Em 1970, o documento conhecido como *Compromisso de Brasília* já defendia que as universidades brasileiras criassem cursos voltados à preservação patrimonial e realizassem pesquisas “no sentido de incentivar [...] à melhor elucidação do passado e à avaliação de inventários dos bens regionais cuja defesa se propugna”. Ao que parece, tais instituições não só passaram a oferecer formação na área, como adquiriam certa autonomia no trato de seus próprios patrimônios, constituindo mais recentemente um filão específico. Cf. COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Brasília, 1970. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>. Acesso em: 25 de outubro de 2010.

<sup>207</sup> Nessa perspectiva, é exemplar o caso da Universidade de São Paulo (USP), cujo processo de patrimonialização é conduzido pelo Centro de Preservação Cultural da USP (CPC), o qual deriva da Comissão de Patrimônio Cultural, criada em 1986. Cabe destacar a série de publicações “Cadernos do CPC”, que abrange “patrimônio urbanístico e arquitetônico”, “obras escultóricas”, patrimônio ambiental, entre outras temáticas sobre as quais seus agentes atuam. Ver UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, op. cit.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, a primeira conclusão a ser explicitada é a afirmação de que existe de um *processo de patrimonialização* em marcha na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Entendido como uma construção social dinâmica, reitero que as iniciativas por mim enfocadas não se alinham em um único traçado, nem esgotam todas as propostas patrimoniais que já surgiram nesse contexto acadêmico. Reuni a Comissão da História, o Projeto do Centro Cultural, o Museu Universitário e o Projeto Resgate por identificar agentes que contribuíram em mais de uma dessas experiências e por constatar que seus discursos e práticas se interpenetraram ao longo das últimas décadas.

No capítulo inicial, demonstrei o uso de critérios discursivos como “tradição”, “origens” e “continuidade” por parte da Comissão da História e pelo Projeto do Centro Cultural. Aquela, inicialmente voltada à preservação de documentação administrativa e à elaboração de monografias históricas, foi englobada como Projeto Especial pelas concepções do então reitor Francisco Ferraz, passando a concorrer para o fortalecimento da “função cultural” da Universidade mediante a elaboração de boletins e revistas que deveriam circular amplamente pelos campi e fora deles. Já a segunda iniciativa atentou aos “prédios históricos” da UFRGS, visando transformá-los nos equipamentos culturais de que carecia, na concepção de Ferraz, a cidade de Porto Alegre à época. Legitimadas, sobretudo, pela imagem de “linhas de continuidade”, supostamente existentes entre as gerações fundadoras das primeiras escolas de ensino superior do município e a que pertenciam os agentes de ambas as mobilizações, a Comissão da História e o Projeto do Centro Cultural terminavam por alimentar uma forma específica de se contar a história da UFRGS, com base na valorização das “origens” desta instituição.

Ainda no primeiro capítulo, analisei as propostas de criação do Museu Universitário, que enquadravam em uma perspectiva museológica – entendido o museu como instituição capaz de produzir e divulgar conhecimento – os bens móveis e parte dos bens imóveis da UFRGS. A idéia de se criar um Museu de Memória Social, que não se concretizou totalmente, tendia a considerar a “memória” como fruto de uma construção e propunha a criação de um centro de documentação. Assim, se os discursos da Comissão da História e do Projeto do Centro Cultural se aproximavam àqueles sustentados pelos agentes do IPHAN nas décadas de 1930 e 1940, a experiência do Museu Universitário pareceu estar mais em consonância com

debates e teorias acadêmicas que preconizavam, já na década de 1980, o alargamento das categorias patrimoniais.

No capítulo subsequente, apresentei as produções discursivas do Projeto Resgate, destacando as seguintes práticas a elas relacionadas: a tentativa de obtenção de recursos via leis de incentivo à cultura; a solicitação de tombamento federal para os “prédios históricos”; e, em um terceiro momento, a gestão da SPH, que diversificou os mecanismos de ativação utilizados. Para analisar esses discursos, parti de três perguntas, concernentes ao modo como este patrimônio fora representado, aos valores que os agentes da proposta associaram a esses bens e aos critérios de legitimação para as intervenções previstas. Inicialmente, identifiquei a atribuição de uma “importância histórica” – representada pelas imagens de “núcleo embrionário” e de “primeiro campus do Brasil” – e de uma “importância estética” aos “prédios históricos” da UFRGS, dualidade que evocava os discursos fundadores do IPHAN e a legislação de preservação criada pelo Decreto-lei nº 25 de 1937. Na seqüência, atentei ao rápido deslocamento dos conceitos veiculados pelo Projeto Resgate, sobretudo após o ano 2000, questionando o uso das categorias de “bens culturais”, “memória”, “identidade” e “sociabilidade” à luz tanto das proposições de Dominique Poulot sobre o termo “patrimonialidade”, como da ampliação do campo do patrimônio em níveis nacionais e internacionais; tópico este que eu detalhara ao término do capítulo anterior.

Pude observar uma espécie de disputa, máxime entre a proposta do Centro Cultural, do Museu Universitário e do Projeto Resgate, visando definir qual utilização seria mais “adequada” às antigas edificações da UFRGS. Ao que parece, um dos principais objetivos em jogo era como a “função social/cultural” da Universidade seria representada mediante a ocupação de seus “prédios históricos”. Por esse motivo, sugeri que esta função seria o objeto da relação de patrimonialidade resultante desse processo de patrimonialização.

Além disso, outra conclusão resultante de minha pesquisa é que, a despeito de certa “tendência à preservação” precedente, a ativação do “patrimônio da UFRGS” só ocorreu, de fato, com o Projeto Resgate. Este consagrou a entrada da instituição no campo do patrimônio no Brasil, contribuindo à delimitação de uma posição específica nesse universo social, que poderíamos designar por “patrimônio universitário” hoje. Percebi também que tal inserção não produziu somente adaptações ou interdições discursivas, mas abriu possibilidades práticas, isto é, o novo leque de mecanismos disponíveis na década de 1990 não se abriu em tamanha profusão para a proposta do Centro Cultural ou para o Museu Universitário antes.

Nesse sentido, concluo que a produção dos discursos e das práticas de ativação do “patrimônio histórico e cultural da UFRGS”, entre 1998 e 2008, deriva de fatores internos e

externos à instituição. Os primeiros dizem respeito ao longo processo de valorização da história da Universidade, que privilegiou inicialmente as escolas pioneiras e devotou uma espécie de culto a seus fundadores<sup>208</sup>. A sacralização dessa história, nesses moldes, precedeu à escolha dos bens imóveis capazes de representá-la. Assim, acompanhando as transformações causadas pela Reforma Universitária e pela construção do novo campus, os “prédios históricos” da área central (temporária e parcialmente desocupados) foram enquadrados sucessivamente pelas propostas do Centro Cultural, do Museu Universitário e do Projeto Resgate, no intuito de que a “monumentalidade” das edificações simbolizasse os distintos planos de universidade evocados pelos membros desse corpo social.

Quanto aos fatores externos, eles concernem à ampliação do campo do patrimônio (no Brasil como na esfera internacional), visualizável, por exemplo, nas mudanças conceituais trazidas pela Constituição de 1988; na descentralização das tarefas de preservação do âmbito federal para as esferas locais; no alargamento da gama de profissionais envolvidos nestas tarefas; e na emergência de novos mecanismos de financiamento à cultura como o benefício fiscal. Quando atentei à utilização regular do conceito de “patrimônio” pelos discursos do Projeto Resgate (e não tanto pelas iniciativas anteriores); quando constatei o “caráter voluntário” da solicitação de tombamento encaminhada pela Reitoria da Universidade ao IPHAN; quando percebi o papel financeiro preponderante desempenhado pela Lei Rouanet na gestão patrimonial empreendida pela SPH; evidenciei que esta ativação patrimonial é tanto parte do processo de patrimonialização interno à UFRGS como também integra o movimento das “patrimonializações galopantes dos anos 1990”, condição de possibilidade daquele acontecimento discursivo. O apelo à preservação dos bens patrimoniais da UFRGS como uma “tarefa permanente” parece mesmo evocar ao chamado “dever de memória” de nossa contemporaneidade. Não obstante, ao demonstrar a intrincada trama de discursos e práticas que promoveu este patrimônio, penso ter deixado claro quanto tal processo agrega maquinarias discursivas divergentes, sobrepostas na medida em que visam se adequar ora à legislação herdada dos anos 1930, ora aos novos meios patrocinadores, ora às novas abordagens acadêmicas.

Parece-me, ainda, mais apropriado dizer que a experiência do Projeto Resgate ativou *um* patrimônio, e não *o* patrimônio da Universidade (inapreensível em totalidade), visto que privilegia a dimensão edificada desse acervo, ou ainda a *parcela* dele representada pelos

---

<sup>208</sup> Utilizei como marco desse movimento os trabalhos da Comissão da História, a partir de 1977, mas não tenho dúvidas que uma pesquisa mais aprofundada poderia nos fornecer outros exemplos.

“prédios históricos”<sup>209</sup>. É inegável, contudo, que a atuação da SPH tem pouco a pouco se distribuído entre os demais imóveis do Campus Centro, bem como tem fortalecido ações de educação patrimonial, voltadas aos usufrutuários desse ambiente urbano. Mesmo assim, creio que muito em breve tais atividades demandarão certas reformulações discursivas, capazes de abarcar um espectro ampliado de bens e de práticas. Não se trata de atribuir à SPH a execução de toda e qualquer tarefa de preservação patrimonial nessa instituição, mas de sugerir que ao significativo “patrimônio histórico e cultural da UFRGS” possam corresponder um significado mais complexo e um conjunto de símbolos mais plural. É digno de nota, por exemplo, que sejam mínimas as referências do Projeto Resgate às histórias de faculdades como a antiga Filosofia, a Educação, a Arquitetura, a Economia, só para citar alguns locais que, por estarem enquadrados sob o rótulo “prédios da corrente modernista”, todavia não tiveram suas trajetórias investigadas.

Ademais, por ser aquela Secretaria o principal órgão responsável pela gestão do patrimônio ativado pelo Projeto Resgate, é fundamental que ela incentive a realização de pesquisas sobre os bens culturais da Universidade; preferencialmente, em parceria com o Museu da UFRGS, com os cursos de história, ciências sociais, museologia, arquivologia, biblioteconomia, enfim, em uma perspectiva menos esparsa e fragmentada do que já vem ocorrendo até então.

Finalmente, possíveis aproximações entre os conceitos “patrimonialidade” e “regimes de historicidade” parecem indicar dimensões importantíssimas a serem consideradas por trabalhos que investigam o patrimônio como uma construção social. No caso da UFRGS, notam-se tais facetas, por exemplo, quando Carvalho Leite e Wrana Panizzi afirmam (identicamente, mas com dez anos de diferença) que suas ações não visam a uma “preservação de museu”<sup>210</sup> e sim à tarefa de “recuperar o passado para dar-lhe a dinâmica presente, preparando-o para o tempo futuro”<sup>211</sup>. Creio que tais discursos são sintomáticos do modo com a instituição tem lidado com a passagem do tempo em seu interior e, além disso, podem ser tratados como indícios das modulações do “regime de historicidade presentista” no processo de patrimonialização da UFRGS.

---

<sup>209</sup> Salvo engano meu, até o presente momento o único projeto ativo que utiliza a metodologia de história oral para coleta de depoimentos concernentes à história da UFRGS é o “Lugares de Memória”, realizado pelo Museu da UFRGS. Conferir em: <http://www.museu.ufrgs.br/novo/memoria.php> Acesso em: 26 de outubro de 2010.

<sup>210</sup> LEITE, 1995, op. cit; Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS, 2004.

<sup>211</sup> Ver também: Os prédios históricos da UFRGS: atualidade e memória, 1998, p. 12. “Justamente um século depois [da construção dos “prédios históricos”], quando uma nova transição se aproxima, a do próximo milênio, revisitar as construções que fazem parte da história do Ensino Superior no Rio Grande do Sul é uma oportunidade singular para avaliar a ação do tempo decorrido e ver nelas seus efeitos [...]”.

Para concluir, reitero que esta pesquisa não esgota todas as facetas do caso estudado. Muito pelo contrário, trata-se de uma primeira aproximação e de um convite ao diálogo, pois experiências como o Projeto Resgate ainda são pouquíssimo exploradas. Geralmente, investigações na área do patrimônio mimetizam a postura centralizadora do IPHAN em boa parte de sua história e se restringem à atuação desse órgão nos processos de patrimonialização. Entretanto, novos contextos, novas organizações, novos profissionais têm operado com o potencial simbólico do patrimônio, fazendo com que pesquisadores revejam seus referenciais teórico-metodológicos nesse campo. Não é mais possível, a meu ver, encarar as relações que diversas iniciativas de preservação patrimonial estabelecem com as indústrias culturais e turísticas unicamente como “ameaças”, ou meros “problemas de mercado”. Tais contextos<sup>212</sup> configuram sim “problemas epistemológicos”<sup>213</sup>, além de novos espaços em que os historiadores podem atuar ao avesso do “essencialismo” e de encontro a construtos discursivos que, de tão repetidos, beiram o senso comum<sup>214</sup>.

---

<sup>212</sup> Sobre relações do patrimônio histórico com as indústrias culturais e turísticas como contextos, ver CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do IPHAN*, n. 23, 1994, p. 94.

<sup>213</sup> Sobre as tarefas de “instrumentalização da memória” como “problemas de mercado”, ver MENESES, 2007, op. cit.

<sup>214</sup> POSSAMAI, Zita Rosane. O ofício da História e novos espaços de atuação profissional. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008.

## REFERÊNCIAS

### Lista de Fontes

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Coleções U e UP.

FERRAZ, Francisco. *Memória de uma gestão*. In: UFRGS: 70 anos. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Boletim da Comissão da História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 1, ano 1, 1985 [Coleção UP].

\_\_\_\_\_. *Boletim da Comissão da História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 2, ano 2, 1986 [Coleção UP].

\_\_\_\_\_. *Centro Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: documentação Imprensa*. Porto Alegre: UFRGS, 1986-1988 [Coleção U].

\_\_\_\_\_. *Fundação Cultural Elyseu Paglioli*. Porto Alegre, 198-? [Coleção U].

\_\_\_\_\_. *Implantação do museu universitário*. Porto Alegre, 1985 [Coleção U].

\_\_\_\_\_. *Projeto Centro Cultural*. Porto Alegre: UFRGS, 1986 [Coleção U].

\_\_\_\_\_. *Projeto Museu Universitário*. Porto Alegre, 1989 [Coleção U].

\_\_\_\_\_. *Revista da Comissão da História da UFRGS*. Porto Alegre, v.1, n.1, 1987 [Coleção UP].

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFRGS.

SOARES, Mozart Pereira. *A história do primeiro Campus Universitário do Brasil*. In: Jornal da UFRGS, Porto Alegre, maio 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *O patrimônio preservado*. In: Jornal da UFRGS, Porto Alegre, maio 1986.

DIVISÃO DE PROTOCOLO DA UFRGS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Portaria 474*. Porto Alegre, 1977.

\_\_\_\_\_. *Portaria 233*. Porto Alegre, 1979.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). 12ª Superintendência Regional (SR) do IPHAN, Porto Alegre.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Processo de Tombamento 1.438-T-98. Conjunto arquitetônico do Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS*. Rio de Janeiro, 1998. [Cópia disponível na 12ª SR do IPHAN].

MUSEU DA UFRGS. Sub-coleção Comissão da História da UFRGS.

DINIZ, Pery; SOARES, Mozart; VIZENTINI, Paulo. *A Revolução de 30 e a criação da UPA*. Porto Alegre, 1979

RÁDIO DA UFRGS

CUSTÓDIO, Luiz Antonio. *Comunicação pessoal*. Programa Perspectiva – Espaço Urbano e Arquitetura. Porto Alegre, 1995 [entrevista sobre patrimônio histórico e tombamento, gravada em fita cassete].

LEITE, Fernando Carvalho. *Comunicação pessoal*. Programa Perspectiva – Espaço Urbano e Arquitetura. Porto Alegre, 1995 [entrevista sobre levantamento histórico para preservação do Campus Centro, gravada em fita cassete].

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA UFRGS. Setor de Documentação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Manuais do Patrimônio Histórico edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legislação*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. *Manuais do Patrimônio Histórico edificado da UFRGS: Faculdade de Direito*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os prédios históricos da UFRGS: atualidade e memória*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. *Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS*. Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS (org.). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. *Proposta para tombamento do Campus do Centro – Inventário do Acervo Edificado da UFRGS*. Porto Alegre, 2000. Documento não publicado.

\_\_\_\_\_. *UFRGS: Patrimônio Histórico e Cultural – Primeiro Campus Universitário do Brasil/Primeira Universidade Técnica*. Porto Alegre, 1998. Documento não publicado.

## **Bibliografia**

BENEDETTI, Cecilia. *Antropología Social y Patrimonio. Perspectivas teóricas latinoamericanas*. In: *Antropología de la Cultura y el Patrimonio*. Córdoba: Ferreyra Editor, p. 15-26, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Brasília, 1970. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240> Acesso em: 25 de outubro de 2010.

CORSO, Heloísa Velinho. *Faculdade de Farmácia: UFRGS 1895-1987*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: A invenção da cidade “patrimônio da humanidade”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jun 2005.

DINIZ, Pery Pinto; SOARES, Mozart. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934 a 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza. *A cidade: sede de sentidos*. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.); BELTRÃO, Jane Felipe (org.); ECKERT, Cornélia (org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 343-361.

ESPÍNDOLA, Susana Sondermann. *Implantação Física da UFRGS: da fundação ao Campus do Vale*. Porto Alegre: UFRGS, 1979.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*. Curitiba n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; HASSEN, Maria de Nazaret Agra. *Escola de Engenharia/UFRGS; um século*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A Fundação da Faculdade Livre de Direito e a Vida Acadêmica em Porto Alegre no início do século XX. *Cadernos de Ciência Política*. Série teses e dissertações. Porto Alegre, n. 4, p. 35-56, 2000.

GUEDES, Paulo Coimbra (org.); SANGUINETTI, Yvonne (org.). *UFRGS: Identidade e memórias – 1934-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.15, n.2, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-7142007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-7142007000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 de Agosto de 2010.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v.22, n. 36, dez. 2006, Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752006000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 de Agosto de 2010.

HASSEN, Maria de Nazaret Agra, *Fogos de Bengala nos Céus de Porto Alegre: A Faculdade de Medicina faz 100 anos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998.

HEINEN, Nívea; KUMMER, Lizete; WEBER, Regina. Acervos Documentais da UFRGS: riqueza e desorganização. *Anos 90*. Porto Alegre, n.15, 2001/2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEWGOY, Bernardo. *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS*. Porto Alegre, 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n.14, p. 131-150, ago. 2000.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*. Nova Série. São Paulo, n. 1, p. 207-222, 1993.

\_\_\_\_\_. Comentário XII: visões, visualizações e usos do passado. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.15, n.2, dez. 2007, p.122. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142007000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 de Agosto de 2010.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valetin. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. *Data Grama Zero – Revista de Ciência*

*da Informação*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, dez. 2008. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/dez08/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/dez08/Art_02.htm). Acesso em: 21 de outubro de 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade? Lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 4, n. 2, jun. 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. *Ciências e Letras*. Porto Alegre, n. 27, p.13-24, 2000.

\_\_\_\_\_. O ofício da História e novos espaços de atuação profissional. *Anos 90*. Porto Alegre, v.15, n. 28, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Uma mirada para o visual. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 6, n. 4, ano IV, dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/vol21zita.php> Acesso em: 12 de outubro de 2010.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI – Do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel, 2004.

\_\_\_\_\_. Concepto y Gestión del Patrimônio Local. *Cuadernos de Antropología Social*, Barcelona, n. 21, p. 17-35, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n21/n21a02.pdf> Acesso em: 27 de Outubro de 2010.

RIBEIRO, Denise Velloso Fernandes. *Políticas Culturais Públicas para as Artes Visuais: O caso do Fumproarte em Porto Alegre*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado), 2009.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RIEGL, Aloïs. *Le Culte Moderne des Monuments: son essence et sa genèse*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

\_\_\_\_\_. *El Culto Moderno a los Monumentos*. Madrid: Machado Libros, 2008.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950*. Porto Alegre, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre – Subsídios para a sua história*. Porto Alegre: Síntese, 2000.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. *Bens culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999.

TILL, Rodrigues. *História da Faculdade de Direito de Porto Alegre 1900/200*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Centro de Preservação Cultural. *Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Universidade do Rio Grande do Sul. Uma fase em sua história (1952-1964)*. Relatório do Reitorado do Prof. Elyseu Paglioli. Porto Alegre: Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, 1964.

\_\_\_\_\_. *Relatórios de gestão da UFRGS – 2000-2009*. Disponíveis em: [http://www.ufrgs.br/ufrgs/index\\_a\\_ufrgs.htm](http://www.ufrgs.br/ufrgs/index_a_ufrgs.htm) Acesso em: 05 de novembro de 2010.

\_\_\_\_\_; INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. *Ciências Humanas e Filosofia da UFRGS: memória, saber e cidadania*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

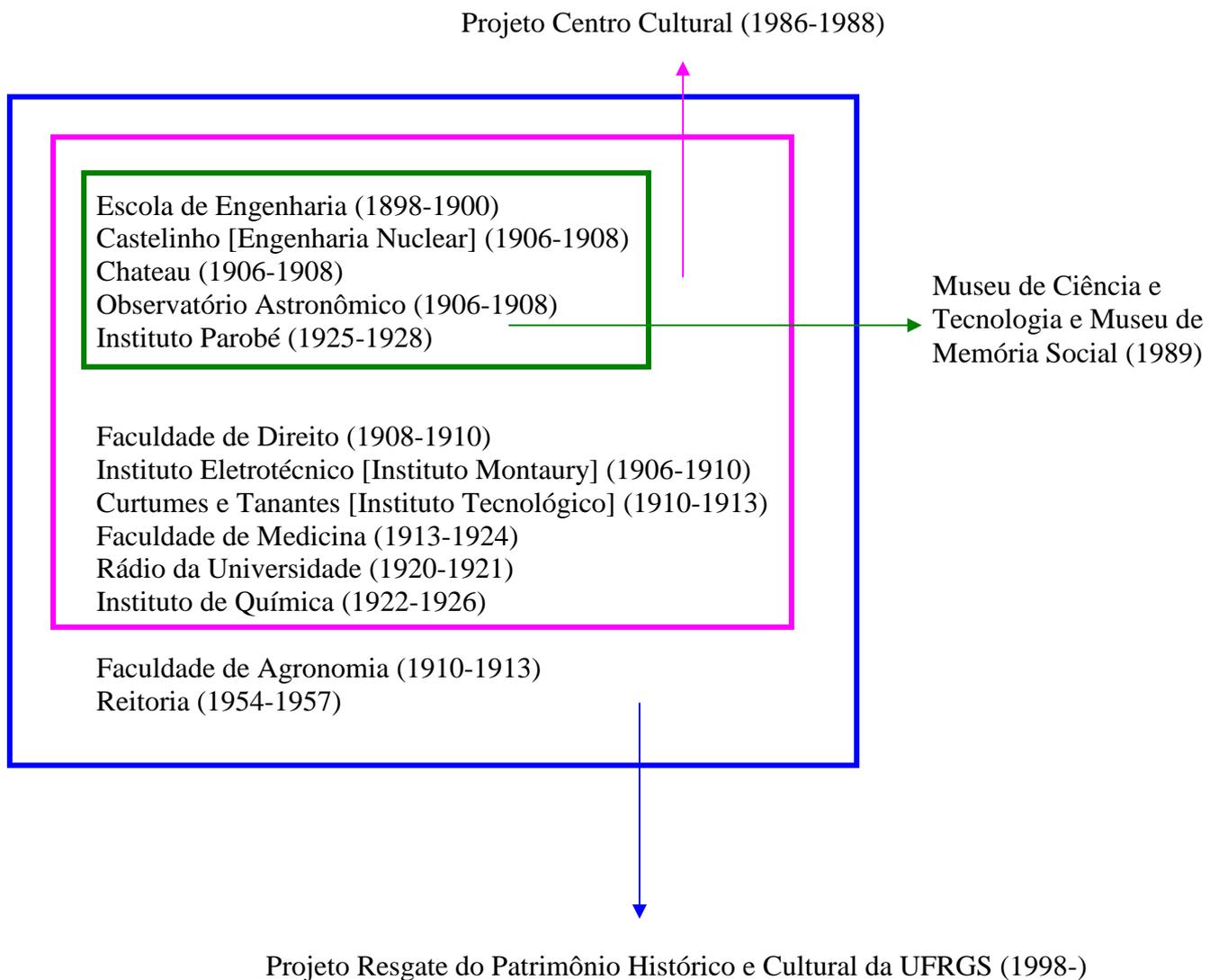
\_\_\_\_\_. *UFRGS: 70 anos*. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2004.

YAÑES, Celia Martínez. *El Patrimonio Cultural: los nuevos valores, tipos, finalidades, y formas de organización*. Granada, 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de Granada. Disponível em <http://digibug.ugr.es/bitstream/10481/1343/1/1647322x.pdf> Acesso em 04 de Agosto de 2010.

YÚDICE, George. *A Conveniência da Cultura – Usos da Cultura na Era Global*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

## APÊNDICE

### Enquadramentos diversos dos “prédios históricos” da UFRGS por cada iniciativa<sup>215</sup>.



<sup>215</sup> Considerei apenas as iniciativas que propunham práticas de restauração e novos usos para os “prédios históricos”. As datas entre parênteses se referem aos anos iniciais e finais de suas construções. Os nomes em colchetes concernem a outras denominações também utilizadas nas fontes e que por vezes aparecem neste trabalho.

**ANEXO A**

Ministério da Cultura  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Departamento de Proteção

**PARECER DEPROT/IPHAN/RJ/ nº 064/99****Em, 06/09/99**

**De:** Helena Mendes dos Santos - arquiteta DEA/DEPROT  
**Para:** Ilm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Cláudia M. Girão Barroso - arquiteta DEA/DEPROT  
M.D. Chefe da Divisão de Estudos de Acautelamento  
**Assunto:** **Processo de tombamento n. 14.38 -T-98: Conjunto arquitetônico do Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS**

Senhora Chefe de Divisão,

Trata o presente processo da indicação encaminhada pela 12a SR para tombamento do conjunto arquitetônico do campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado na Cidade de Porto Alegre/RS.

O objeto é constituído por 13 (treze) prédios de propriedade da Universidade do Rio Grande do Sul, projetados e construídos em diferentes períodos da história da arquitetura brasileira e, segundo o entendimento da 12a SR, as edificações possuem indiscutível qualidade arquitetônica, sendo representativos do Ecletismo, do Art Nouveau e da arquitetura moderna, constituindo um "... *excepcional conjunto urbano, no contexto de Porto Alegre...*" e com grande valor histórico de relevância regional e nacional.

Conforme o trabalho realizado pela Universidade, intitulado *Patrimônio Histórico e Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul* e o levantamento arquitetônico das edificações, os prédios indicados para tombamento estão concentrados em duas áreas: no conjunto arquitetônico do Centro e no conjunto arquitetônico do Vale. O conjunto arquitetônico do Centro está situado no centro de Porto Alegre, entre a Praça Argentina e o Parque Farroupilha, sendo formado por dois quarteirões: o primeiro abriga os prédios da Escola de Engenharia, o "Chateau", o Castelinho, O Instituto Eletrotécnico, o Instituto Parobé e a Faculdade de Direito; o segundo quarteirão abriga os prédios da Faculdade de Direito, da Rádio da Universidade, o de Curtumes e Tanantes, do Instituto de Química e o da Reitoria. O conjunto arquitetônico do Vale está situado no Bairro Agronomia, onde se localiza a Faculdade de Agronomia<sup>1</sup>.

O conjunto arquitetônico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é referido no trabalho da Universidade como importante documento do patrimônio cultural do Estado, sendo apontado, no mesmo dossiê, como o primeiro campus universitário do Brasil e a primeira Universidade Técnica<sup>2</sup>.

A implantação física da cidade universitária foi objeto de sucessivas discussões,

---

<sup>1</sup> Além dos campus citados podem ser identificados na planta de situação contida no estudo da Universidade que fundamenta o presente parecer, outros dois campus: o da Saúde e o Olímpico, cujas edificações não foram incluídas na indicação de tombamento.

<sup>2</sup> Sobre essa informação confira documento encaminhado em 03/09/99, pelo arquiteto José Geraldo da Costa, Diretor da Divisão do Patrimônio Edificado da UFRGS, apensado ao presente processo de tombamento.

até ser definida a sua instalação na área onde atualmente se encontra. Em 1945, foi aprovado o 'Plano de Ação e Desenvolvimento', proposto pelo professor Leovigildo Paiva, sugerindo que a universidade fosse construída em dois quarteirões, no centro de Porto Alegre, fronteiro ao Parque Farroupilha.<sup>3</sup>

No estudo da Universidade é ressaltado que os arquitetos autores da maior parte dos prédios, tais como, Theo Wiedersphan, Rudolf Nachten Ahrons e Manoel Barbosa Assumpção Itaquí<sup>4</sup> são responsáveis também pela construção de outros prédios expressivos na Cidade de Porto Alegre.

Os prédios apresentam, individualmente, algumas características relativas ao partido, plantas baixas e às fachadas, que a seguir destacamos, baseando-nos no estudo, nas fichas de inventário e informações prestadas pela equipe da Universidade, tendo em vista que a imprevista prioridade dada ao processo impossibilitou nossa ida ao local e a realização de um estudo mais aprofundado que a análise de uma proposta desta natureza demandam.

No Quareirão 1 do **conjunto arquitetônico do centro** localizam-se os seguintes prédios:

A **Escola de Engenharia**, situada na Avenida Osvaldo Aranha, em frente à Praça Argentina, foi um dos primeiros prédios a serem ali construídos, inaugurado para a exposição comemorativa à passagem do século XIX para o século XX, sendo posteriormente entregue para a utilização da Escola de Engenharia. O prédio foi projetado pelo engenheiro João José Pereira Parobé e a construção feita por Francisco Andrighetto. O prédio original tinha dois andares sendo o terceiro acrescentado na década de 50. Dentre as características da fachada, destacamos a sobriedade, o equilíbrio entre os cheios e vazios e a simetria dos elementos. O prédio encontrava-se implantado em meio a um jardim, cujas dimensões foram reduzidas na década de 40, com o alargamento da Avenida João Pessoa, que alterou, também, a configuração da Praça Argentina. A Faculdade de Engenharia foi transferida, em 1960, para o prédio novo, localizado no mesmo quareirão.

O "**Chateau**" foi idealizado inicialmente para abrigar o Instituto de Artes e Ofícios sendo depois aproveitado pelo Departamento Comercial e Industrial da Universidade Técnica e, entre 1951 e 1957, passou a ser ocupado pelos cursos de Arquitetura e Geologia. A edificação foi projetada pelo engenheiro Manoel Barbosa Assumpção Itaquí<sup>5</sup>, aluno de Rudolph Ahrons. O prédio desenvolve-se a partir de uma planta baixa composta de dois blocos retangulares, sendo que um deles sofre uma ligeira deflexão em ângulo e é arrematado por uma cúpula que abriga um mezanino. O partido adotado é constituído por um pano de fachada horizontal de um pavimento, secionado pelo corpo central coroado pela cúpula de dois pavimentos. Posteriormente, foram realizadas ampliações com o emprego de alvenaria de menor espessura e introduzidas lajes de concreto. A cobertura original, em telha francesa, ruiu devido à sua má conservação. Como característica principal destacam-se a sua planta baixa e a ornamentação da fachada, ao gosto da época. O prédio encontra-se interditado.

O **Castelinho** é de estrutura em tijolos maciços, com dois pavimentos no corpo principal e central - coroado por uma cúpula que é o rebatimento da do "Chateau" - e um pavimento no restante do prédio. Encontra-se em estado precário de Conservação, tendo sido recuperada apenas a sua cobertura, em telha francesa. A partir de 1925 o

---

<sup>3</sup> Idem, p.17.

<sup>4</sup> Esse profissional é também autor de outros prédios na cidade, tais como o da Confeitaria Rocco e o do Correio do Povo.

<sup>5</sup> Esse profissional é também autor de outros prédios na cidade, tais como o edifício da Confeitaria Rocco e o do Correio do Povo.

prédio começou a sofrer alterações de uso, com a descaracterização de seus programas originais. O prédio encontra-se atualmente interditado.

O prédio do **Observatório Astronômico** é um dos prédios que podem ser destacados no conjunto pelas suas características arquitetônicas, tanto pelo interessante partido adotado para a solução do programa<sup>6</sup>, quanto pela riqueza dos detalhes da edificação.

O prédio possui três pavimentos e está assentado em fundações de granito, formando sapatas corridas. A sua cobertura é coroada por torres que se encontram sustentadas por bases de concreto. Dentre as principais características desse prédio destacam-se alguns elementos particulares, tais como, na parte interna, a escadaria helicoidal com balaustrada em madeira torneada até o 3º piso e uma pintura mural localizada no terceiro pavimento; na parte externa, sobressaem-se as torres, sendo que sobre uma delas, no ponto mais elevado da construção, que corresponde à Torre Equatorial, há uma cúpula giratória construída em ferro, extremamente decorada com os símbolos do zodíaco, e a ornamentação da fachada, na qual pode ser ressaltada a escultura feminina, em tamanho natural, inserida no frontão da fachada principal. O prédio sofreu algumas modificações no seu projeto original e, em 1972, teve suas atividades transferidas para outro local, o que vem contribuindo para a lenta degradação do prédio.

O prédio do **Instituto Eletrotécnico** está localizado na rua Sarmiento Leite esquina com a Avenida Osvaldo Aranha. Foi idealizado por Manoel Itaquí e foi um dos primeiros prédios a serem construídos no quarteirão. Possuía originalmente dois pavimentos, porém, em 1951, foi acrescido de mais um pavimento. A cobertura é de laje com platibanda fazendo o acabamento. A planta baixa é quase a forma de um “V”, formando dois braços retangulares ao longo dos quais se distribuem os compartimentos e cujo acesso é feito por corredores laterais. Na fachada o encontro dos dois eixos é chanfrado. Ali funciona o Departamento de Engenharia Elétrica.

O **Instituto Parobé**, localizado na confluência das rias Sarmiento Leite e Luiz Englert, cujo projeto é do arquiteto Chrétien Hoogenstraaten, autor do banco Regional do Rio Grande do Sul, foi construído pelo escritório do engenheiro Andrighetto para abrigar o Instituto Técnico Profissional. A edificação caracteriza-se pela planta retangular, com alas ordenadas ao longo de corredores que recebem iluminação e ventilação direta. Duas alas com três pavimentos ladeiam um corpo central de quatro pavimentos; o acabamento das coberturas é feito através de cúpulas de cobre. Na planta baixa simétrica centrada no corpo principal, destacam-se o hall e a escada central de acesso. As alterações promovidas à edificação foram o acréscimo de mezanino, rebaixamento de forro e divisórias internas. Nesse prédio funciona o Departamento de Engenharia Mecânica.

---

<sup>6</sup> Segundo o Estudo da Universidade (p.53), o Instituto Astronômico e Meteorológico da Universidade federal do Rio Grande do Sul foi um dos poucos institutos cuja atividade final não era predominantemente o ensino. "O instituto estudava o céu rio-grandense, produzia trabalhos astronômicos, físicos e geodésicos que interessavam ao estado e o estudo de sua climatologia. Principalmente em função desse último, o instituto espalhou em vários pontos do Estado dezenas de estações meteorológicas que eram a ele subordinadas. (...) como finalidade secundária, servia também para ensinar aos alunos da Faculdade de Engenharia e prática da astronomia."

Quando a Escola comemorava os seus vinte e cinco anos de existência, a seção de Meteorologia já contava com trinta e cinco estações distribuídas pelo Estado. Cada uma das estações fazia medições diárias e enviava os resultados para Porto Alegre. A seção de Meteorologia cabia a execução do serviço meteorológico, segundo os métodos utilizados nos Estados Unidos. Era também responsável pelo serviço de hora, que informava a hora certa para toda a cidade, serviço este que começou a ser oferecido em 1912.

A **Faculdade de Direito**, localizada na Avenida João Pessoa, nº 108 é outro prédio que merece destaque no conjunto. O prédio foi elaborado em 1898 pelo arquiteto Herman Otto Menchem e teve sua construção iniciada em 1908. Foi concluído, em 1910, pelo engenheiro Rudolf Ahrons<sup>7</sup>. Possui três pavimentos – porão alto e mais dois andares. A cobertura é coroada por uma cúpula que se localiza no corpo central – pórtico duplo, onde uma colunata encimada por um frontão clássico apóia-se sobre a entrada em forma de arcaria – que avança em relação ao plano da fachada. Na planta baixa, retangular e simétrica, destaca-se o pátio interno em volta do qual se dá a circulação interna dos compartimentos, proporcionando a sua boa ventilação. Divide-se em duas alas que apresentam espaços ordenados ao longo de corredores, que se voltam para a exterior favorecendo a iluminação e a ventilação. O acesso principal é feito através de escadaria externa, que dá, internamente, para um *hall* e para a escada que conduz aos demais pavimentos. A fachada é marcada pela horizontalidade, dentre os elementos decorativos destacam-se os vitrais e a pintura mural no hall de entrada e detalhes de escultura externas. O prédio sofreu algumas alterações na sua concepção arquitetônica, sendo acrescentado mezanino e divisórias a partir de 1919, além da substituição do telhado e repintura interna. Em 1933, passou por uma ampliação, estendendo-se a construção para o lado leste, de modo a acomodar o novo salão nobre e aumentar a biblioteca. Em 1954, o prédio foi remodelado; em 1959, o andar térreo foi reformado, inaugurando-se o salão de festas, o bar e novas salas e em 1971, foram restaurados os painéis da entrada dos corredores e das escadarias. A partir de 1975, não ocorreu qualquer obra de relevância e a sua manutenção é precária, o que vem contribuindo para a degradação do prédio.

No Quarteirão 2 do **conjunto arquitetônico do centro** localizam-se os seguintes prédios:

O prédio da **Faculdade de Medicina**, situado na confluência das ruas Sarmento Leite e Luiz Englert, possui três pavimentos, constituídos de porão alto e dois andares. A planta baixa é quase em forma de “V”, como a do prédio do Instituto Eletrotécnico<sup>8</sup>. Foi projetado pelo escritório do engenheiro Rudolfo Ahrons, sendo o autor o arquiteto Theo Wiedersphan. Em 1919, foi contratado o italiano Frederico Pellarin, para modificar o projeto original, acrescentando os frontões e as compoteiras acima das platibandas e os adornos sobrepostos aos planos das fachadas. O salão nobre do prédio, que serviu à posse de Getúlio Vargas no cargo de Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, em 1928, hoje necessita de restauração. Em 1937, foi construída uma ala com três pavimentos. Em 1952, foi ampliada a ala direita e, em 1955, a ala esquerda. Nessas ampliações forma empregadas alvenarias de menos espessura, introduzidos pilares de concreto e entrepisos de concreto; as telhas originais da cobertura foram substituídas por telhas de amianto. A utilização atual é de sede do Instituto de Ciências Básicas de Saúde.

O prédio da **Rádio da Universidade**, localizado na rua Sarmento Leite nº 426, possui três pavimentos. O projeto original começou a ser elaborado em 1920 pelo arquiteto Adolph Alfred Stein e sua construção foi executada dois anos depois pelo engenheiro Rudolph Ahrons. Foi idealizado para abrigar o Curso de Meteorologia da Escola de Engenharia, prédio da seção de Meteorologia do Instituto Astronômico da Universidade e foi ocupado pelo Instituto Regional Meteorológico Coussirat Araújo, do Ministério da Agricultura até 1958, quando foi implantada a Rádio da Universidade,

---

<sup>7</sup> Este escritório é responsável por inúmeros edifícios em Porto Alegre, tais como, o prédio dos Correios e Telégrafos (inscrito pelo IPHAN nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes, em 29/01/81) e a Cervejaria Bopp.

<sup>8</sup> Prédio também localizado na esquina das ruas Sarmento Leite e Avenida Osvaldo Aranha.

inaugurada solenemente em 1960. Para ser adaptado ao uso de estação transmissora, o prédio teve que passar por adaptações para obedecer às exigências da radiodifusão. Além dessas, foram introduzidas alterações como mezaninos e divisórias internas. Em 1989, foi restaurado conforme o projeto original e, segundo o levantamento da Universidade, é o único prédio que se encontra em estado satisfatório de conservação.

O prédio de **Curtumes e Tanantes**<sup>9</sup>, localizado na Avenida Osvaldo Aranha, é constituído de um único pavimento. A cobertura é em telha francesa e o acabamento em platibanda. Pode ser definido como uma espécie de galpão ao qual foi acrescentado um mezanino e algumas paredes divisórias. Atualmente encontra-se interditado, apresentando estado progressivo de deterioração.

O **Instituto de Química** está localizada na rua Luiz Englert. O projeto começou a ser elaborado em 1921 e sua construção foi concluída em 1924, executada pelo escritório Andrighetto e Cia. O prédio possui três pavimentos incluído o porão. A cobertura é em telha francesa e o acabamento em platibanda. Possui planta retangular e simétrica, desenvolvendo-se ao longo de um eixo longitudinal onde se localiza a circulação horizontal, que se constitui em uma galeria aberta protegida por terraço. O acesso principal se faz através de uma entrada e *hall* centrais recuados em relação ao plano da fachada, separando os dois corpos laterais correspondentes aos maiores compartimentos. Em 1944/46, o prédio passou por uma ampliação do 1º e 2º pavimentos, o que acarretou na modificação da cobertura, introdução de pilares de concreto e estruturação dos entrespisos por lajes de concreto, acrescentando mezaninos, divisórias e rebaixando os forros. Em 1958, houve uma explosão que danificou vários laboratórios. Em 1981, o Instituto é transferido para novas instalações no Campus do Vale, passando a ser utilizado por diversos setores da Universidade, decorrendo daí a subdivisão do seu espaço interno. Atualmente, funciona como um segundo anexo do prédio da Reitoria.

Esses prédios estão assentados em fundações de alvenaria de granito e paredes de tijolos maciços rejuntados com argamassa, que desempenham função estrutural.

O prédio da **Reitoria** localiza-se entre as ruas Engenheiro Luiz Englert e Avenida Paulo Gama, ao lado do Parque Farroupilha. Sua construção foi iniciada em 1954 e concluída em 1957. O bloco principal possui cinco pavimentos e volumetricamente pode ser descrito como um prisma principal que é atravessado por um segundo volume alongado e de menor altura; em outro bloco funciona atualmente o salão de festas. O bloco principal está apoiado pela série de pilotis. A escolha de planta livre possibilitou a liberação do pavimento térreo e a utilização de maiores aberturas e panos de vidro nas fachadas. Do vocabulário modernista, além do pilotis, forma ainda utilizados o brise-soleil e o jardim suspenso.

No conjunto arquitetônico do Vale, na Avenida Bento Gonçalves nº 9.500, (quilômetro 9 da antiga Estrada de Viamão), no bairro que recebe o nome de Agronomia, localiza-se o prédio da **Faculdade de Agronomia**. A construção possui características peculiares em relação à sua fachada, devido às dimensões dos seus vãos e à utilização de pé direito duplo. O prédio, de autoria de Manoel Itaquí, ainda possui a cobertura original de telhas francesas. A planta é dividida em cinco partes o que pode ser identificado na fachada, proporcionando simetria à composição. É constituída por três alas, com dois pavimentos cada, exceto a central, que possui três. O bloco central destaca-se na fachada, assim como os dois grandes vãos rasgados. Internamente, nas três alas abrem-se amplos espaços destinados a festas e exposições. As platibandas e os frontões escondem o telhado e as fachadas são diferenciadas através de seu tratamento:

---

<sup>9</sup> *Curtume* é o estabelecimento onde se curtem couros e *tanante* é o que serve para curtir o couro.

a principal mais bem acabada, revestida de placas de pedra e com algum ornato; nas laterais foi usado somente o reboco sobre a alvenaria. O edifício encontra-se implantado em área de pouca densidade, ocupada por galpões, estábulos e casas baixas, não possuindo delimitação clara quanto ao seu terreno.

Podemos analisar a proposta de tombamento de forma a definir o objeto como bem cultural através dos seus aspectos históricos ou artísticos, das características das edificações, pelos materiais utilizados e pelo estado de conservação e, finalmente, se couber, pela sua utilização e condições ambientais, a fim de se determinar se permitem a sua conservação, se a fazem precária ou diretamente a ameaçam<sup>10</sup>.

Segundo o estudo da Universidade, o campus universitário seria o primeiro do país: em 28 de novembro de 1934, foi assinado o Ato Declaratório da existência legal da Universidade de Porto Alegre; quinze anos depois, passou para a Universidade do Rio Grande do Sul<sup>11</sup>. Sobre essa informação, anexamos ao presente processo o documento encaminhado pelo Diretor da Divisão do Patrimônio Edificado, arquiteto José Geraldo Vieira da Costa, em 03/09/99, em resposta a nossa consulta realizada no dia anterior, que complementa as informações contidas no estudo da Universidade.

Em relação à titulação do processo de tombamento – *o conjunto arquitetônico do Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul* –, tendo em vista que o campus universitário propriamente dito é formado, ainda, pelos *campus* da Saúde e o Olímpico e que nos *campus* do Centro e do Vale, onde se encontram as edificações selecionadas, não foram incluídos todos os prédios ali situados, sugerimos para definição do objeto o seguinte termo: “*Prédios localizados no campus universitário da UFRGS*”.

Entendemos que as edificações selecionadas não formam um conjunto homogêneo, não só por serem de períodos diferentes mas, principalmente, porque os prédios possuem qualidades artísticas bastante diferenciadas. Podendo ser considerados monumentais quanto à sua escala<sup>12</sup>, alguns prédios possuem, individualmente, relevância quanto ao partido adotado, características das plantas ou fachadas, conforme já apontado anteriormente. Por outro lado, para a classificação de um objeto como monumento nacional é necessário que os valores – históricos, artísticos, etc. – nele identificados não se atenham às especificidades locais, mas possam contribuir para a construção da memória dentro de um contexto nacional<sup>13</sup>.

<sup>10</sup> MONTALVO, José de Aguilera, op. cit, p.109.

<sup>11</sup> Em 1912 foi criada a Universidade Federal do Paraná e em 1920 a Universidade do Brasil, com a fusão dos cursos de Direito, Medicina e a Escola Politécnica. Em 1931 foi transformada em Universidade do Brasil, já com os cursos de Direito, Arquitetura, Medicina, Engenharia, Economia, Odontologia e Farmácia e ainda as escolas de Química, Belas Artes, Música, Minas, Enfermagem e Educação Física. [...] A Universidade Federal de Minas Gerais foi criada em 1922 e a de São Paulo em 1934. [CASTRO, Moacir Werneck de. BARBOSA, Francisco de Assis. (A Universidade no Brasil) – Universidade – In: Enciclopédia Mirador Internacional. SP/RJ. Enciclopédia Britânica do Brasil, 1975, p.11122-11123.

<sup>12</sup> Segundo o estudo da Universidade, havia uma discrepância entre as obras arquitetônicas e a realidade econômica do Estado: “Em vez de prédios modestos e numerosos, preferiu-se construir obras monumentais, de alto custo e pouco adaptadas às suas finalidades. As razões desta contradição eram bem evidentes: através da monumentalidade dos prédios procurava-se transmitir a idéia de um Estado todo-poderoso, pressuposto básico, segundo os positivistas, de uma nova ordem política superior ou ‘positiva’”. (p.15)

<sup>13</sup> Conforme afirma Brandi, a unidade de um todo não é a unidade de um total. Se uma obra de arte fosse composta de um total, estaria composta de partes e daí se chegaria a um conceito genérico da obra de arte. Porém, como se trata de uma obra unitária, as partes perdem o valor individual para serem absorvidas pela obra que as contém. No plano da arquitetura, a unidade do todo é a unidade do edifício, enquanto que a unidade do **total** é a unidade dos tijolos somados às pedras, ao cimento, às telhas, etc. mas essas partes poderiam ou não ser outras obras de arte e manteriam o valor individual, não se tratando mais, portanto,

Além desses aspectos, consideramos importante, para a avaliação da presente proposta, atentar para o fato de que todos os prédios em questão sofreram modificações, externas e/ou internas, recebendo por ampliações e acréscimos de áreas – que vão desde a introdução de divisórias e o rebaixamento de forros até o acréscimo de pavimentos através de mezaninos ou mesmo de mais de um andar -, que lhes alteraram as características originais. Ocorre, ainda, que, a partir desses acréscimos foram introduzidas novas técnicas e materiais, através da utilização de alvenaria de tijolo cozido, da introdução de pilares de concreto, de entrepisos estruturados por lajes de concreto, etc.

Outro ponto que nos parece importante observar refere-se ao estado de conservação das edificações. A maior parte delas encontra-se em situação precárias, se considerados os seus aspectos originais, apresentando-se alguns, inclusive, em tal estado de deterioração que estão interditados, necessitando, portanto, de obras de restauração e revitalização (Vide *Tabela 1*, em anexo). Pelas fichas do inventário e histórico realizados pela Universidade, dos 13 prédios encaminhados para tombamento, 4 encontram-se em estado crítico (sendo que 3 estão interditados), 8 em estado razoável e apenas 1 em estado de conservação satisfatório. No já citado documento encaminhado pelo Diretor da Divisão do Patrimônio Edificado da Universidade consta a informação de que no quarteirão 1, somente o prédio conhecido como “Chateau” encontra-se interditado e no quarteirão 2, apenas o prédio Curtumes e Tanantes.

Esses dois fatos aliados – o estado de conservação dos imóveis e as muitas intervenções promovidas que descaracterizaram os projetos originais das edificações -, por outro lado, nos preocupam, na medida em que se pretende aplicar o instituto do tombamento a bens que ainda deverão passar por outras alterações, mesmo que visando a recuperação da sua integridade.

Não temos dúvidas de que na elaboração dos projetos de restauração previstos e com orçamento aprovado, segundo o documento da Divisão do Patrimônio Edificado da Universidade, além de serem propostos usos adequados para as edificações serão observados os postulados mais recentes sobre a teoria da restauração<sup>14</sup>, devendo dirigir-se ao restabelecimento da *unidade potencial da obra de arte*, considerando-se o ser da obra, isto é, o que para os fenomenólogos é o ‘*eidós*’, a ‘*essência*’ da obra<sup>15</sup>. Assim, a consideração ditada pelos aspectos que envolvem a separação entre instância histórica e estética e a que ocorre entre a estrutura e o aspecto da obra é que deverá nortear a intervenção no bem<sup>16</sup>.

Dentre os prédios indicados para tombamento destacamos o **Observatório Astronômico e a Faculdade de Direito**, como os mais expressivos e com características relevantes para a preservação no âmbito federal, por serem os que melhor expressam o período em que foram construídos os prédios da universidade – final do século XIX e início do XX -, caracterizado pelo uso de técnica e materiais importados,

---

de uma obra de arte unitária e sim reunião de elementos. In: MONTALVO, José de Aguilera, op.cit., p.75-77.

<sup>14</sup> Dentre os princípios de restauração, Brandi identifica a recuperação do objeto sempre que seja possível sem cometer uma falsificação histórica e sem apagar marca alguma do transcurso da obra através do tempo: a facilidade com que a reintegração deve ser reconhecida e que seja realizada de forma a permitir, com facilidade, eventuais intervenções futuras. Sobre as lacunas existentes, que se define como as interrupções no tecido figurativo da obra, alerta que mais grave do que aquilo que falta é aquilo que se acrescenta indevidamente. In: MONTALVO, José Aguilera, op.cit., p. 70 e 80.

<sup>15</sup> Idem, p.53.

<sup>16</sup> O fato, por exemplo, de uma obra ter sido realizada com um determinado tipo de material lhe confere características especiais que podem desaparecer se o material é substituído por outro tipo de material. In: MONTALVO, José Aguilera, op.cit., p. 73.

bem como pela atuação de profissionais, especialmente arquitetos, vindos de outros países<sup>17</sup>. O primeiro é um exemplar significativo da arquitetura *art nouveau*, cuja feição se integra ao programa de forma criativa e harmoniosa, resultando em um interessante exemplar do período e estilo e, também, pelo fato de que se encontra ainda em uso, o que mantém a conservação em estado razoável. O segundo prédio, parece-nos relevante por ter sido um dos primeiros prédios a serem construídos no campus universitário, sendo identificado como uma das unidades básicas na organização da Universidade. Sua volumetria e o equilíbrio das proporções lhe conferem um caráter imponente, destacando-o no conjunto.

Os prédios da Escola de Engenharia, o primeiro prédio a ser construído no *campus*, e o de Curtumes e Tanantes possuem talvez representatividade local. Infelizmente, o primeiro encontra-se em estado precário de conservação, circunstância agravada pelo fato de terem sido alterados o seu projeto original e a volumetria com o acréscimo de um pavimento; o segundo está interditado, conforme ficha de inventário e histórico.

Os demais prédios distinguem-se mais pelo seu aspecto atípico, tais como, os prédios conhecidos como “Chateau” e o Castelinho – localizados no *campus* centro – também em estado precário de conservação e interditados – e a Escola de Agronomia, localizada no campus do Vale.

Quanto ao prédio da Reitoria, além da utilização dos elementos do vocabulário desse período – o que não nos parece motivo suficiente para caracterizá-lo como um exemplar significativo para preservação porque só isso não o diferencia de outros exemplares do mesmo período, no âmbito regional ou nacional -, pode-se perceber uma talvez intencional reprodução do partido adotado no antigo Ministério da Educação e Saúde, atual Palácio Gustavo Capanema, localizado no Rio de Janeiro, tombado pelo IPHAN, desde 18/03/48. (Vide esquema em anexo).

Conforme já mencionado, nos quarteirões dos *campus* onde se localizam as edificações propostas para tombamento pela Universidade estão localizados outros prédios, com gabarito de até oito pavimentos, conforme indicado no documento da Divisão do Patrimônio Edificado. Por esse motivo, entendemos que o encaminhamento da proposta pela 12ª SR recomendaria a definição de uma área de entorno para proteção dos bens que se pretende acautelar, bem como os critérios de intervenção, tendo em vista o que estabelece o artigo 18 do Decreto-lei nº 25/37, quanto à vizinhança dos bens tombados<sup>18</sup>.

É o que nos cabe no momento.

Atenciosamente,  
Helena Mendes dos Santos  
Arquiteta/Téc. Em Pres. Arquitetônica IV  
SIAPE – Matrícula 222931

---

<sup>17</sup> “Estima-se que nos primeiros anos do século 20 chegaram da Europa mais de trezentos arquitetos. A migração assegura o ecletismo na concepção arquitetônica”.

“Importava-se uma grande diversidade de materiais de construção, inclusive prédios inteiros, os de chamada arquitetura de ferro, como os armazéns do cais do Porto e a casa Bremberg na rua da Praia”. In: Estudo Patrimônio Histórico Cultural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998, p.17.

<sup>18</sup> Art 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir ou retirar o objeto – impondo-se neste caso multa cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

**ANEXO B**

MINISTÉRIO DA CULTURA

IPHAN – Memorando n°:

Data:

650/99

08/09/99

DEA/CORDEP/DEPROT

À Coordenadora de Proteção, Sr<sup>a</sup> Adalgiza Maria Bomfim d'Eça – DEPROT/DF  
 Da Chefe da Divisão de Estudos de Acautelamento

Assunto Processo n° 1.438 – T – 98  
 Prédios localizados no *campus* da UFRS, em Porto Alegre, RS  
 Indicação de tombamento

Senhora Coordenadora,

O presente processo foi instaurado em atendimento a pedido apresentado pela Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ofício n° 0996/98 – GR) junto a 12ª Superintendência Regional. Ao remetê-lo ao Departamento de Proteção (Memorando n° 227/98), o Superintendente Regional da 12ª SR, arquiteto Luiz Fernando Rhoden, manifesta-se favorável ao tombamento.

Conferindo-se, recentemente, prioridade à finalização técnica do processo, de modo a que este pudesse integrar a pauta da próxima reunião do Conselho Consultivo, a arquiteta Helena Mendes dos Santos examina o assunto no judicioso Parecer n° 064/99. Parece-nos importante destacar algumas de suas ponderações.

A primeira delas refere-se a heterogeneidade do agrupamento de edificações constitutivo da solicitação, na qual se mencionam, especificamente, os treze prédios a seguir relacionados.

<i>Campus</i> do centro	quarteirão 1	Prédios da Escola de Engenharia (1898-1900, primeira construção do campus), do “Chateau” (1908), do Castelinho (1906), do Observatório Astronômico (1908), do Instituto Eletrotécnico (1908-10), do Instituto Parobé (1921-1928), da Faculdade de Direito (1898-1908)
	quarteirão 2	Prédios da Faculdade de Medicina (1913), da Rádio (1921), de Curtumes e Tanantes (1910), do Instituto de Química (1926) e da Reitoria (1954-57)
<i>Campus</i> do Vale		Prédio da Escola de Agronomia (1911-14)

Observa-se que são doze prédios localizados no *campus* do Centro (na área central de Porto Alegre, entre a Praça Argentina e o Parque Farroupilha) e mais um no *campus* do Vale (no bairro Agronomia), ambos integrantes do campus geral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que congrega ainda dois outros: o da Saúde

e o Olímpico.

Esse agrupamento de treze prédios não conforma um *conjunto* na melhor acepção do termo: nesta acepção, se considera a unicidade formal de uma obra, sua unidade potencial<sup>1</sup>, quando unidades que são, a princípio, autônomas deixam de o ser para se fundirem em um só objeto, percebido como único.

De fato, tal unicidade não ocorre nos quarteirões 1 e 2 do *campus* do Centro menos ainda em sua correlação com o campus do Vale. Por um lado, a presença, nesses quarteirões, de outros edifícios do campus – de construção mais recente e com gabaritos de até oito pavimentos –, por si mesma poderia ser um fator de ruptura de qualquer senso de unidade, acentuando a configuração heterogênea das quadras e obstando importante função da ambiência: inter-relacionar os prédios mais antigos e facilitar uma percepção visual de conjunto.

Por outro lado, a percepção conjunta é dificultada pela própria natureza dos prédios. Observa-se que, se houve planejamento mais atento no que concerne à implantação, de modo a se resolver a questão do pouco espaço disponível nas quadras, não se dedicou especial atenção à integração e melhor convivência das construções.

No *campus* do Centro, principalmente, percebe-se a autonomia formal entre as edificações, que não deriva somente da distinção de programas arquitetônicos, mas das influências de cada período em que as obras foram sendo erguidas: a sucessão de modismos, os estilos dos engenheiros e arquitetos (alguns, vindo de fora), a perícia de artesãos, as aspirações dos contratantes, os recursos disponíveis.

Verificam-se contrastes que mais servem para distinguir cada prédio do que para os aliar como referências das distinções que comportam. Isso parece ter decorrido da independência de concepções arquitetônicas, formalizada nas disposições de volumes e nas composições de fachadas, sobretudo quanto às modenaturas e aos tratamentos cromáticos, assinalando a opção por diferentes inspirações estilísticas – inicialmente, no período 1898-1928 – buscadas no ecletismo, art nouveau, neocolonial e, no prédio mais recente da Reitoria (1954-57), no modernismo.

Essa independência conceitual que deu forma às construções, por outro lado, poder-se-ia revestir de interesse por sua tônica singular, não fosse a circunstância de ter sido transpassada por adições menores, de caráter funcional ou decorativo, o que resultou em qualidade construtiva nem sempre constante ao longo do tempo. No próprio estudo preparado pela Universidade, integrante do processo, menciona-se que as edificações sofreram modificações e/ou acréscimos ainda na primeira metade do século vinte, com o intuito de readaptar espaços internos, adicionar pavimentos ou entrespisos, aumentar áreas úteis nos pisos ou simplesmente acrescentar adornos. Ao que parece, comprometeu-se, em alguns casos que merecem mais acurado estudo, a integridade das obras<sup>2</sup>.

Outro aspecto a considerar diz respeito às *condições de conservação* dos edifícios – três deles encontram-se interditados e somente um conserva estado satisfatório. A preocupação advem, nos parece, de uma premissa e de uma circunstância: toda intervenção, como o próprio nome revela, consiste em ação de intervir na obra, ainda que sob as melhores intenções reparadoras, e no caso presente

---

<sup>1</sup> Neste sentido, como cita Helena M. dos Santos, o todo de uma obra não pode ser confundido com um total resultante da mera soma das partes (BRANDI. Cesare. Teoria de la restauración. Madrid. Alianza Forma, 1989).

<sup>2</sup> Em um primeiro exame, observa-se que, mantendo-se as adições de todas as épocas, algumas das intervenções de caráter espúrio podem ser revertidas, mas outras parecem afigurar-se irreversíveis. Entretanto, somente o exame das imagens digitalizadas constantes no estudo da UFRS não é suficiente para qualquer afirmação conclusiva, pois parecem se basear em fotografias de mais de uma época mas sem indicação de datas ou mesmo qualquer referência à inclusão de registros atualizados.

consta já haver projetos para a restauração dos prédios, os quais teriam sido elaborados antes de examinar a pertinência de seu tombamento.

Note-se que, na restauração de uma obra, observa-se o respeito a sua essência e expressão plástica particular ao longo de sua evolução; afastam-se reinterpretações a luz da estética vigente e procede-se a cuidadosa reintegração de materiais necessária à conservação, sem acréscimo ou supressão de componentes formais, realizando-se, para tanto, todas as investigações documentais pertinentes – exames e prospecções na própria obra e consultas a outras fontes.

Nesse sentido, conservam-se em boas condições os materiais para que se possa preservar a *integridade da forma* inerente ao objeto e, bem assim, para que se salvaguardem suas funções, seu valor simbólico e se possa lidar com suas imagens culturais.<sup>3</sup>

Sem cuidados especiais e um trabalho delicado de restauração, pode-se comprometer, às vezes de modo irrecuperável, toda uma obra. Logo, qualquer operação que envolva a aplicação desses e de outros preceitos, bem como de metodologias, critérios e técnicas de intervenção, deve ser precedida da avaliação técnica e autorização do IPHAN não somente nas restaurações e revitalizações de bens culturais acautelados, sendo recomendável que isso também se observe nos casos de bens que se encontram em estudo para tombamento.

Justifica-se, por conseguinte, a conclusão da arquiteta Helena Mendes do Santos aos destacar, dentre os treze edifícios propostos para tombamento, “o Observatório Astronômico e a Faculdade de Direito, como os mais expressivos e com características relevantes para a preservação no âmbito federal, por serem os que melhor expressam o período em que foram construídos os prédios da universidade – final do século dezanove e início do vinte –, caracterizado pelo uso de técnicas e materiais importados, bem como pela atuação de profissionais, especialmente arquitetos, vindos de outros países”.

Inclinamo-nos a concordar com essa avaliação prudente, parecendo-nos, no momento, que seria aconselhável limitar-se a indicação de tombamento aos prédios do Observatório Astronômico e da Faculdade de Direito, situados no quarteirão 1 do *campus* do Centro. A indicação não dispensaria novo exame dos demais prédios no futuro, sob a ótica de uma possível exemplaridade na história da arquitetura no Brasil nas primeiras décadas deste século, em sua vertente de manifestação no sul do país, se atendidas certas condições no que concerne ao restabelecimento de sua integridade.

Tal entendimento encontra precedente em situação análoga que foi apreciada pelo Conselho Consultivo o tombamento da Ponte Hercílio Luz em Florianópolis. Em seu primeiro parecer, aprovado por unanimidade, concluiu o Relator do processo, Conselheiro Max Justo Guedes.<sup>4</sup>

“Julgo que será prudente condicionar o tombamento do bem a nível nacional à prévia restauração do mesmo pelo seu proprietário, o Estado de Santa Catarina. Concluída dita restauração, não tenho dúvidas de que valerá a pena voltar o assunto a este Conselho Consultivo, para a decisão definitiva.”

A posição foi modificada mais tarde pelo mesmo Relator, com pronunciamento favorável ao tombamento da Ponte em vista das garantias de preservação futura que foram apresentadas.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Parecer DEPROT/IPHAN/RJ/Nº 052/98 de 31/08/98, no processo nº 1.356-T-95.

<sup>4</sup> Cf. Ata da 9ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em 19/03/1996.

<sup>5</sup> Cf. Ata da 11ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada em 28/04/1997.

“Chegam-se, agora, às mãos documentos que anexo a este novo parecer. Salvo melhor juízo do Conselho Consultivo, evidenciam eles a necessidade de reabertura do processo, uma vez que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em despacho a ofício dos senhores senadores Espiridião Amim e Wilson Kleinubing, decidiu dar consentimento para adiantamento do contrato com o BID relativo a BR 101. Também o Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina abriu concorrência (Edital nº 044/96) para aquisição de insumos e materiais necessários à conservação e manutenção (entre outras) da Ponte Hercílio Luz. Fica, portanto, demonstrado que o Estado de Santa Catarina está, por órgãos e figuras públicas de excepcional relevo, disposto a efetuar a restauração do bem (...). Em face do exposto, peço vênha a V Excias para – modificando meu parecer anterior, em face das informações e fatos novo ocorridos desde a elaboração do mesmo – propor-lhes o tombamento da Ponte Hercílio Luz, como parte do esforço conjunto para salvá-la”.

Na mesma reunião o novo parecer foi aprovado por unanimidade, merecendo as seguintes observações do Conselheiro Augusto C. da Silva Telles, ao apresentar seu voto favorável:

“Quando ocorrem tombamentos federais, as autoridades locais equivocadamente atribuem ao IPHAN a responsabilidade de preservação. Essa mesma posição é adotada pelas dioceses e irmandades ao tentarem delegar ao IPHAN a responsabilidade de salvar todo o patrimônio religioso do país. Louvo a atitude do Conselheiro Max Justo Guedes ao exigir uma garantia de preservação porque tombamento é permanência”.

A exemplo do caso da Ponte Hercílio Luz, faz-se necessária, para a valoração conclusiva, uma garantia prévia de preservação dos edifícios. Parece-nos que a questão poderá ser melhor avaliada se forem submetidos, ao IPHAN, os projetos de restauração respectivos e os projetos de revitalização porventura existentes e, bem assim, se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul se comprometer a iniciar a curto prazo a restauração das obras, com observância das premissas e demais condições que lhe forem apontadas.

Com essas considerações, submetemos à Coordenação de Proteção e à Direção do Departamento de Proteção a indicação de tombamento e definição de área de entorno – esta, compreendendo os quarteirões 1 e 2 do *campus* do Centro – nos termos que se dispõe na folha seguinte, recomendando que o processo seja conduzido para pronunciamento da Procuradoria Jurídica e subsequente deliberação do Egrégio Conselho Consultivo.

Atenciosamente,  
Claudia M. Girão Barroso  
Chefe Divisão de Estudos de Acautelamento  
Arquiteta – Matr. 223.297.

---

## ANEXO C

Serviço Público Federal  
Ministério da Cultura  
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN  
Procuradoria Jurídica

PARECER/PROJUR/IPHAN/RJ nº 34/99 Em 15.09.99

Ass: Tombamento dos prédios do Observatório Astronômico e da Faculdade de Direito, situados no *Campus* do Centro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS.  
Processo nº 1.438-T-98

O processo em exame foi instaurado a pedido da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, nos termos do Ofício nº 0996/98-GR, dirigido ao Superintendente da 12ª Superintendência Regional do IPHAN, acompanhado de farta documentação, tudo referente ao Conjunto Arquitetônico do *Campus* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, situado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, compreendido pelos *Campi* do Centro, que conta com treze imóveis, e do Vale, contendo um único prédio apenas.

Os estudos apresentados pela UFRS receberam manifestação favorável do Superintendente da 12ª Superintendência Regional, Arquiteto Luiz Fernando Rhoden, cuja conclusão foi no sentido de que o aludido conjunto, em sua totalidade, merece ser tombado.

Em prosseguimento à instrução do processo em causa, o Departamento de Proteção – DEPROT, por sua Divisão de Estudos de Acautelamento, emitiu o Parecer nº 064/99, da Arquiteta Helena Mendes dos Santos, encaminhado à Coordenadora de Proteção, Srª Adalgiza Maria Bonfim d'Eça, pela Chefe da Divisão de Estudos de Acautelamento, Arquiteta Cláudia Maria Girão Barroso, por intermédio do Memo DEA/CORDEP/ DEPROT nº 650/99, tudo com a aprovação da Diretora do DEPROT, Arquiteta Louise Henriques Ritzel.

O referido parecer, peça fundamental para a instrução deste processo, não só porque contém as razões para o impulso institucional, como também porque é emitido pela instância superior competente para esse fim, além de informar que o *Campus* Universitário da UFRS não foi o pioneiro do País, firma o entendimento de que do conjunto proposto para tombamento, compreendido por quatorze imóveis, apenas dois destes são merecedores da tutela federal, na medida em que os demais, ou sofreram diferentes intervenções, nos últimos anos, que os descaracterizaram sobremaneira de suas formas originais, ou estão em condições precárias de conservação, alguns até interditados, que os tornam incompatíveis com os propósitos colimados.

Assim é, que os autos se encontram instruídos no que se refere aos aspectos da legalidade do ato de tombamento, pois ao estudar o conjunto como um todo, o DEPROT pôde fornecer os dados suficientes à motivação administrativa, seja para não tombarem os elementos destituídos de valor, seja para indicar o tombamento dos prédios do **Observatório Astronômico e da Faculdade de Direito**, considerados como os mais expressivos para preservação, em nível nacional, notadamente com relação aos seus aspectos históricos.

Do mesmo modo, o processo acha-se instruído no que diz respeito à área de entorno dos prédios assinalados para tombamento, com poligonal de proteção fixada

pelo DEPROT.

No que tange à questão da propriedade, assinale-se que os imóveis indicados para tombamento pertencem à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, cuja natureza autárquica lhe confere a condição de pessoa jurídica de direito público interno.

Tratando-se, pois, de bens de domínio de uma universidade pública, sem que incida sobre eles qualquer tipo de ameaça à sua integridade física, ao mesmo tempo em que compõe o pedido formulado por sua Reitoria – o que dá ao tombamento o caráter voluntário – é que se opta por sugerir, na forma e para os fins do disposto no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 c/c Portaria SPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986, que o IPHAN dê conhecimento à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS e ao Município de Porto Alegre dos efeitos produzidos pelo ato em questão, somente após o exame da proposta pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, vez que não se admite, *in casu*, o oferecimento de impugnação à pretendida proteção.

Ademais, registre-se que os autos, especialmente o encaminhamento da Chefe de Divisão de Estudos de Acautelamento do DEPROT, não descartam a possibilidade de mais tarde vir a se estudar uma possível extensão do tombamento ora proposto, desde que as intervenções planejadas pela UFRS venham a realizar com o intuito de resgatar a integridade dos demais imóveis que compõe o denominado *Campus* do Centro.

Por fim, parece-me estar a matéria contida no processo nº 1.438-T-98 em condições de ser submetida à elevada apreciação do Egrégio Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que deverá decidir acerca do tombamento dos prédios do **Observatório Astronômico e da faculdade de Direito**, situados no *Campus* do Centro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, assim como da área proposta para o seu entorno, nos termos da poligonal apresentada pelo Departamento de Proteção.

É o parecer, o qual submeto à consideração superior.

TEREZA BEATRIZ DA ROSA MIGUEL

**Aprovo integralmente os termos do presente Parecer. Encaminhe-se ao Senhor Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Dr. CARLOS HENRIQUE HECK.**

**Em 22 de setembro de 1999**

**SISTA SOUZA DOS SANTOS  
Procuradora Chefe/IPHAN  
Matr. nº 224191**

## **ANEXO D**

**Nestor Goulart Reis Filho**  
**Arquiteto**

### **PROCESSO DE TOMBAMENTO Nº 1.438-T-98**

ASSUNTO: Conjunto arquitetônico do Campus da UFRGS, em Porto Alegre.

Senhor Presidente

O pedido inicial, firmado pela Reitoria da UFRGS, Profa. Wrana Panizzi, que recebeu manifestação favorável do Superintendente Regional da 12ª SR, arquiteto Luiz Fernando Rhoden, refere-se a todo um conjunto de edifício, construídos ao longo da Primeira República. São obras com características arquitetônicas diversas entre si, correspondendo, quase todas, a projetos com qualidades arquitetônicas bastante limitadas.

A análise do projeto do DEPROT, com parecer da Arquiteta Helena Mendes do Santos, foi encaminhado à Coordenadora de Proteção, Sra Adalgiza Maria Bonfim d'Eça, pela Chefe da Divisão de Estudos de Acautelamento, Arquiteta Cláudia Maria Girão Barroso, com aprovação da Diretora do DEPROT, Arquiteta Louise Henriques Ritzel. Nesse encaminhamento, ficam claras algumas das limitações apontadas mas sobretudo o fato de que os edifícios se encontram em sua maioria em mau estado de conservação, sendo que dois deles forma interditados. Por outro lado, aponta-se que foram feitas ao longo do tempo significativas alterações em vários edifícios, algumas irreversíveis.

A situação desses imóveis indica não ter havido envolvimento maior da própria UFRGS com sua conservação.

À vista do exposto, o processo foi encaminhado com parecer da Dra. Beatriz da Rosa Miguel, da PROJUR, aprovado pela Procuradora Chefe, Dra. Sista Souza dos Santos, considerando pertinente uma decisão do Conselho Consultivo sobre o tombamento dos prédios do Observatório Astronômico e da Faculdade de Direito, “considerados como os mais expressivos para proteção, em nível nacional, notadamente com relação aos seus aspectos históricos”, podendo-se admitir estudos futuros sobre outros edifício, se for o caso.

Nosso parecer é exatamente no mesmo sentido, com as seguintes observações:

1. O conjunto é sem dúvida significativo, como patrimônio ambiental urbano para a cidade de Porto Alegre, sendo portanto recomendável entendimentos entre a Presidência do IPHAN e a Reitoria da UFRGS, para que esta mobilize os órgãos daquele estado e da cidade, para que assumam suas parcelas de responsabilidade.
2. Acreditamos que o IPHAN deve ter um papel de orientação e coordenação das políticas públicas em todo o país, o que inclui uma chamada às responsabilidades, sobretudo nos casos em que este órgão é mobilizado por instituições da própria região, como agora. A tão mencionada ‘participação da comunidade’ envolve esse tipo de diálogo pois o IPHAN está sendo chamado a assumir responsabilidades que melhor cabem a outros setores do poder público ou, pelo menos, cabem em condições de igualdade com os outros níveis de poder.

A segunda observação é uma decorrência da anterior pois não tem sentido o IPHAN assumir a totalidade das responsabilidades da preservação de bens, em boa parte abandonados pelos órgão responsáveis e pelos poderes estaduais e municipais.

O empenho da Reitoria da UFRGS (que é um sinal de interesse em um quadro de amplo esquecimento) merece uma resposta positiva. A solução encontrada pelos quadros técnicos e pela PROJUR permite uma resposta positiva e uma atenção com a área envoltória, até que se façam presentes as ações práticas da própria UFRGS e dos outros poderes.

Assim, somos favoráveis à aprovação do tombamento, nos termos do documento da PROJUR.

É o parecer,  
s.m.j.

São Paulo, 04 de outubro de 1999

NESTOR GOULART REIS FILHO  
Membro do Conselho Consultivo do IPHAN